

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SIMONE COSTA MIRANDA ARAUJO

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: investigando a Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello

São Luís

2021

SIMONE COSTA MIRANDA ARAUJO

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: investigando a Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Pesquisa Instituições Educativas, Currículo, Formação e Trabalho Docente.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edinólia Lima Portela.

São Luís

2021

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Maurício José Morais CRB 13-833

A663a

Araujo, Simone Costa Miranda.

Alfabetização de jovens e adultos: investigando a Jornada de Alfabetização do Maranhão: "Sim, eu Posso!" - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello / Simone Costa Miranda Araujo. São Luís, 2021.

198 f. il. color.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edinólia Lima Portela.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos. 2. Direito a Alfabetização. 3. Repercussão de Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. I. Título. II. Portela, Edinólia Lima.

CDD: 374.81812

CDU: 374.7(812)

SIMONE COSTA MIRANDA ARAUJO

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: investigando a Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de Pesquisa: Pesquisa Instituições Educativas, Currículo, Formação e Trabalho Docente.

Data da Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Edinólia Lima Portela (Orientadora)

Doutora em Educação

Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA)

Prof.^a Dr.^a Ilma Vieira do Nascimento (Membro Interno)

Doutora em Educação

Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA)

Prof.^a Dr.^a Eliane Maria Pinto Pedrosa (Membro Externo)

Doutora em Educação, Ciências e Matemática

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

Dedico esta pesquisa a minha **AVÓ MARIA** que viveu intensamente seus 103 anos, jovem e idosa cheia de alegria, fé, sabedoria divina que em todos os momentos fortaleceu os ensinamentos de toda sua família. A você, minha avó, exemplo de pessoa humana que nunca nos abandonou dedico esta pesquisa e toda minha vida, meu eterno amor, admiração e respeito. Saudade eterna!

AGRADECIMENTOS

Uma trajetória cheia de perspectiva, amor, dedicação, carinho, respeito, desafios. Assim, eu início agradecendo a Deus e minha família por mais uma conquista. Dias difíceis desde o início de um novo desafio, que foi e está sendo a pandemia que estamos vivendo. Exatamente dia 17 de março de 2020, tudo parou: *lockdown*, o qual se prolonga até hoje em um formato menos agressivo. Mais de um ano sem poder sentir o aconchego humano, um abraço, uma reunião, uma aula, um encontro, enfim, tudo parou e precisamos no reinventar para conseguir vencer os efeitos que o vírus ainda hoje causa em nossas vidas.

Famílias se desestruturando, muitas separações, crise de ansiedade, pânico, luto (dentre eles o falecimento de minha Avó), busca constante por apoio psicológico, psiquiatras que também reinventaram sua forma de atendimento recorrendo a tecnologia e para ficar mais próximo do paciente, buscaram o formato on-line. Escolas, Universidades, Cursos, tiveram que aprender a usar novas metodologias de aula para aproximar alunos e professores, quantas mudanças, quantas reflexões. Enfim, novas alternativas de viver e mesmo diante de todo sofrimento muitos ainda não entenderam o valor do AMOR, do RESPEITO, da SOLIDARIEDADE, da AMIZADE, buscam intensamente sobreviver sem olhar o próximo. Quão triste é tal situação. Um novo acessório anulou o batom, reservou metade do rosto deixando somente os olhos para que pudéssemos continuar vendo todas as maravilhas do mundo e agradecer diariamente por nossa vida e os ouvidos para ouvirmos o outro, cobriu nossa boca para que pudéssemos falar menos e agir mais, mesmo assim muitos não entendem a lição. Resiliência, segurança, empatia, otimismo são palavras fortes e que precisam ser vivenciadas intensamente e isso só pode acontecer se firmarmos nosso olhar e nossa escuta em busca do melhor viver. Novo desafio da comunicação e do respeito ao outro.

Como educadora, tenho esperança de que novos dias irão surgir e novas possibilidades fortaleceram o vínculo com o outro uma vez que precisamos amar o que fazemos para que possamos fazer a diferença na vida do outro. Neste e agradecimento não tem como trazer nenhum recurso didático para fazer apresentação: *data show*, quadro branco ou lousa digital, trago esta escrita que tem um significado especial para minha trajetória.

Então cito Paulo Freire quando nos diz que “**Amar é um ato de coragem**”, nunca tivemos dúvidas disso pois somos educadores e ousamos amar, ele nos diz ainda que “**Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes.**” E nós educadores precisamos acreditar no potencial de cada um, independente de estarmos ou não em uma sala de aula, sabemos que todo ensinamento que adquirimos até aqui é capaz de ultrapassar os muros da escola e podemos **aprender a ser e a conviver, valores outrora esquecidos por muitos.** Revisando nossa **TRAJETÓRIA NO MESTRADO** menciono, inicialmente, o seletivo, a entrevista, a expectativa do resultado e a tão sonhada aula inicial com suas respectivas disciplinas e seminários.

Assim, início agradecendo a **Deus e a Nossa Senhora** pela minha vida sem eles nada teria sentido e nem existiria. Mesmo diante de todos os obstáculos, fortaleceram todo meu ser, força esta que jamais permitiu que eu fraquejasse na minha fé.

A minha Orientadora, professora **Dr.^a Edinolia Lima Portela** que durante toda a caminhada ensinou-se a ser mais humana e com sua sabedoria e respeito mostrou-me a melhor forma de conduzir o passo a passo da minha pesquisa. Defensora das causas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sempre teve em seu discurso a defesa de uma educação de qualidade para os adultos e idosos, o que tornou nossa trajetória uma caminhada cheia de afeto.

Aos **professores do mestrado** pela condução de suas aulas e trocas de saberes proporcionando uma gama de aprendizagem que extrapolou os muros da Universidade.

A minha Banca de Qualificação, professoras **Maria Alice e Eliane Pedrosa** e professora Ilma Nascimento integrante da banca de defesa pela paciência e orientações, as quais contribuíram de forma significativa com minha pesquisa.

As(os) colegas da 19^a turma de mestrado, em especial **Elisangela, Carla Ivana e Andrea Bastos** pela amizade, companheirismo que foi construído ao longo de nosso percurso. Vivenciamos bons momentos, difíceis contratempos, alegrias, tristeza, encontros.... amizade que se perpetuará durante nossa vida

A minha amiga **Lúbia**, parceira desde o Ensino Médio. Vivenciamos momentos maravilhosos em nossa juventude e hoje somos agraciadas pela amizade que perpetua com grande intensidade.

As minhas grandes amigas **Serrate e Marai** que no trabalho e na vida pessoal sempre estiveram presente em todos os momentos, incentivando, apoiando,

vibrando com minhas conquistas. Mais de 25 anos de amizade, ambas me acolheram assim que conclui o curso de Pedagogia, amizade sincera, intensa, consolidada. Mais que amiga, considero como minha família, em nenhum momento deixaram de aconselhar, ouvir..... Nos encontros, almoços, aniversários, telefonemas, mensagens, “o acolher” na alegria e tristeza se torna sempre muito presente. Gratidão eterna.

As minhas amigas militantes da EJA, novamente menciono os nomes de **Serrate e Marai**, por toda nossa trajetória profissional e neste caminhar surge **Carolina Coimbra, Sheila, Amparo, Selma Pires, Maria da Guia e Áurea Borges** que sempre estiveram presente na minha caminhada.

As colegas de trabalho **Araci, Antonina, Amparo, Etiene, Helena e Cris** pelo incentivo, dedicação e compromisso.

A Secretária de Educação do Município de Governador Newton Bello, **Josélia Sena** pelo apoio, acolhida e dedicação tanto no decorrer da minha pesquisa quanto no acompanhamento das ações da Jornada no Município.

Ao Secretário da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), **Francisco Gonçalves** e Secretário Adjunto **Bruno Lacerda** pela acolhida e disponibilidade.

Aos sujeitos da pesquisa em destaque o Coordenador **Elson**, as Alfabetizadoras **Joyce e Socorro Damasceno** pela paciência, respeito, articulação com demais Coordenadores e Alfabetizadores que acolheram a pesquisa com interesse, dedicando seu tempo e atenção aos contatos e participação na entrevista.

Aos educandos, agradecimento especial a vocês que participaram da Jornada, dedicando seu tempo, companhia, alegrias, tristezas, encantos, paixão.... proporcionando a todos um grande aprendizado.

Neste caminhar, iniciei agradecendo a Deus e Nossa Senhora e encerro com a gratidão pela família maravilhosa, lutadora, cheia de fé, amor, carinho que recebi de presente e assim com o coração transbordando de felicidade dedico toda minha vida ao meu porto seguro, **meu pai Leonidas e minha mãe Alice**, pilares da minha formação como ser humano, exemplo de vida e referência, de determinação, por toda simplicidade e respeito ao próximo, ensinando sempre valores que fortaleceram minha fé vivenciado seu amor incondicional em todos os momentos difíceis da minha vida.

Ao meu esposo **Eduardo**, agradeço a paciência e respeito para com meu trabalho e minha pesquisa, sem jamais cobrar as ausências do dia a dia.

Aos meus irmãos **Rosana, Leonidas Filho** e cunhado **Marcello** que sempre estiveram do meu lado e torcem por minhas conquistas.

Aos meus filhos **André Felipe, Maria Eduarda e Alicia Maria**, grandes motivadores de minha vida. Motivo de dedicação, alegrias, esperanças, muito amor e que mesmo diante de minhas ausências, quando precisava produzir meu texto, eles sempre estiveram do meu lado e quando pensavam em cobrar minha presença, souberam esperar, entender que eu estava lá de seu lado às vezes somente em um cômodo diferente, mas no dia a dia fazia de tudo para redigir minha pesquisa próximo deles.

E termino mencionando Exupéry: **“Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativou”** e **“Foi o tempo que perdestes com tua ROSA que a fez tão importante”**. Qual grandiosidade são estas palavras!

GRATIDÃO sempre!!!!

O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e os humildes.

Cora Coralina

ARAUJO, Simone Costa Miranda. **Alfabetização de Jovens e Adultos**: investigando a Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello. Orientadora: Profa. Dra. Edinólia Lima Portela. 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa que discute a Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvida na primeira fase da Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura, realizada no Município de Governador Newton Bello - MA. Tem como objetivo geral analisar o processo de alfabetização dos educandos da Jornada “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello, considerando as contribuições dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma. Compreende a Jornada de Alfabetização, como uma das treze ações emergidas do Programa Escola Digna - oriundo do Plano de Ação Mais IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), organizado no ano de 2015, pelo governo do Maranhão, com o objetivo de elevar o IDH dos Municípios mais carentes do Estado. A Jornada “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura, objetiva alfabetizar, elevar o emprego e a renda e proporcionar acesso ao mundo digital, para os jovens e adultos residentes nos municípios de menor IDH do Estado do Maranhão. Contudo, o recorte do estudo se refere ao eixo “alfabetização”. Consideramos para fins de análise as proposições e finalidades da Jornada referente à alfabetização, expressas nos documentos que a direcionam e o posicionamento dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma. A pesquisa é fundamentada à luz do pensamento de Arroyo (2011), Freire (1996; 2011), Soares (1999), Feitosa (2020), Brandão (2006), Díaz (2005), Di Pierro (2000; 2005) e documentos como Leis (nº 9.394, de 20/12/96; nº 13.005, de 25/06/14; nº 10.099, de 11/06/14, Lei 10.172, de 9/01/01), Resolução nº 02/2011 - CEE/MA; Decreto nº 30.612, de 02/01/15 e Parecer CEB nº 11/2000 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como o Plano de Ação Mais IDH, Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Estadual de Educação (PEE 2013-2023), além de dados do Censo Escolar (2010). A condução metodológica é referenciada por Laurence Bardin (2011) e outros autores que caminham pela perspectiva da análise de conteúdo utilizada para análise e interpretação dos resultados. Considerando o contexto de excepcionalidade provocado pela pandemia da Covid-19, o contato com os sujeitos foi realizado de forma remota, com a utilização

de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), mantendo nesses momentos o sistema de gravação. Os sujeitos da pesquisa contam em número de 03 Coordenadores de Turma e 08 Alfabetizadores que participaram do desenvolvimento da Jornada e dos processos de alfabetização dos educandos do Município lócus da pesquisa. Utilizamos como instrumental de pesquisa a entrevista semiaberta, contendo indagações que versaram sobre questões que se alinham com o nosso objetivo de pesquisa, tais como: o entendimento da Jornada desde a implantação; o desenvolvimento do seu papel (Alfabetizador e Coordenador de Turma) nas atividades da Jornada e a avaliação que fazem dos resultados da Jornada. Os resultados do estudo revelam que embora o Relatório Oficial de Avaliação da Jornada, realizado por órgãos públicos estaduais, indique que 873 educandos foram alfabetizados, houve variação na apropriação da alfabetização, sendo que nem todos os educandos conseguiram responder as expectativas exigidas expressar nos documentos orientadores, no entanto, entendemos que essa questão não invalida o alcance da alfabetização dos educandos. Ademais o processo de implantação e organização, bem como o desenvolvimento da Jornada no município, se caracterizaram como profícuos momentos políticos pedagógicos, para todos os envolvidos. Pelo exposto, podemos inferir que no computo geral a Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura desenvolvida no Município de Governador Newton Bello, embora com entraves e desafios, contemplou os propósitos referente a “alfabetização”, bem como, mudança de mentalidade aos educadores, coordenadores e demais envolvidos em seu incremento.

Palavras-chave: Processo de Alfabetização de Jovens e Adultos. Direito a Alfabetização. Repercussão de Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

ARAUJO, Simone Costa Miranda. **Literacy of young people and adults: investigating the Maranhão Literacy Day: “Yes, I can!” - Culture Circle in the Municipality of Governador Newton Bello.** Advisor: Profa. Dr. Edinólia Lima Portela. 2021. 200 f. Thesis (Master in Education) - Federal University of Maranhão, São Luís, 2021.

ABSTRACT

This work consists of qualitative research that discusses the Youth and Adult Literacy developed **in the first phase of the Maranhão Literacy Journey: “Yes, I can!” – Culture Circle, held in the municipality of Governador Newton Bello – MA.** Its general objective is to analyze the learners’ literacy process in the “Yes, I can!” Journey in the municipality of Governador Newton Bello, considering the contributions of Literacy Teachers and Class Coordinators. It understands the “Yes, I can!” Literacy Journey – Culture Circle as one of thirteen actions that emerged from the Programa Escola Digna (Decent School Program) – originating from the Plano de Ação Mais IDH (“More HDI” Action Plan), organized in 2015 to accomplish the goal of elevating the HDI in the most deprived municipalities of the state. The “Yes, I can!” Literacy Journey – Culture Circle aims to provide literacy, increase employability and income, and provide access to the digital world for young people and adults living in the Municipalities with lower HDI in Maranhão state. However, the scope of this study focuses on the literacy developed in the first phase of the Journey in the Municipality of Governador Newton Bello. For the analysis purposes, we considered the propositions and goals of the Journey referring to literacy, expressed in the documents that guide it and the Literacy Teachers and Class Coordinators positioning. The research is grounded on the thoughts of Arroyo (2011), Freire (1996; 2011), Soares (1999), Feitosa (2020), Bardin (1977; 2006), Brandão (2006), Díaz (2005), Di Pierro (2000; 2005), Gondim (2011), and documents as Laws (nº 9.394, de 20/12/96; nº 13.005, de 25/06/14; nº 10.099, de 11/06/14, Lei 10.172, de 9/01/01), Resolution nº 02/2011 - CEE/MA; Decree nº 30.612, de 02/01/15 and CEB Report nº 11/2000 that addresses the National Curriculum Guidelines for Youth and Adult Education (YAE), as well as the “More HDI” Action Plan, National Education Plan (NEP), State Education Plan (SEP 2013-2023), besides School Census (2010). The methodological conduction is based on Laurence Bardin (2011) and other authors that work in the content analysis perspective, used for data analysis and interpretation. Considering the exceptionality context provoked by the Covid-19 pandemic, the contact with research participants happened in the remote mode, with the use of Information and Communication Technology (TDIC), with a recording strategy in these moments. The participants in this research were 03 Class Coordinators and 08 Literacy Teachers that participated in the Journey development and in the learners’ literacy processes in the Newton Bello municipality. We used as a research instrument the semi-structured interview, containing inquiries that dealt with issues that are in line with our research objective, such as: the understanding of the Journey since its implementation; the development of their role (Literacy teacher and Class Coordinator) in the activities of the Conference and their assessment of the results of the Conference. The results of the study reveal that although the Official Evaluation Report of the Journey, carried out by state public agencies, indicates that 873 students were literate, there was a variation in the appropriation of literacy, and not all students were able to respond to the expectations required to be expressed in the guiding documents, however, we understand that this issue does not invalidate the reach of literacy for students.

Furthermore, the process of implantation and organization, as well as the development of the Journey in the city, were characterized as fruitful political pedagogical moments for everyone involved.

Keywords: Youth and Adult Literacy Process. Right to Literacy. Repercussion of the Youth and Adult Literacy Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alfabetizadores e Coordenadores de Turma	54
Figura 2 - Capa da cartilha em Língua Espanhola.....	65
Figura 3 - Capa da cartilha em Língua Portuguesa.....	65
Figura 4 - Característica do Método nas videoaulas	66
Figura 5 - Exemplo de uma página da Cartilha do Educando/a.....	67
Figura 6 - Processo de Alfabetização.....	74
Figura 7 – Mapa de Localização	124
Figura 8 – Educandos de Governador Newton Bello na Jornada	130
Figura 9 – Formação dos Coordenadores de Turma - Certificado de conclusão da formação do Círculo de Cultura	144
Figura 10 – Reunião com o Comitê Mais IDH, Governo e MST.....	145
Figura 11 – Reunião com as Lideranças.....	145
Figura 12 – Reunião com Igreja Assembleia de Deus	145
Figura 13 – Reunião Comunidade Currupião.....	146
Figura 14 – Reunião com Assentamento 16 de Abril.....	146
Figura 15 – Seminário Municipal Jornada de Alfabetização do Maranhão: "Sim, eu Posso!" – Círculo do Cultura	146
Figura 16 – Presidente da Câmara, Coordenadora e Alfabetizadora no Seminário Municipal realizado em Newton Bello	147
Figura 17 – Exposição de atividades desenvolvidas durante a Jornada.....	152
Figura 18 – Entrega dos certificados da Jornada "Sim, eu Posso!" para os Educandos	157
Figura 19 – Carta.....	162
Figura 20 – Formatura da Jornada "Sim, eu Posso!" em Governador Newton Bello	163
Figura 21 – Registros do Encerramento da Formatura	164
Figura 22 – Seminário Estadual com o Encerramento da Jornada.....	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo (Pessoas de 15 anos ou mais) – 2010.....	33
Gráfico 2 – Faixa Etária Alfabetizador.....	50
Gráfico 3 – Faixa Etária Coordenadores de Turma	50
Gráfico 4 – Estado Civil Coordenadores	51
Gráfico 5 – Estado Civil Alfabetizadores	51
Gráfico 6 – Sexo Alfabetizadores.....	51
Gráfico 7 – Sexo Coordenadores.....	52
Gráfico 8 – Etnia Coordenadores.....	52
Gráfico 9 – Etnia Alfabetizadores.....	52
Gráfico 10 – Residência Alfabetizador	53
Gráfico 11 – Residência Coordenadores	53
Gráfico 12 – Formação Alfabetizador.....	54
Gráfico 13 – Formação Coordenador.....	54
Gráfico 13 - Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDHM-E) – 2010	127
Gráfico 14 - Escolaridade da população adulta - 2010	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Panorama geral de ações da pesquisa.....	46
Quadro 2 - Categorias e objetivos da pesquisa	47
Quadro 3 - Categorias e referencial teórico da pesquisa.....	47
Quadro 4 - Dimensões / instrumentos da entrevista	48
Quadro 5 - Atendimento do Projeto “Sim, eu Posso!” no ano 2008	118
Quadro 6 - Atendimento do PAEMA (2008 - 2011).....	119
Quadro 7 - Atendimento da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura.....	119
Quadro 8 - Síntese dos aspectos populacionais, culturais e turísticos do Município de Governador Newton Bello	126
Quadro 9 - Categorias X Dimensões.....	133
Quadro 10 - Etapa das Oficiais de Formações Inicial no Município de Governador Newton Bello	139
Quadro 11 - Quantidade de educandos e evasão por turma	153
Quadro 12 - Houve evasão nas turmas que você coordenou? Se sim, a que você atribui a evasão? Tem como mensurar o quantitativo da evasão?.....	155
Quadro 13 - Respostas dos Alfabetizadores.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alfabeto numerado (em ordem alfabética). Forma em que aparece atrás da capa final da Cartilha para o educando/a.....	67
Tabela 2 - Alfabeto numerado (ordem numérica), ordem da sequência do ensino das letras no método “Sim, eu Posso!”.....	68
Tabela 3 - Beneficiários diretos e indiretos da primeira fase da Jornada de Alfabetização no Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura.....	70
Tabela 4 - Quantitativo de inscritos no Município Governador Newton Bello.....	70
Tabela 5 - Cronograma da Jornada de Alfabetização no Maranhão: "Sim, eu Posso!" - Círculo de Cultura	71
Tabela 6 - Plano de aula.....	75
Tabela 7 - – Rotina das aulas (Tempo Educativo).....	76
Tabela 8 - Dimensões do processo de trabalho com o método	77
Tabela 9 - Instrumento de registro do desempenho dos educandos/as nas noções de leitura, escrita e numérica.	78
Tabela 10 - Acompanhamento semanal da aprendizagem dos educandos.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFASOL	Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária
AIA	Ano Internacional da Alfabetização
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNA	Comissão Nacional de Alfabetização
CNAEJA	Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
COMAE	Comissão Maranhense para a Erradicação do Analfabetismo
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
DISUP	Divisão de Ensino Supletivo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EEJA	Exames de Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENEJA	Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EWLP	Programa Experimental de Alfabetização Mundial
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FICT	Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores

FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDAÇÃO EDUCAR	Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEB	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPLAC	Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho de Cuba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MST	Movimento Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
NEBA	Necessidades Básicas de Aprendizagem
ONU	Organização das Nações Unidas
TOPA	Programa Todos pela Alfabetização
PAEMA	Plano de Alfabetização Educadora do Maranhão
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PNA	Programa Nacional de Alfabetização
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNE	Plano Nacional de Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PEI	Programa de Educação Integrada
PT	Partido dos Trabalhadores

PNAD	Plano Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
SAPE	Secretaria Adjunta de Projetos Especiais
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SEEA	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDIHPOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
SESI	Serviço Social da Indústria
SUPEJA	Supervisão de Educação de Jovens e Adultos
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
UREs	Unidades Regionais de Ensino

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 Trajetória acadêmica da pesquisadora e aproximação com o objeto	23
1.2. Iniciando o percurso metodológico: o Estado da Arte de estudos que atravessam a pesquisa	34
1.2.1. Aprofundando os passos metodológicos da pesquisa	40
1.2.2 Os Sujeitos da Pesquisa	49
2 CONHECENDO O PROGRAMA “SIM, EU POSSO!”	57
2.1 História e concepção	60
2.2 O Processo de Alfabetização	64
2.3 A Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura	69
3 TRAJETÓRIAS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS O BRASIL...	80
3.1. Alfabetização de Jovens e Adultos e seu contexto histórico no Brasil	81
3.2 Programas de Alfabetização entremeando a Educação de Jovens e Adultos	101
3.3 Alfabetização de Jovens e Adultos no Maranhão	108
3.3.1 Alfabetização de Jovens e Adultos na Rede Estadual de São Luís do Maranhão	108
4 JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello	123
4.1 Contorno sobre o contexto da pesquisa: o Município de Governador Newton Bello	124
4.2 Com a palavra os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma	130
4.2.1 Compreensão dos sujeitos sobre a Jornada de Alfabetização no Município pesquisado	132
4.2.2 Alfabetizadores e Coordenadores de Turma e a Jornada de Alfabetização no Município pesquisado	149
4.2.2.1 Objetivos e mensuração proposto na alfabetização dos educandos ..	156
4.2.2.2 Desafios pedagógicos e/ou metodológicos junto aos Alfabetizadores	158
4.2.2.3 Articulação de ideias e das palavras escrita ortograficamente corretas	159

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICE A - SISTEMATIZAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE PROVENIENTE DO BANCO DE TESES CAPES NO PERÍODO DE 2013-2017	178
APÊNDICE B - SISTEMATIZAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE POR TÍTULO, AUTOR, PALAVRA - CHAVE E LINHA DE PESQUISA NO PERÍODO DE 2013 - 2017	179
APÊNDICE C - IDENTIFICAÇÃO DO FOCO DA PESQUISA, OBJETIVOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	181
APÊNDICE D - IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETOS/CATEGORIAS DE ANÁLISE..	183
APÊNDICE E - SÍNTESE DO ROTEIRO DE PERGUNTAS	184
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COORDENADORES DE TURMA DA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO “SIM, EU POSSO!” – CÍRCULO DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE NEWTON BELLO/MA	187
APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ALFABETIZADORES DA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO “SIM, EU POSSO!” – CÍRCULO DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE NEWTON BELLO/MA.	190
APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	193
ANEXO A - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ESTADO DO MARANHÃO - POR MUNICÍPIO (ORDEM DECRESCENTE)	196
ANEXO B - MOÇÃO DE ADVERTÊNCIA DO VIII ENEJA MOÇÃO DE ADVERTÊNCIA ÀS AUTORIDADES QUANTO AOS RESULTADOS DO PROGRAMA YO, SÍ, PUEDO	197

1 INTRODUÇÃO

1.1 Trajetória acadêmica da pesquisadora e aproximação com o objeto

Acreditando que a aprendizagem não se esgota com o seguimento da vida é que começo a descrever minha trajetória pessoal e profissional, as quais são etapas significativas e até hoje sempre que recordo minha infância, sinto-me completamente emocionada, pois foram momentos mágicos que deixaram marcas profundas em toda a trajetória de minha vida.

Sendo filha de normalista e sempre envolvida com os mistérios contidos nas páginas dos livros que minha mãe levava para casa ou, até mesmo, dos cadernos de seus alunos, quando ela os corrigia, estava sempre apreciando o bordado daquelas letras. Entrei para a escola aos sete anos (1ª série), porém, aos cinco já estava alfabetizada, lia todos os rótulos, placas de ônibus, *outdoors*. Meu pai, homem de pouco estudo, cursou até a 5ª série, mas aprecia a leitura e se inteira com as informações e acontecimentos ocorridos mundial e nacionalmente, sempre valorizou os ensinamentos de minha mãe e incentivava os filhos a percorrerem o caminho dos estudos.

Duas vezes na semana, acompanhava meu pai ao trabalho e entre os espaços de menos fluxo ele incentivava minha leitura e escrita com materiais como revistas infantis e jornais. Além disso, solicitava sempre que possível que eu lesse rótulos de material de venda, bem como desenhava objetos e solicitava que eu escrevesse os nomes. Assim ia ensinando, de sua maneira, como as letrinhas se reuniam para formar as palavras. Às vezes, eu era alfabetizada pelos seus amigos de trabalho os quais na cumplicidade do momento, tentavam cooperar. Que aprendizado maravilhoso!

Minha mãe, grande alfabetizadora, sempre conseguia livros de histórias para que eu os folheasse e uma das minhas brincadeiras favoritas era dar aulas para meus vizinhos. Recordo que ganhei uma lousa de sala de aula em determinado natal, assim, sai performando aulas com os amigos, contudo, como os métodos de ensino da minha mãe e do meu pai não utilizavam a repressão e castigos físicos, minha performance os imitava.

Durante o curso primário, realizado em escola pública, sempre fui muito interativa e participativa nos eventos escolares, no entanto, existem passagens que

marcam de forma negativa, vinculadas a posturas tradicionais docentes, bem típicas daquele momento. Uma passagem que marcou intensamente nessa fase foi quando na 3ª série, no horário da leitura individual, a professora (que já não era mais minha mãe) nos chamou até sua mesa e solicitou que fizéssemos a leitura enquanto ia anotando em seu caderninho os conceitos “mais”, “menos” e até mesmo o famoso “mais ou menos”. Quando chegou minha vez, fiquei tão nervosa que, em vez de ler o texto que ela estava apontando, comecei a cantar. Era a música “[...] estava à toa na vida e o meu amor me chamou pra ver a banda passar tocando coisas de amor [...]”. Não sei por que não consegui ler, acredito que em minha mente o fato de estar cantando não era diferente de estar lendo. Como poderia cantar se não lesse? Será que ela achava que eu tinha decorado a música? E como iria adivinhar que era aquela a leitura que ela havia selecionado para eu fazer? Só sei que a professora não gostou e só entrei no outro dia com a minha mãe. Triste recordação! Foi a única vez que minha família foi chamada na escola. Hoje fico a pensar nesse momento e acho que aquela professora não estava preparada para lidar com situações novas, não conhecia a magia da alfabetização. Ela era muito tradicional.

Torres (2001, p. 20) ressalta que a,

Educação para Todos equivale a “Educação Básica para Todos” entendendo-se por educação básica uma educação capaz de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (NEBA) de crianças, jovens e adultos). As Nebas, por sua vez são definidas como aqueles conhecimentos teóricos e práticos, destrezas, valores e atitudes que tornam-se indispensáveis para que as pessoas possam encarar suas necessidades básicas em sete frentes: a sobrevivência; o desenvolvimento pleno de suas capacidades; a conquista de uma vida e de um trabalho dignos; uma participação plena no desenvolvimento; a melhoria da qualidade de vida; a tomada de decisões consciente e a possibilidade de continuar aprendendo.

Diante do cenário de mudanças e novas perspectivas, no decorrer de minha trajetória, além da descoberta de novas metodologias e estudo de teóricos como Piaget, Emília Ferreira, Paulo Freire, Vygotsky, Saviani entre outros, tem dois marcos que destaco como oportunidade de estudos e início de novas aprendizagens: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), aprovada para servir de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no intuito de oferecer uma educação igualitária como direito de todos e os Quatro Pilares da Educação, instituídos em 1999 como conceitos de fundamento da educação baseado no Relatório para a UNESCO, esses Pilares sustentam o conceito de educação baseado no desenvolvimento

humano, seu entendimento fortalece o meu caminho e abre um leque de oportunidades.

Assim, retorno à Universidade que foi a porta de entrada para toda minha vida profissional, onde em 1995 iniciei meu primeiro emprego oficial, professora titular do SESI, em uma turma de alfabetização, tendo sido esse o início de minha jornada como alfabetizadora. Novos aprendizados, marcas que ficaram registradas durante minha vida, constatei mais uma vez o quanto é importante o processo de alfabetização e lembrei-me dos momentos com meus pais e da grandiosidade que é a figura do educador.

Ainda no ano de 1995, consegui galgar minha primeira aprovação no concurso público promovido pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) para o cargo de professora. Conciliando o serviço e a Universidade, optei por trabalhar no noturno e como maior presente comecei a lecionar na escola que outrora fui aluna, o que para mim foi muito gratificante. Agora professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA), começo a perceber quanto é relevante oportunizar aos jovens e adultos fora da faixa etária da escolaridade regular a conclusão e continuidade de estudos, uma vez que os mesmos possuem trajetórias de vidas diferentes, com experiências adquiridas ao longo de sua caminhada, o que requer domínio teórico metodológico e competência por parte do alfabetizador para que os sujeitos possam reconstruir sua história.

Nesse sentido, mais uma vez enfatizo a magia que é alfabetizar uma clientela que outrora fora excluída de seus direitos a qual é diferente das crianças, pois precisa de metodologia própria, corroborando o que defende Freire (2002, p. 25), ao nos dizer que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção [...]”. Nessa perspectiva, observando a minha prática e me debruçando sobre os ensinamentos de Freire, passei a valorizar todo o conhecimento prévio desse alunado.

Reforçando a importância da minha formação, volto a mencionar Freire (1996, p. 94), quando em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, desvela que:

Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente. Posso saber pedagogia, biologia como astronomia, posso cuidar da terra como posso navegar. Sou gente. Sei que ignoro e sei que sei. Por isso, tanto posso saber o que ainda não sei como posso saber melhor o que já sei. E saberei tão melhor e mais autenticamente quanto mais eficazmente construa minha autonomia em respeito à dos outros.

E em meio a novas conquistas, em 1997, conclui o curso de Pedagogia com habilitação em “Supervisão Escolar de 1° e 2° Graus e Magistério das Matérias Pedagógicas do 2° Grau”. Um momento singular na minha vida profissional, em especial pelas recomendações da banca avaliadora, que avaliaram o trabalho sugerindo que eu continuasse com o "olhar diferenciado em minha trajetória profissional”.

Minha relação com a EJA inicia-se em 1997, nesse contexto eu já havia feito especialização em Planejamento Educacional, então devido meu desempenho nas formações das unidades escolares em que trabalhava, fui convocada para compor a equipe técnica da EJA na Secretaria de Educação do Estado. Comecei as atividades participando das formações e acompanhamento pedagógico nas escolas da Rede que ofereciam essa modalidade de ensino, incluindo a escola que fica localizada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, bem como as que atendem às demandas da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) com as Medidas Socioeducativas.

Concomitante ao trabalho na Secretaria de Estado, fui selecionada para fazer uma especialização específica para EJA/PROEJA, realizada pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). A especialização foi um momento ímpar para o meu crescimento profissional, nessas alturas eu militava em favor dessa modalidade de educação. Nessa mesma trajetória, trabalhei em escolas mistas, tais como a Fundação Bradesco, local em que aprofundi minha prática com EJA, ao desenvolver trabalhos com os pais de alunos.

No ano de 1999, fui selecionada para trabalhar como Orientador Pedagógico Educacional na Fundação Bradesco, dentre minhas atribuições pude acompanhar os Cursos da Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FICT). A alfabetização, mais uma vez, foi o foco de meu trabalho, tanto com crianças de 5 (cinco) anos como com os pais dos alunos, os quais não tiveram oportunidade de estudar e adentraram no Programa de Alfabetização de Idosos que a Instituição implantou. Fora uma experiência maravilhosa, enriquecedora e que proporcionou novas possibilidades de melhorias nas famílias dos alunos. As formaturas de finais de ano deixaram marcas inesquecíveis.

Além disso, também tive a oportunidade de fazer acompanhamento pedagógico na EJA curso técnico e outras responsabilidades relacionadas à gestão, o que me proporcionou muito experiência com a dinâmica da realidade escolar.

Toda a trajetória percorrida me proporcionou vivenciar a grandiosidade que é fazer parte do processo ensino x aprendizagem e confirmar o quanto é importante para o educador perpassar por todas às funções existentes na escola.

Desde o início da minha vida profissional, como relatei até aqui, minha experiência esteve voltada para educação infantil, ensino fundamental, médio, educação profissional e EJA. Vale mencionar que em 1995, minha trajetória teve como marco mais específico o acompanhamento das políticas que envolvem a Educação de Jovens e Adultos. Momento em que se abriu um grande leque de oportunidades para os meus estudos, uma vez que esses homens e mulheres que tiveram seus direitos excluídos em algum momento de suas vidas, ao adentrarem os espaços das instituições escolares, novamente foram marginalizados, visto por muitos como “educandos excluídos” e que por isso não têm identidades próprias.

Mais uma vez, retomo os ensinamentos obtidos na Universidade e menciono a relevância dos fundamentos teórico metodológicos do educador Paulo Freire, como parte integrante da história da EJA no Brasil. Conforme Gadotti (1993, p. 253), toda a obra de Freire:

É voltada para uma teoria do conhecimento aplicada à educação, sustentada por uma concepção dialética em que educador e educando aprendem juntos numa relação dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria, reorienta essa teoria, num processo de constante aperfeiçoamento.

E assumindo a função de técnica da SEDUC, percebi a relevância da educação na EJA para além dos muros da escola. Quem sabe para além das salas de aula tradicionais? E como uma possibilidade de crescimento pessoal, onde as experiências de vida dos alunos seja mais valorizada?

Diante da necessidade de consolidar políticas públicas mais consistentes para a EJA, em 2001, tive a oportunidade de coordenar o Programa Parâmetros em Ação, uma iniciativa do Governo Federal em parceria com as Secretarias, cujo foco estava centrado em formar professores com objetivos de melhorar a qualidade da oferta da EJA da **Alfabetização** até as etapas iniciais do Ensino Fundamental.

Em meio a todo esse cenário, desvelo a minha experiência como professora das séries de alfabetização e técnica de acompanhamento dos Programas/Projetos desenvolvidos pela EJA na SEDUC, dentre eles os Programas de Alfabetização e escolarização dos alunos que outrora foram excluídos da escola. No decorrer dessa trajetória, em 2010, surgiu o interesse de participar do Fórum EJA

onde tive a oportunidade de, por um período específico, atuar na sua coordenação. Tal Fórum se constitui um espaço de socialização de informações, debate intersetorial, fomentando o fortalecimento dos profissionais para a luta em defesa dos direitos e qualidade de atendimento na EJA. O Fórum tem um importante papel na construção de políticas públicas e educacionais para a EJA a qual é marcada pela luta dos movimentos sociais em prol do direito à educação, direito este que fora negado por muitos anos a estes sujeitos.

Dentre as temáticas de debate nas reuniões do Fórum, o processo de escolarização inicial e os Programas de Alfabetização estavam inseridos como uma das prioridades, tendo em vista que um de seus objetivos é o acompanhamento de ações das políticas inclusive as locais. Nesse contexto, surge, mais uma vez, o interesse no acompanhamento de Programas de Alfabetização, buscando consolidar como um movimento importante para democratização da educação e da concretização do direito a educação para todos.

Entendemos, no que refere à importância dos Fóruns, bem como discussões dessa natureza, o que coloca Soares (2005, p. 282), ao dizer que

Os Fóruns são espaços de participação plural e costumam criar uma múltipla articulação entre as diferentes instituições envolvidas com a EJA, resultando no fortalecimento da relação entre os protagonistas, objetivando a intervenção na proposição de políticas educacionais de jovens e adultos, nesse sentido os fóruns de EJA “têm desempenhado um papel político-pedagógico e de formação de extrema importância”.

Nessa perspectiva, percebo que minha caminhada profissional e militante me possibilitou fomentar discussões sobre Alfabetização de Adultos, fortalecendo a proposta de estudo ampliando a discussão sobre Alfabetização de Jovens e Adultos, uma vez que a necessidade da alfabetização se torna cada dia mais urgente em um país onde as diferenças culturais e sociais demonstram ser o impedimento para o sucesso e a estabilidade econômica de todo um povo.

Diante dessa constatação, compreendi que é preciso aprofundar meus estudos para consolidar uma prática que cumpra com a finalidade educativa e, ao mesmo tempo, me traga respostas positivas enquanto educadora. Nesse sentido, o que me mobiliza a realizar esta pesquisa é o desejo de que os resultados obtidos apontem caminhos para se repensar a importância da alfabetização, favorecendo aos alunos novas possibilidades, bem como a importância de fomentar a discussão de ações que possam garantir, além do acesso ao saber, mudanças significativas em

suas vidas para que possam ter vez e sua voz seja ouvida em nossa sociedade. Portanto, é importante fortalecer a discussão de ações que possam garantir a esses alunos, além do acesso ao saber, mudanças significativas em suas vidas, no sentido de garantir os direitos aos bens socialmente produzidos.

Nessa perspectiva, intensificar a discussão sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos no Maranhão, na perspectiva de analisar suas políticas, é uma tarefa primordial e esperamos que esta investigação possa contribuir na reflexão e ação das entidades governamentais e não governamentais que estão diretamente envolvidas no processo e na luta pela garantia dos direitos fundamentais dos sujeitos que estão inseridos na EJA. É necessário propiciar uma alfabetização que garanta a inclusão, promovendo novas oportunidades para os homens e mulheres, fato que só é possível a partir de um conjunto de ações que agreguem à educação e demais direitos assegurados legalmente de forma a concretizar o que legitima a Constituição Federal, em seu Artigo 5º, quando estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Neste sentido, analisando os dados estatísticos referentes ao analfabetismo, em 2015 o Estado do Maranhão¹ intensifica seus estudos sobre o analfabetismo e procurou estratégias para melhoria na educação, tendo em vista o Censo do IBGE de 2010, o qual revela que se levarmos em conta a porcentagem de analfabetos da população maranhense, com idade entre 15 e 59 anos, o índice chega a 27,3%. Tais indicadores de analfabetismo do Estado do Maranhão apontava a urgência de políticas públicas sociais, as quais estão sendo concretizadas com ações específicas e contempladas nos documentos oficiais dentre eles o Plano de Ação Mais IDH², Plano Nacional de Educação (PNE³ 2014-2024) e Plano Estadual de Educação

¹É uma das 27 Unidades Federativas do Brasil, localizada na Região Nordeste do país, possui o segundo maior litoral do país, resultando em uma grande diversidade de ecossistemas ocupando uma área de 333.365,6 Km², com uma estrutura de organização geopolítica constituída por 217 municípios e com uma população de 7.035.055 habitantes (cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama/2018).

² Instituído pelo Decreto n° 30.612, de 02 de janeiro de 2015, o Plano Mais IDH tem como objetivo geral promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Faz parte de uma série de medidas que priorizam o desenvolvimento dos 30 municípios de menor Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM do Estado do Maranhão, apontados pelo Censo 2010. O Plano constitui-se um desafio da política de alfabetização de jovens, adultos e idosos no Maranhão visando garantir a universalização e a democratização do ensino para esse público.

³ O Plano Nacional de Educação (2014-2024) começou a tramitar em 2010, quando o MEC apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.8.035/2010. O projeto apresentado no final do último mandato do Presidente Lula, constituiu-se de 2.906 emendas, resultando num processo lento de tramitação, com muitos embates em torno de questões reveladoras dos conflitos que movimentam a

(PEE⁴ 2014-2024), que constituem um reconhecimento por parte do Estado de que estes jovens e idosos têm necessidades próprias e, por isto, são alvo de políticas públicas específicas.

Além do mencionado, precisa-se considerar que em nível nacional, o PNE, aprovado e sancionado por meio da Lei nº 13.005 de junho de 2014, definiu 20 metas dentre estas, quatro relaciona-se a EJA e estabelece estratégias que se apresentam como desafio para os jovens e adultos e devem ser alcançadas pelos governos no tempo de sua vigência visando garantir o direito à Educação Básica, contemplando as etapas e modalidades de ensino. No que se refere à EJA, destaca-se as metas:

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (BRASIL, 2014, p. 4-9).

É importante enfatizar, ainda, que ao analisar o novo PNE e seus reflexos para a EJA, Machado e Alves (2014, p. 20), mencionam que:

[...] é necessário reconhecer que o novo plano nacional é resultado do esforço de muitas lutas, em especial, da sociedade civil que se mobilizou para sua aprovação após mais de três anos de tramitação. Neste sentido, mesmo com contradições, ele expressa um esforço em colocar a EJA em um outro patamar na política educacional. Espera-se que não seja reiterada a visão compensatória e aligeirada de ofertas de escolarização a jovens e adultos

arena educacional brasileira, envolvendo diferentes sujeitos com interesses muitos distintos que disputam os modelos a pautarem nossa educação (MACHADO; ALVES, 2014).

⁴ O Plano Estadual de Educação aprovado pela Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014 para o período 2014/2024, em cumprimento à Lei Federal n.º 13.005/2014, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) definindo como prioridade a garantia e a ampliação do acesso, melhoria das condições de permanência e o aprimoramento da qualidade da Educação Básica ofertada a todos os brasileiros. O PEE tem 22 metas e 315 estratégias, com objetivos: assegurar as condições básicas para garantir o êxito dos resultados do processo educacional: efetivação da aprendizagem escolar; superação do analfabetismo; universalização do ensino e elevar os níveis de qualidade da educação. As metas do PEE/MA são objeto de avaliação e monitoramento periódicos por meio de ações estratégicas de acompanhamento como: seminários municipais, regionais e audiências públicas, sob a coordenação do Fórum Estadual de Educação.

trabalhadores, mas se reconheça o direito a uma educação integral na perspectiva da formação de sujeitos emancipados e capazes se posicionarem frente a tantos desafios, numa realidade cada vez individualizante e pragmática.

Nesse sentido, para o alcance das metas propostas no PNE, o Estado do Maranhão, em 2014 elaborou o Plano Estadual de Educação (PEE 2014-2024) que foi aprovado pela Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. No tocante à EJA, o PEE, em seu diagnóstico pontua que:

A dificuldade do governo em garantir a universalização e a democratização da educação pública, motivada por problemas estruturais e históricos da sociedade brasileira, revela a existência de um grande contingente de analfabetos (jovens, adultos e idosos) que foram excluídos da escola, ora por não ter acesso, ora por não ter condições de permanência. (MARANHÃO, 2014, p. 8).

Diante do diagnóstico realizado, o documento supracitado estabeleceu metas específicas para a EJA, conforme mencionado no documento,

Meta 9: Elevar a escolaridade média da população a partir de dezoito anos, de modo a alcançar no mínimo, dez anos de estudos no último ano de vigência deste PEE, para negros, indígenas, quilombolas, populações do campo, povos das águas e povos das florestas⁵, comunidades tradicionais da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com vistas à redução da desigualdade social.

Meta 10: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,1% até 2015 e, até o final da vigência deste PEE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. (MARANHÃO, 2014, p. 22-24).

Nesse contexto, reforçamos a necessidade de investimento em políticas que assegure a esses homens e mulheres, outrora excluídos, o direito a uma educação de qualidade e o caminhar para essa conquista não é imediato, mas ganha força quando existe um Plano que contemple a EJA em suas metas e estratégias, cabendo a sociedade o monitoramento dessas ações para alcance dos objetivos.

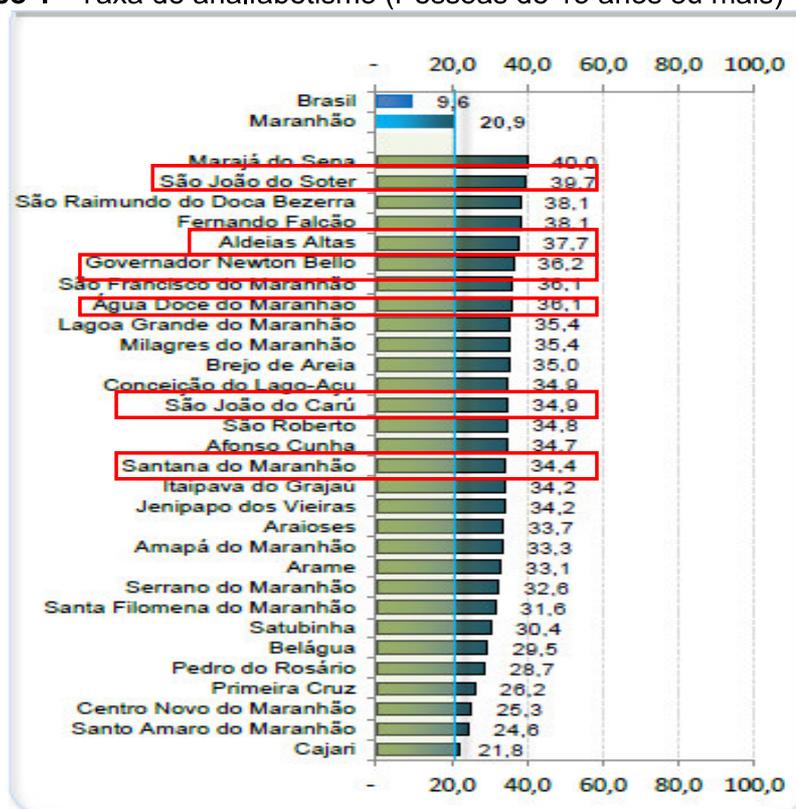
Com foco em nosso objeto de estudo, investigar o processo de alfabetização dos educandos da Jornada “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Newton Bello, considerando as contribuições dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma, iniciamos o caminhar de nossa pesquisa estudando o

⁵ **Povos das águas** são os que vivem em estreita dependência do elemento aquático, seja dos rios ou mares. Um grupo nativo da América do Sul que vive em aldeias de palafitas nas terras baixas do atual Maranhão. E **Povos das florestas** são chamados assim pois habitam a **floresta, dentre eles:** Castanheiros, Seringueiros, Indígenas e Ribeirinhos.

Plano de Ação Mais IDH, que foi instituído por meio do Decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015, e tem como objetivo principal promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no ambiente urbano e rural, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, reiterando que esse Plano faz parte das ações da gestão que visa à elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) proposta pelo Governador do Maranhão, cuja educação constitui um dos seus eixos prioritários, assim abrange:

- I – integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
- II – ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos Municípios;
- III – ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- IV – inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcado em um modelo de desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles;
- V – valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. (MARANHÃO, 2015, não paginado).

O processo de diagnóstico do Plano de Ações Mais IDH começou com a coleta e sistematização das informações relacionadas aos eixos dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), disponíveis para cada um dos 30 Municípios (Gráfico 1), os quais foram selecionados em bases de dados oficiais, nacionais e estaduais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), principalmente.

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo (Pessoas de 15 anos ou mais) – 2010

Fonte: Adaptado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Diagnóstico Preliminar – Plano de Ação Mais IDH (2015, p. 54)

Diante dessa realidade, o Plano está fundamentado nos pressupostos estabelecidos no IDH e no eixo educação, tem por objetivo central a elevação da qualidade das escolas no Maranhão, por isso por meio do Decreto N° 30.620 de 02 de janeiro de 2015 foi instituído o **Programa “Escola Digna”** o qual é desenvolvido de forma integrada pelo Governo do Estado por intermédio da SEDUC em regime de pactuação com os Municípios-alvo. O Programa tem por objetivo propiciar às crianças, jovens e adultos atendidos pelo Sistema Público de Ensino dos Municípios, o acesso à infraestrutura necessária para as suas formações como cidadãos livres, conscientes e preparados para atuar profissionalmente nos mais diversos campos da atividade social.

Após estudo, os órgãos designados pelo Estado concluíram que a escolaridade da população adulta é o indicador que se encontra em situação difícil em todos os 30 Municípios com menor IDH do Estado, por isso uma das ações para melhoria destes dados foi em 2016, implantar nestes Municípios o **Programa “Sim,**

eu Posso!⁶”, que no Maranhão foi chamado de “**Jornada de Alfabetização do Maranhão: *Sim, eu Posso!* – Círculo de Cultura**”, tendo como objetivos alfabetizar, promover elevação de emprego e renda e proporcionar acesso ao mundo digital para jovens e adultos.

É importante retomar que os dados do IBGE, de 2010, no que se refere a porcentagem de analfabetos da população maranhense, com idade entre 15 e 59 anos, evidencia ainda que a população pobre, residentes nas comunidades camponesas, negros e pardos são a grande maioria nessas estatísticas. Esses índices de analfabetismo do Estado do Maranhão apontavam a urgência de políticas públicas.

1.2. Iniciando o percurso metodológico: o Estado da Arte de estudos que atravessam a pesquisa

Ao iniciar o nosso percurso metodológico, entendemos ser necessário nos apropriarmos do Estado da Arte no objeto pesquisado, tendo em vista que foi um dos primeiros passos que realizamos ao descortiná-lo na perspectiva de trazer à luz do nosso conhecimento o terreno que pisávamos e porque precisávamos entender sobre as pesquisas e estudos realizados acerca do que nos propomos a estudar.

Nessa perspectiva, situamos nesta primeira parte da metodologia os nossos achados e para realizarmos o que nos propomos fomos em busca de publicações na Plataforma CAPES, considerando o recorte de cinco anos (2013 a 2017), partimos para o levantamento de trabalhos acerca dos Programas de Alfabetização para Educação de Jovens e Adultos, centrando nas categorias: Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização; Programas de Alfabetização e Programas Educativos, as quais consideramos que foram essenciais para filtrar os resultados alcançados. Desse modo, como nos aponta Gamboa (1998, p. 22), “[...] as categorias têm uma função metodológica importante no movimento que vai do conhecido ao desconhecido e vice-versa [...]”, o que sustenta e oferece subsídios para

⁶ Tradução para o português do método de alfabetização do Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho (IPLAC) - Instituto responsável pela metodologia do Programa “Yo, sí puedo!”, na pessoa da professora Leonela Díaz. O Instituto tem por objetivo: “Propiciar el diálogo y el intercambio de experiencias entre los educadores de la región, con el ánimo de impulsar el desarrollo y la consolidación de un ideario pedagógico latinoamericano y caribeño común a nuestras realidades económicas, sociales, culturales y políticas”.

a sistematização, interpretação e análise dos dados coletados. Essa etapa da pesquisa nos proporcionou um notável embasamento teórico e reafirmou a necessidade de um estudo mais sistematizado sobre Programas de Alfabetização da EJA.

Nessa assertiva, Romanowski (2002) enumera alguns procedimentos importantes para que a pesquisa Estado da Arte se efetive, tais como leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando tema, objetivos, problemáticas, metodologias, conclusões, definição dos descritores para direcionar as buscas que serão realizadas, localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos e biblioteca e a relação entre o pesquisador e a área, bem como organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses.

Nossas análises focaram-se, prioritariamente, acerca da quantidade de trabalhos publicados, abordagens, tipos de pesquisa e metodologia, sobre as quais percorremos as etapas a saber:

a) Pesquisa de títulos e resumos de dissertações e teses (CAPES), na perspectiva de identificar os trabalhos referentes ao tema estudado, nos apropriando das temáticas enunciadas nos títulos e das palavras-chave;

b) Leitura de resumos em número de 69 (sessenta e nove) trabalhos selecionados, identificando autores, Universidades (localizando as regiões em que foram feitas as pesquisas) e quando necessário recorreremos ao texto completo para identificar subtemas, temporalidade da pesquisa, referenciais teórico-metodológicos, sujeitos da pesquisa, objetivos e principais achados; e por último,

c) Analisamos e sistematizamos os achados por meio de um banco de dados com campos que identificavam ano, autor, tipo de trabalho, título, instituição de ensino, palavras-chave, linha de pesquisa, objetivo e fundamentação teórica. Os documentos apresentados nos apêndices, ao final do trabalho, constituíram suporte para as análises.

Dessa forma, o estudo realizado evidenciou que ainda há um número reduzido de produções voltadas para o estudo de Programas de Alfabetização da EJA e os resultados desta investigação apontaram que as pesquisas se sustentaram em estudiosos e autores envolvidos com a temática, dentre eles Moacir Gadotti e Romão (1999), Paulo Freire (1989; 1991; 1993; 1996; 1999; 2000; 2001), Ireland (2014), Magda Soares (1999), Miguel Arroyo (2011), Sérgio Hadadd (1994; 2000), Paiva

(2004), Díaz (2005), Di Pierro (2000; 2005) e Gondim (2011; 2021). Notamos a prevalência dos seguintes tipos de pesquisa nas produções investigadas: estudos de caso, documentais e bibliográficas, com abordagem qualitativa. E os instrumentos de investigação mais utilizados foram observações, entrevistas semiestruturadas, questionários abertos, análise documental e análise de conteúdo.

Na trajetória da pesquisa foi percebido a dificuldade para encontrar trabalhos utilizando somente leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves, tendo em vista que muitos dos resumos não destacam as informações essenciais, tais como: abordagem da pesquisa, principais aportes teóricos, sujeitos da pesquisa, tipo de estudo, metodologia utilizada, etc., ou seja, os resumos se apresentaram, muitas vezes, de forma sucinta e incompleta, sendo necessário uma leitura mais aprofundada.

O Apêndice A apresenta de forma sucinta os anos e quantitativo de trabalhos de conclusão (dissertação e mestrado), demonstra que os resultados das pesquisas referentes aos Programas e Alfabetização na EJA no período de 2013 a 2017, são bem escassos e muitos não estão disponíveis na base de dados da CAPES. No Apêndice B apresenta-se dados referentes a data da defesa, tipo de trabalho apresentado, título do trabalho, Instituição de Ensino Superior, autores, palavras-chave e linha de pesquisa.

Notamos um número de pesquisa mais relevante nos anos de 2015 e 2016, o que vem de encontro com a realização de alguns Programas na área da referida modalidade, mas que não significa um dado consolidado e até mesmo coerente com a proposta de monitoramento e avaliação que deveria acontecer com os Programas vigentes.

Nesse sentido, a abordagem utilizada nas pesquisas não está especificada com clareza, somente em dois dos trabalhos foi citado a abordagem materialista histórico-dialético e um enfatizou o estudo descritivo exploratório. Já os tipos de estudo, como mencionado, não estavam detalhados no seu todo nos resumos, recorreremos ao *download* do trabalho para identificar a classificação, dentre eles pesquisa documental e estudo de caso, utilizado de instrumentos para coleta de dados a observação direta e empírica, entrevista semiaberta e observações. Todos foram de cunho qualitativo. A maioria dos trabalhos selecionados cita que o estudo bibliográfico foi necessário para fundamentar as categorias mais importantes da temática e aprofundamento da discussão teórica.

Dentre as pesquisas encontradas:

a) Duas delas abrangeram, especificamente, questões referentes à política de combate ao analfabetismo evidenciando os alcances políticos e sociais dos Programas de Alfabetização.

b) Quatro versaram sobre a relação dos Programas com a aprendizagem, sendo que uma destacou o acompanhamento dos educandos dos Programas de Alfabetização e sua inserção no mundo do trabalho.

c) Duas desvelaram os limites e possibilidades dos Programas de Alfabetização.

Para sintetizar os trabalhos pesquisados, usamos o apêndice C (anexo) que expressa a identificação do foco da pesquisa, objetivos e fundamentação teórica, elaborado com dados dos próprios trabalhos/autores, com objetos/categorias de análise da pesquisa, título, objetivo central e os principais teóricos que embasaram a pesquisa.

No decorrer das leituras e estudo, ficou evidenciando a necessidade de selecionar os trabalhos por objeto/categoria de análise (Apêndice D) uma vez que segundo Soares, Silva e Ferreira (2011, p. 42):

Aprofundar a compreensão sobre cada categorização é uma tarefa que pode contribuir na construção do corpo teórico de cada eixo, na revisão bibliográfica de trabalhos futuros e conseqüentemente no acúmulo teórico-metodológico sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Na categoria **“Políticas de combate ao analfabetismo da EJA”**, os três trabalhos mencionam a falta de continuidade efetiva entre os Programas de Alfabetização e isso faz com que o Brasil continue com altos índices de analfabetismo.

No que se refere à continuidade dos estudos dos alunos que participaram dos Programas, infelizmente a maioria não deu prosseguimento aos seus estudos e os que conseguiram atuar no mercado de trabalho representou um número insignificante se comparado à meta de atendimento dos Programas. Dentre os problemas apontados, está o curto espaço de tempo para uma formação mais sólida, insuficiência de aulas práticas no tocante à qualificação profissional, despreparo dos professores que não utilizam metodologias apropriadas para a modalidade, problemas de vista e saúde que muitas vezes não favorece a aprendizagem. Mesmo diante desses problemas, os alunos, em sua maioria, ressaltam a importância dos Programas para suas vidas no sentido da valorização pessoal, no que diz respeito ao

sentimento de inclusão e pertencimento à sociedade, superação da timidez, sociabilidade, elevação da autoestima, relacionamento com a família, independência, mudança de visão em relação à realidade e o mundo.

A pesquisa intitulada *Estudantes Egressos do Programa Mova/Alfa 100 de Cruzeiro do Sul/Acre: relações de aprendizagens e de inserção social* mencionam que:

As políticas para a EJA, existentes até então, não refletem a busca de uma formação integral do sujeito, que o capacite para o exercício pleno de sua cidadania. Ao contrário, parecem buscar tão somente a queda nas estatísticas de analfabetismo no Brasil, atendendo os interesses postos pela globalização da economia e dos seus financiadores. (SILVA, 2015, p. 171).

Vale destacar também o trabalho intitulado a Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas: um estudo do Programa TOPA⁷, o qual reafirma que a continuidade dos estudos ainda é um grande desafio, conforme Alves; Gadotti (2014, p. 304), o alfabetizando que deixa de utilizar o que aprendeu, regride ao analfabetismo. Sendo assim, acreditamos na necessidade de uma qualificação das políticas de alfabetização de pessoas jovens e adultas, por meio do planejamento, monitoramento e avaliação contínua de suas ações, diante disso, é preciso que as políticas públicas direcionadas a essa modalidade busquem de fato atender suas reais necessidades.

Quanto aos “**Programas de Alfabetização na EJA**”, muito está relacionado à descontinuidade das políticas, como mencionado anteriormente, mas nos direcionaremos nesta pesquisa especificamente aos Programas de Alfabetização.

As pesquisas destacam que a relevância social se constitui na busca de compreender as relações com os saberes e as influências dos Programas no âmbito dos processos de aprendizagem, de inserção pessoal e social dos jovens, adultos e idosos. Ressalta-se, também, que tais estudos revelam o interesse em entender quais elementos que fundamentam as práticas educativas nos Programas percebendo que se intercalavam as trajetórias de vida e escolarização enquanto vinculadas à condição da luta pela sobrevivência, evidenciando a negatividade, presente na trajetória dos sujeitos pesquisados.

⁷ TOPA é o Programa Todos pela Alfabetização, criado pelo Governo da Bahia com o objetivo de promover uma educação de qualidade para a população de jovens, adultos e idosos, assegurando seu ingresso e permanência na escola, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para a inclusão social, política, econômica e cultural desses sujeitos.

Nesse sentido, é importante analisar em que medida os educandos planejam o futuro a partir de seu reingresso na escola, observando sua importância para eles, assim por meio das pesquisas, conhecemos um público bem diversificado, com vivências próprias, histórias marcantes, expectativas escolares, dificuldades e projetos para o futuro, reforçando o entendimento de que a educação necessita ser fundamentada na valorização dos saberes que cada estudante possui, a fim de que aconteçam aprendizagens significativas, de forma individual e coletiva.

No que se refere aos resultados, as pesquisas relatam que a maior parte dos jovens e adultos que buscam no sistema educacional brasileiro oportunidades de estudos acelerados em horário noturno, são pessoas com baixo poder econômico e que, após realizar uma trajetória escolar descontínua, marcada por insucessos e desistências, retornam à escola em busca de credenciais escolares e de espaços de aprendizagem, sociabilidade e expressão cultural (DI PIERRO, 2015, p. 10).

Observamos assim, que a origem e a causa do analfabetismo estão em uma escolarização insuficiente, resultante de um sistema educacional mal estruturado, carente de recursos e, sobretudo, conduzido por uma política de progressiva redução de investimento. Fica vislumbrado no relato dos trabalhos pesquisados, que os Programas de Alfabetização têm mostrado dificuldades em caminhar em direção à superação do analfabetismo no país, uma vez que além de conseguir garantir somente que uma pequena parte dos alfabetizandos continue seus estudos nas redes municipais e estaduais de ensino garantindo sua oferta, permanência e adequação à realidade dos seus educandos/as, existe falta de financiamento, formação de educadores dentre outros itens.

No bojo das pesquisas, também ficou apontado algumas sugestões: continuidade dos Programas para aqueles que não venceram a fase de aprendizagem; elaboração de material voltado para a modalidade; realização de cursos com carga horária comprovada; metodologia diferenciada para melhorar aprendizagem e convívio com os alunos, como jogos, palestras, debates, proposta pedagógica atrativa que estimule a permanência dos educandos em sala de aula.

A última categoria estudada foi a **Alfabetização na EJA** que analisa o processo de apropriação da escrita buscando identificar e descrever os aspectos dos conhecimentos letrados e linguísticos da escrita que o jovem, adulto e idoso já construíram nas suas práticas sociais letradas orais e escritas e que trazem para a escola bem como as estratégias que são construídas pelo educando que aprende a

escrever. Categoria esta que tem similaridade com o objeto da pesquisa tendo em vista que pretendemos investigar a Jornada “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura no Município de Newton Bello.

Os resultados das pesquisas apontaram que os educandos construíram conhecimentos letrados acerca de uma diversidade de gêneros textuais, suportes e serviços e que a maioria destes conhecimentos são construídos com base na identificação dos usos e funções que cumprem na vida cotidiana, por isso, embasam-se nos conhecimentos prévios construídos em função da condição do perfil dos educandos da EJA e, esses conhecimentos são ressignificados no curso da tarefa de ler e escrever. Benicio (2015, p. 10) menciona, ainda, em sua tese sobre a construção da escrita na alfabetização de jovens e adultos, que:

Os educandos possuem conhecimentos linguísticos da escrita, incluindo a escrita alfabética, e que elaboram um complexo processo intelectual, no qual aparecem dialeticamente integradas quatro dimensões da escrita (conceitual, gráfico-cultural, linguística e simbólico-emocional) bem como os processos de codificação, decodificação e significação da escrita alfabética.

Considerando que as pesquisas denominadas Estado da Arte favorecem o levantamento de dados de investigações principalmente na área da educação, possibilitando além de uma amostragem geral de determinada temática, situá-la em contexto específico, fica registrado que Programas da Alfabetização da EJA necessitam de maior estudo para que seus objetivos de fato sejam alcançados independente da situação que foi implantado até mesmo para que novos Programas possam ser vislumbrados com perspectiva de favorecer aos jovens, adultos e idosos outras oportunidades em suas vidas.

1.2.1. Aprofundando os passos metodológicos da pesquisa

Os resultados obtidos com o Estado da Arte sobre o fenômeno que estudamos, nos impulsionaram a continuar com a nossa investigação, tendo em vista que confirmamos a escassez de discussão sobre a temática.

Assim sendo, entendemos ser necessário identificar nossa postura teórica frente a pesquisa que realizamos pois intentamos considerar que a apropriação teórico-prática da problemática estudada sustenta-se no entendimento de que o fenômeno é histórico, integra uma totalidade estabelecida na conexão e na mediação do todo com as partes e vice-versa, movido por contradições que permeiam o conjunto

das relações sociais, logo não está definitivamente determinado, podendo ser ressignificado e reconstruído.

Na condução desta pesquisa entendemos que a ciência é fruto do processo histórico, assim sendo, a realidade é sempre mutável, contraditória e inacabada, um vir-a-ser, ou seja, o conhecimento não é algo estático e acabado, mas uma construção dinâmica, uma elaboração constante. Nesse sentido, propomo-nos nesta pesquisa, caminhar para além da descrição dos fatos empíricos.

Essa compreensão nos conduziu inicialmente a perceber que a Jornada de Alfabetização do Maranhão “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura, está inserida em uma totalidade historicamente determinada, que a questão do analfabetismo e a falta de acesso aos bens sociais, é uma característica dos países capitalistas do terceiro mundo, que o Maranhão está situado em uma das regiões mais pobres do Brasil.

Nesta perspectiva, para entender o processo de Alfabetização dos educandos, elegemos questões para orientar o estudo que no decorrer da pesquisa foram respondidas, tais como:

a) Quais os objetivos e orientações expressas no documento da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no referente a Alfabetização?

b) Qual a concepção (teórica metodológica) de educação e Alfabetização que sustenta a Jornada?

c) Qual a compreensão que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma têm sobre os pressupostos teóricos metodológicos que orientam a Jornada?

d) O desenvolvimento do processo de Alfabetização da Jornada no Município de Governador Newton Bello atingiu os objetivos propostos nos documentos que a orientam?

Em interlocução com as questões de pesquisa, o nosso objetivo geral de pesquisa se propôs analisar o processo de alfabetização dos educandos da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello considerando as contribuições dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma, para tanto elegemos como objetivos específicos:

a) Compreender a proposta e os documentos que orientam a Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura, dando ênfase aos objetivos e orientações.

b) Apreender a compreensão dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma que trabalharam em Newton Bello, sobre os documentos que orientam a Jornada.

c) Identificar junto aos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma o processo de organização e implementação da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado

d) Analisar a partir da visão dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma, a alfabetização dos educandos que cursaram a Jornada no Município de Governador Newton Bello, considerando os objetivos expressos nos documentos pedagógicos da Jornada.

A pesquisa está fundamentada nas premissas de estudiosos como: Freire (1987) e Ireland (2014), ressaltando a EJA e os Programas de Alfabetização de Adultos; Arroyo (2011), Haddad (1994; 2000) e Carvalho (2011), foram fundamentais para repensar a EJA do âmbito de sua historicidade e políticas públicas; na Alfabetização enfatizaremos Ferreira (2011) e Soares (1999) e quanto aos Programas Educativos nos reportamos a Díaz (2005), Di Pierro (2000; 2005) e Gondim (2011; 2021), dentre outros autores que estudam a temática. Além disso, nos baseamos nos seguintes documentos: Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Parecer CEB nº 11/2000 que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos; Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.099 de 11 de junho de 2014 que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE), documentos que fundamentam o Programa, dentre eles além da proposta norteadora que fundamenta suas premissas, o plano de trabalho desenvolvido pelas Unidades Regionais (UREs)⁸. Além dos planos e roteiros de aula dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma, fichas de caracterização dos alunos e relatórios de avaliação final do Programa.

A escolha do Município lócus da pesquisa, se deu por considerarmos que o Município teve grande destaque durante a realização da Jornada. Desta forma, inferimos sobre algumas questões que se relacionam ao lócus da pesquisa a saber:

a) Qual a localização geográfica do Município de Newton Bello?

⁸ Unidades Regionais de Educação pertencente a cada Município de São Luís.

b) Qual o tempo de municipalização, número de habitantes e economia que se move neste Município?

Os mencionados questionamentos nos moveram para entendermos por que Newton Bello faz parte do quadro dos Municípios de menor IDH do Maranhão.

Na esteira desta lógica tentamos caminhar por uma postura dialética, que requer a abordagem qualitativa, contudo, pela natureza da pesquisa nos apropriamos também de dados quantitativos. Assim, nosso estudo se enquadra em uma pesquisa qualitativa, investigativa com inclinação para análise de Programas. Tem abordagem descritiva, interpretativa e compreensivista, esta última, segundo Gondim (2011, p. 54) pode sugerir articular as perspectivas qualitativa com dados quantitativos levando em conta a totalidade conjuntural onde políticas e/ou programas são elaborados implantados e implementados, bem como, os sujeitos beneficiados pela política. E conforme Minayo (2011, p. 197), o qualitativo não segue critério numérico de amostragem, “[...] embora quase sempre o investigador precise justificar a delimitação de pessoas entrevistadas, a dimensão e a delimitação do espaço [...]”.

Na abordagem investigativa, temos o detalhamento das características, informações, saberes e conhecimentos sobre a temática abordada e na interpretativa buscamos a compreensão dos fenômenos a partir dos dados e referências obtidas durante a pesquisa. Assim, a pesquisa proposta é analítica descritiva, considerando que serão analisadas de forma descritiva o processo de Alfabetização desenvolvido pela Jornada.

Ao mencionarmos pesquisas descritivas, recorreremos aos estudos de Gil (2008) quando destaca que estas têm como objetivo a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo o autor, vários estudos podem ser categorizados desta forma, e a característica mais marcante consiste na utilização de técnicas de coleta de dados (GIL, 2008).

Ainda sobre pesquisas qualitativas, Minayo (2001, p. 14 *apud* RHARDT, 2009, p. 32), acrescenta que estas trabalham com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa oportuniza ao pesquisador perceber, ouvir, descrever a realidade do contexto social constituindo-se assim estudo com levantamento das informações sobre a importância do objeto de estudo. É

importante ressaltar que para compreender a abordagem qualitativa é preciso também exercitar a observação, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.

Assim sendo, a autora assevera que a análise de conteúdo é uma expressão genérica que se refere ao tratamento de dados qualitativos (MINAYO, 2001, p. 14 *apud* RHARDT, 2009). É um conceito historicamente construído para dar respostas teórico-metodológicas diferenciando-se de outras abordagens. A análise de conteúdo é mais que o procedimento técnico, pois faz parte de uma histórica busca teórica e prática das investigações sociais, Minayo (2009). Assim, baseados no pensamento da estudiosa, nos apoiamos na técnica de análise de conteúdo com suporte teórico metodológico de Bardin (1977, p. 42), que considera este tipo de análise como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo tem sido bastante divulgada e utilizada com a finalidade de analisar os dados qualitativos, uma vez que é uma técnica de análise das comunicações, que analisa o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador e na análise do material, é possível classificá-los em categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos escritos. Sua proposta está baseada no diálogo, seja com textos, pessoas, falas, desejos e anseios, selecionando o que é essencial, sem desperdício de tempo com informações dispensáveis e menos importante.

Inicialmente a pesquisa de campo teria como instrumental o grupo focal com 30 (trinta) educandos. Contudo, considerando o contexto de excepcionalidade provocado pela pandemia de COVID-19, ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) (WHO, 2020) no início do ano de 2020, risco de contágio e disseminação da mesma, seguimos as medidas preventivas determinada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), então tivemos que redimensionar a pesquisa.

Primeiramente a abordagem teve que ocorrer de forma remota, por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) - teleconferências ou chamada de vídeo, os sujeitos passaram a ser os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma por terem mais habilidades com essas tecnologias. Ao mudarmos os

sujeitos obviamente os objetivos e perguntas de pesquisas também foram redimensionadas.

Dessa forma utilizamos como técnica de abordagem, a entrevista semiaberta. Para justificar a escolha da entrevista nos apoiamos em Manzine (1991 *apud* MANZINE, 2004, p. 2), quando afirma que:

A entrevista [...] está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Buscamos fundamentação, ainda, em Minayo (2009) que ressalta a entrevista como técnica privilegiada de comunicação e informação, visto que ela

Pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como sensos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. (MINAYO, 2009, p. 65).

Justificamos que buscamos essa técnica por ela conceber a combinação de perguntas abertas e fechadas, oferecendo aos entrevistados discorrerem sobre o tema sem se prenderem nos questionamentos formulados e, mesmo tendo oportunidade de falar livremente, podem seguir um roteiro sem correr o risco de perder o foco da pesquisa.

Além das gravações utilizamos, também, o diário de bordo⁹ que segundo Triviños (1987, p. 114),

É uma forma de complementação das informações sobre o cenário onde a pesquisa se desenvolve e onde estão envolvidos os sujeitos, a partir do registro de todas as informações que não sejam aquelas coletadas em contatos e entrevistas formais [...]

Triviños (1987, p. 146) complementa, ainda, explicando que “[...] este [diário de bordo] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias enriquecendo a investigação”

⁹ Segundo Mito (2001), o registro no diário também significa realizar análise que consiste no exame minucioso dos dados obtidos no momento anterior, com o objetivo de sistematizar aspectos relacionados à situação estudada visando compreender a situação da maneira mais abrangente e articulada possível.

A Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello contou com 54 (cinquenta e quatro) Alfabetizadores e 08 (oito), Coordenadores de Turma. Inicialmente, trabalharíamos com o quantitativo 20 (vinte) Alfabetizadores e 04 (quatro) Coordenadores de Turma, mas só conseguimos coletar informações de 08 (oito) alfabetizadores e 03 (três) coordenadores de turma.

A abordagem por meio da entrevista se centrou basicamente em questões como:

a) Entendimento sobre a Jornada de Alfabetização.

b) Desenvolvimento da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado.

c) O papel do Alfabetizador e Coordenador de Turma no processo da Jornada.

d) Avaliação que os sujeitos fazem da Jornada, no tocante a Alfabetização dos educandos.

Sendo que a primeira parte versou sobre questões que oferecessem elementos para estabelecimento de perfil, notadamente relacionados à: faixa-etária, estado civil, sexo, etnia e formação.

Na intenção de melhor nos orientar na construção da pesquisa, agrupamos os passos da pesquisa em quadros (Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3), seguindo as etapas da análise de conteúdo, na perspectiva de nos apoiar, sobretudo no processo de tratamento dos dados.

Quadro 1 - Panorama geral de ações da pesquisa

FASE	ATIVIDADES
Pré-análise	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura flutuante do material • Retomada da análise do objeto e objetivos da pesquisa. • Identificação das categorias • Constituição do <i>corpus</i> entre os elementos da pesquisa: objeto, objetivos e categorias.
Exploração do material	<ul style="list-style-type: none"> • Construção dos quadros de roteiro de análise • Ouvir mensagens • Transcrever entrevista de acordo com as dimensões • Separar as falas dentro das categorias.
Tratamento dos resultados: inferências e interpretação	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretação dos dados • Inferências e correlações sobre as questões teórico-práticas trabalhadas na pesquisa e no transcorrer da pesquisada • Considerações finais

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em Bardin (2011).

Quadro 2 - Categorias e objetivos da pesquisa

CATEGORIAS DE ESTUDO	OBJETO/OBJETIVOS
EJA	<ul style="list-style-type: none"> • Dialogar sobre as concepções da EJA no Brasil e no Maranhão.
Alfabetização	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar o que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma pesquisados entenderam sobre a Jornada e Alfabetização na EJA e como essa Jornada impactou na sua prática pedagógica e vida dos educandos de Newton Bello.
Programas Educativos e Alfabetização	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as relações de aprendizagens, sociais e políticas na ótica dos Programa de Educativos e de Albabetização. • Evidenciar os alcances políticos e sociais no que se refere à inserção pessoal e social dos educandos dos Programa de Alfabetização.

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em Bardin (2011).

Quadro 3 - Categorias e referencial teórico da pesquisa

CATEGORIAS DE ESTUDO	AUTORES
EJA	Carvalho (2011), Di Pierro (2000 e 2015), Freire (1997; 2009), Hadad (1994/2000), Ireland (2014).
Alfabetização	Feitosa (2020), Freire (1997; 2009), Soares (1999), Díaz (2005).
Programas Educativos e Alfabetização	Gondim (2011/2021), Díaz (2005), Di Pierro (2000; 2005)
Documentos: Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Parecer CEB nº 11/2000 que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos; Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.099 de 11 de junho de 2014 que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE).	

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em Bardin (2011).

Como último roteiro, o Quadro 4 apresenta as estruturas que apoiaram as análises por meio de categorias, temas e depoimento dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma. Esse caminhar foi essencial para a organização, entendimento e análise dos instrumentos da pesquisa, deu sentido às descobertas e construções decorrentes de todo caminhar.

Quadro 4 - Dimensões / instrumentos da entrevista

ENTREVISTA ON-LINE
<p>Dimensão 1 – Perfil dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma. Pesquisados – Coordenadores de turma 01, 02, 03 Alfabetizadores 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08</p>
<p>Dimensão 2 - Entendimento sobre a Jornada de Alfabetização. Dimensão 3 - Desenvolvimento da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado. Dimensão 4 - Papel que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma tiveram na Jornada. Dimensão 5 - Avaliação que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma fizeram da Jornada.</p> <p>Categorias – EJA, Alfabetização e Programas Educativos e de Alfabetização Concepções sobre EJA, Alfabetização, Jornada, Programas – Falas dos sujeitos pesquisados.</p>

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora (2021).

Ressaltamos que para termos acesso aos contatos dos sujeitos da pesquisa, contamos com o apoio da URE¹⁰. Todavia, no ano de 2019 já havíamos estabelecido contato com a Secretária de Educação do Município de Newton Bello, momento em que foi possível estreitar a comunicação e nos debruçarmos sobre os documentos de registro do desenvolvimento da Jornada e dos documentos avaliadores.

Os encontros com os sujeitos da pesquisa aconteceram em grupos de três pela plataforma *Google Meet* com os Alfabetizadores (08) e dois com os Coordenadores de Turma (03), pela mesma plataforma. No primeiro momento, após o acolhimento, as boas-vindas e os agradecimentos foi lido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de Sigilo (Apêndice H) em seguida, perguntamos sobre o recebimento da entrevista por *e-mail*, reafirmando a necessidade da devolutiva, principalmente sobre a primeira dimensão que se refere aos dados de identificação. Demos prosseguimento iniciando a entrevista versando sobre as questões que já mencionamos anteriormente. A entrevista transcorreu em clima de diálogo e harmonia, a medida em que os sujeitos mostravam seus posicionamentos às questões abordadas. Ressaltamos que os outros componentes tinham abertura para

¹⁰ A URE dispõe do cadastro pessoal dos Coordenadores de Turma, Alfabetizadores e Educandos.

interferirem e fazerem complementações, enquanto anotávamos no diário e realizávamos as gravações.

1.2.2 Os Sujeitos da Pesquisa

Para contar com os sujeitos da pesquisa que passaram a ser **Alfabetizadores e Coordenadores de Turma**, utilizamos como instrumento de pesquisa a entrevista semiaberta composta por questões que se referiam à quatro dimensões. A primeira está aqui apresentada por ter tido como objetivo traçar um breve perfil dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma nos itens sexo, idade, etnia, estado civil, Município que mora, formação e experiência em Alfabetização de Adultos.

I ALFABETIZADORES:

Dentre os Alfabetizadores que participaram da entrevista, prevalece:

a) Faixa etária: de 30 a 39 anos (55%), 25 a 29 anos (28%) e a partir de 50 anos (17%) (Gráfico 2);

b) Estado civil: casado (50%), solteiro (37%) e divorciado (13%), sendo 75% feminino e 25% masculino (Gráfico 4);

c) Sexo: 75% feminino e 25% masculino (Gráfico 6);

d) Etnia: 37% se declaram brancos, 50% pardo e 13% negros (Gráfico 5).

II COORDENADORES:

Quanto aos Coordenadores de Turma, o percentual apresenta:

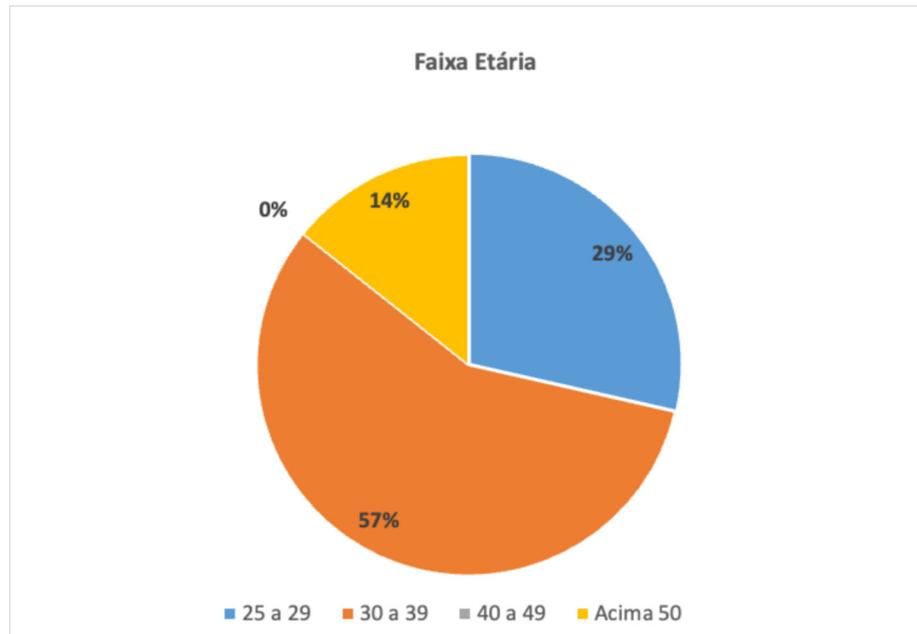
a) Faixa etária: de 30 a 39 anos (67%) e 25 a 29 anos (33%) (Gráfico 3);

b) Estado civil: de 37% casados e 67% solteiro (Gráfico 5).

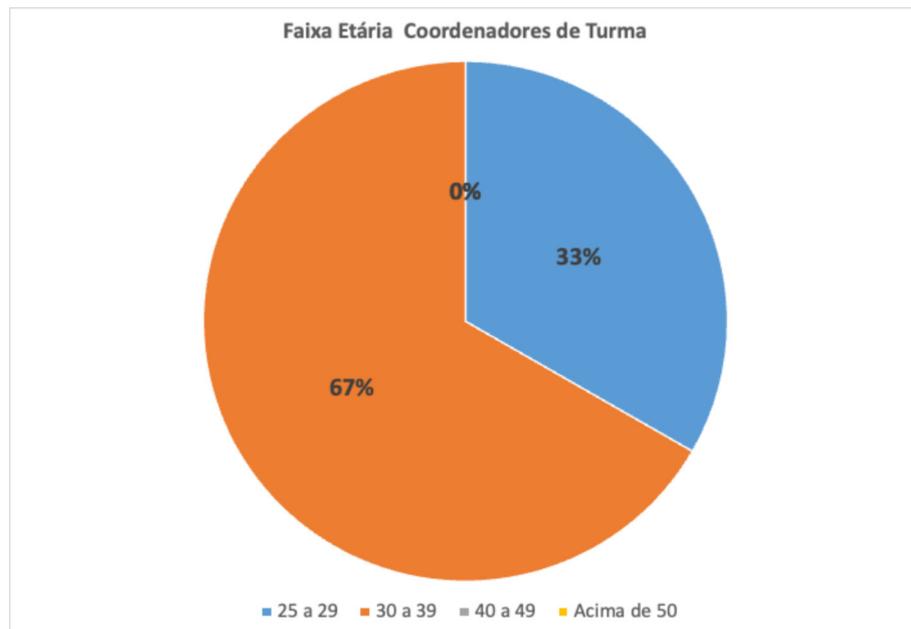
c) Sexo: 67% feminino e 33% masculino (Gráfico 7).

d) Etnia: 33% se declaram brancos e 67% pardo (Gráfico 5).

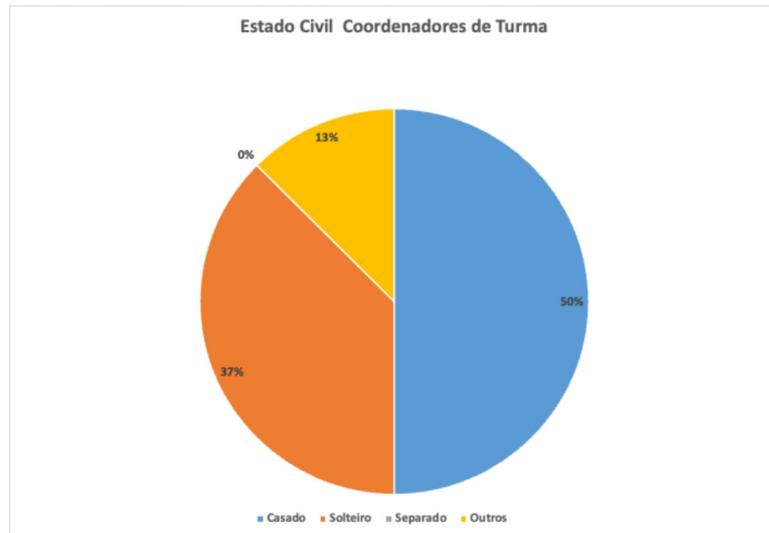
Público jovem, o que contribuiu bastante com o alcance dos objetivos da Jornada.

Gráfico 2 – Faixa Etária Alfabetizador

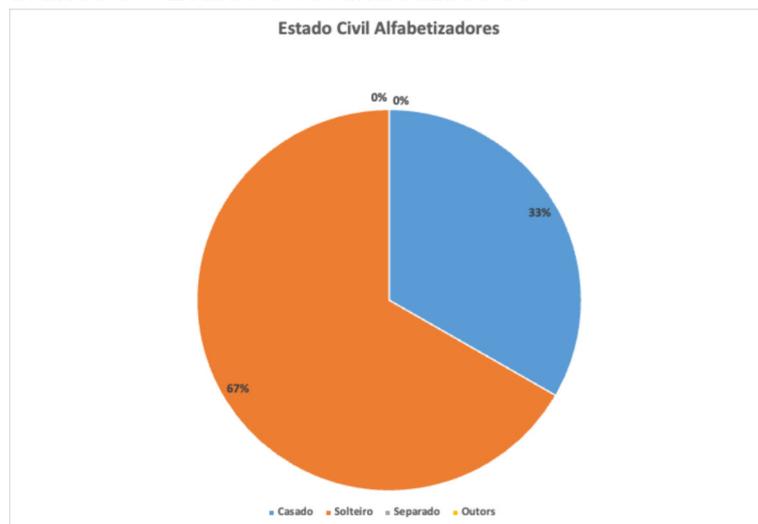
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 3 – Faixa Etária Coordenador de Turma

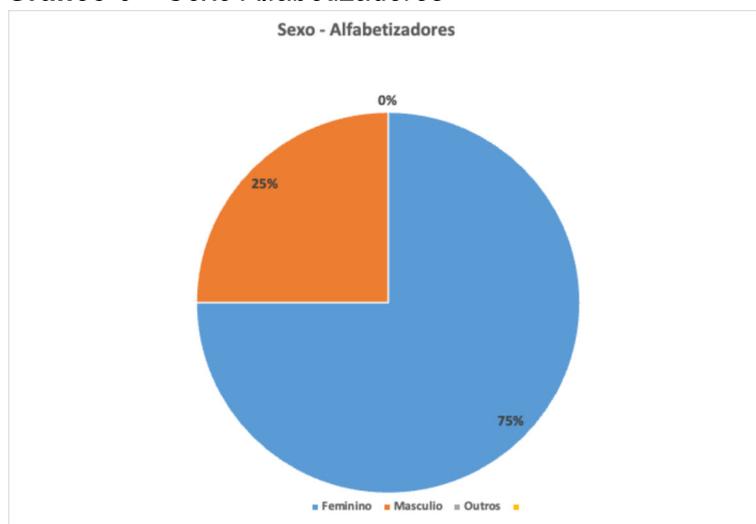
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 4 – Estado Civil Coordenadores

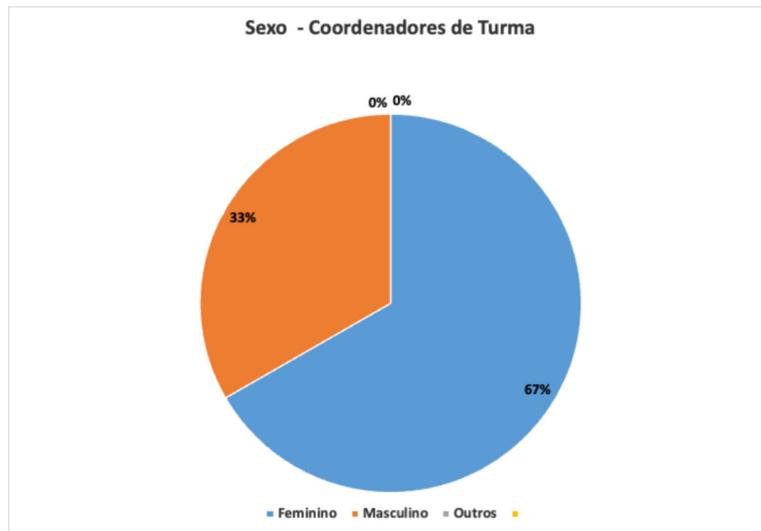
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 5 – Estado Civil Alfabetizadores

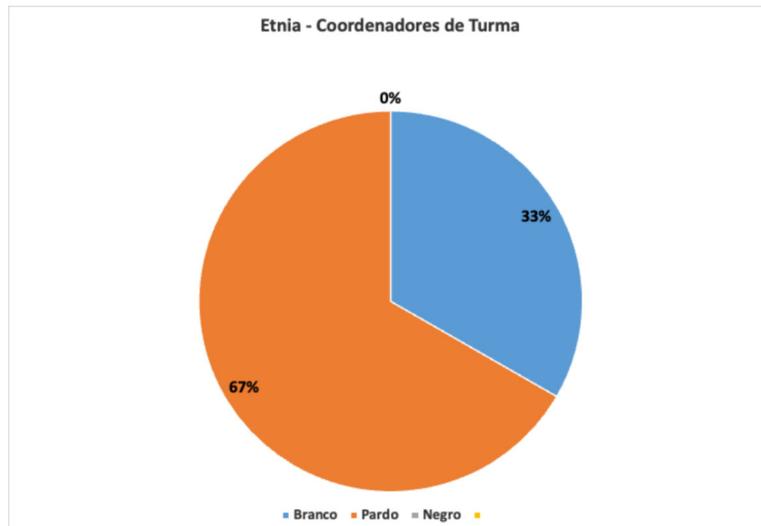
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 6 – Sexo Alfabetizadores

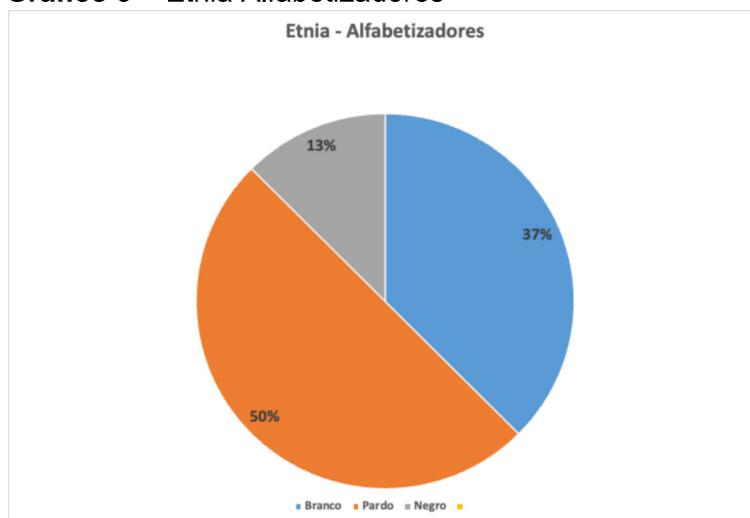
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 7 – Sexo Coordenadores

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 8 – Etnia Coordenadores

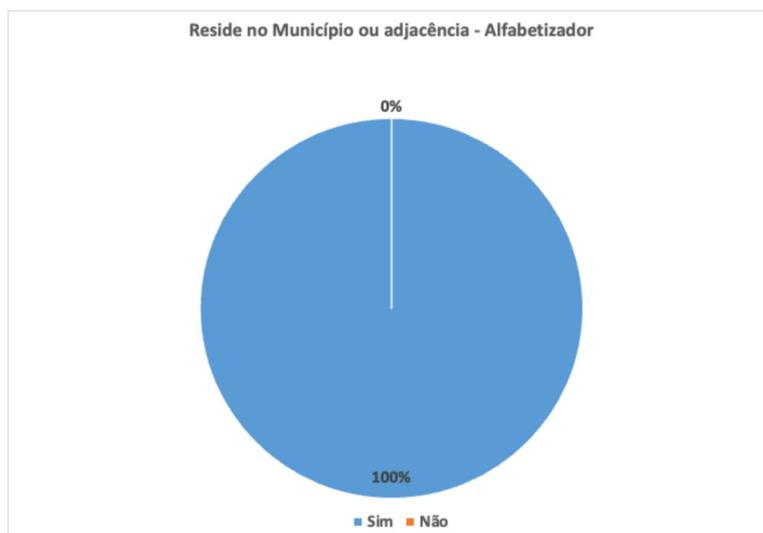
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 9 – Etnia Alfabetizadores

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

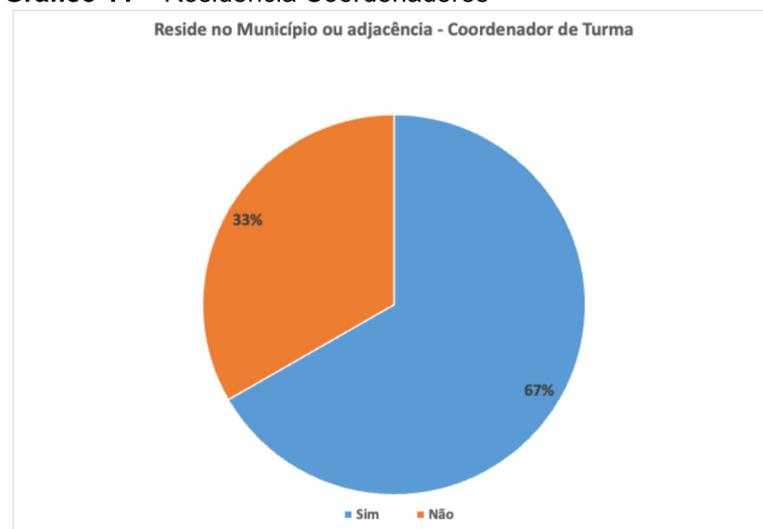
No item residência, para que as ações fossem desempenhadas a contento era essencial que morassem no Município ou adjacência. Nesse formato, 100% dos Alfabetizadores (Gráfico 10) atenderam ao requisito e somente um Coordenador, equivalente a 33%, residia distante (Gráfico 11), mas no desenvolver das atividades permanecia no Município para que não houvesse perca quanto ao processo de acompanhamento das atribuições.

Gráfico 10 – Residência Alfabetizador



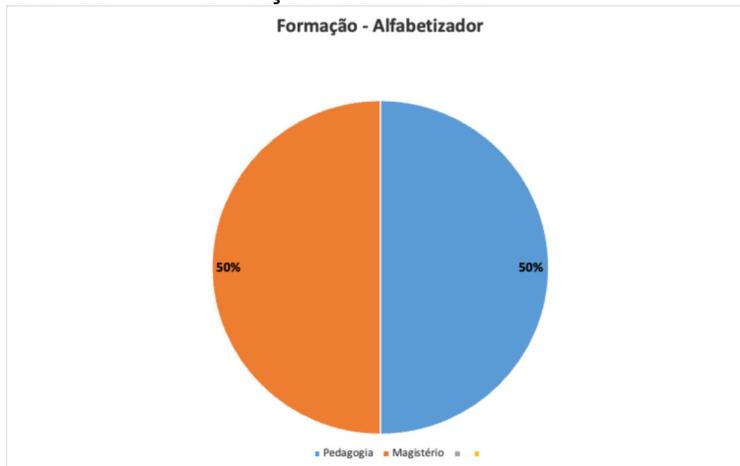
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 11 – Residência Coordenadores

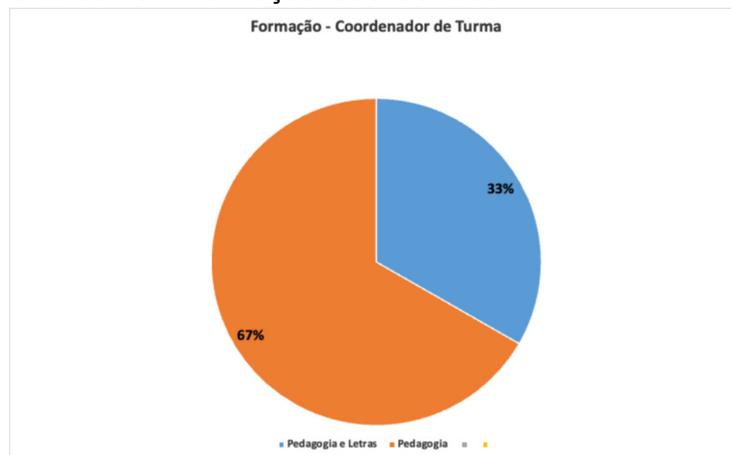


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quanto a formação dos sujeitos que participaram da entrevista, cerca de 50% dos Alfabetizadores têm o curso de Pedagogia e 50% somente o Magistério (Gráfico 12). Por sua vez, 67% dos Coordenadores de Turma são Pedagogos e 33% equivalem a um Coordenador que era formado em Pedagogia e Letras (Gráfico 13).

Gráfico 12 – Formação Alfabetizador

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Gráfico 13 – Formação Coordenador

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Figura 1 - Alfabetizadores e Coordenadores de Turma

(Esquerda: Alfabetizadores e Coordenadores/Direita: Coord.a Antônia e Alfabetizadora Socorro)
 Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Apesar de os sujeitos que participaram da pesquisa não ser a totalidade, podemos afirmar que estes demonstraram, por meio de suas respostas tanto escritas quanto nas ligações realizadas por *Google Meet* e celular, que possuem uma experiência ampla na oferta da alfabetização na EJA e na participação dos Programas que antecederam a Jornada.

Passamos agora a apresentar a forma como o trabalho está estruturado, no sentido de fazer uma sinopse de cada capítulo. Assim, esta dissertação foi dividida em três seções principais, além da introdução e considerações finais. Na **INTRODUÇÃO** contemplou-se a apresentação do tema, recorte temático e as questões norteadoras. Expomos, ainda, o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam o entendimento sobre a Jornada de Alfabetização, o percurso metodológico da pesquisa, aspectos relevantes do Estudo da Arte e revelamos quem eram os sujeitos da pesquisa, e o porquê tivemos que modificar os pesquisados diante do contexto pandêmico. Justificamos, também, a escolha do objeto da pesquisa por meio de minha trajetória de vida e itinerância profissional.

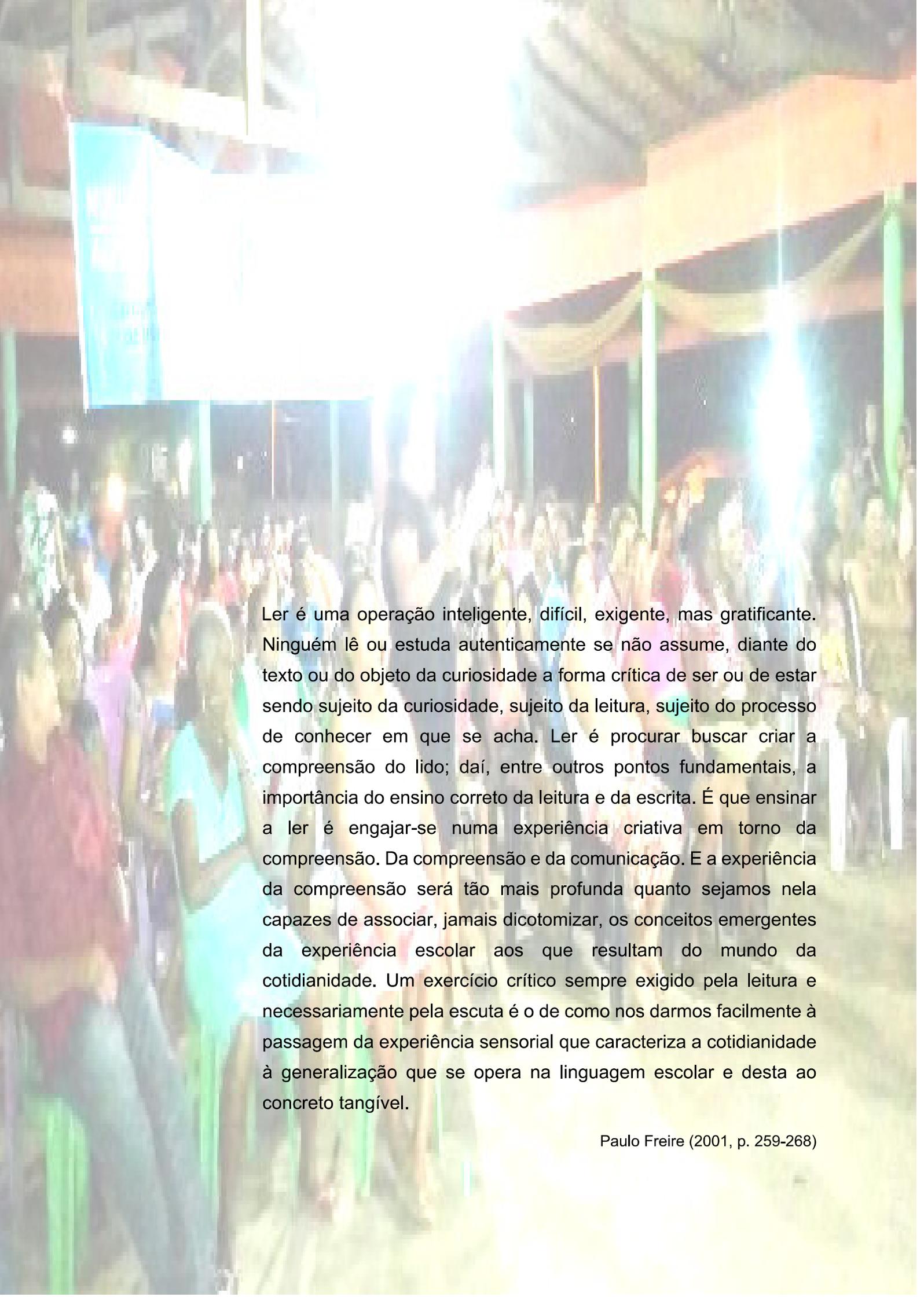
Na segunda seção é abordado o **PROGRAMA “SIM, EU POSSO!”**, enfatizando o processo de Alfabetização e a **Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura no Maranhão**, priorizando seu contexto político e a fase de elaboração, para isso destaca-se os objetivos e princípios norteadores e as funções dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma.

Na terceira seção, temos a **TRAJETÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**, identificando as políticas para Alfabetização destes jovens no Brasil e no Maranhão priorizando a Rede Estadual de São Luís enfatizando sua trajetória histórica e concepções.

Na quarta seção evidenciamos como realizamos e aplicamos o instrumento escolhido para coleta de dados, baseado na análise de conteúdo de Bardin (1977), que se sustenta nas fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e a interpretação). Nesta seção é situado o lócus da pesquisa com discussão e análise dos dados referentes a fala dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma no que se refere a **ALFABETIZAÇÃO DOS EDUCANDOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR NEWTON BELLO**.

Para as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, discorreremos sobre o caminhar da pesquisa ressaltando suas contribuições e eventuais indagações que poderão ser

pesquisadas. Realizamos uma síntese do problema apresentado, objetivos traçados, metodologia e instrumento de pesquisa utilizado. Fizemos ainda, um apanhado dos elementos constantes do texto e ratificamos a importância dos Programas de Alfabetização para a EJA e da Jornada do Maranhão “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello.



Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante. Ninguém lê ou estuda autenticamente se não assume, diante do texto ou do objeto da curiosidade a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecer em que se acha. Ler é procurar buscar criar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino correto da leitura e da escrita. É que ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação. E a experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejamos nela capazes de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes da experiência escolar aos que resultam do mundo da cotidianidade. Um exercício crítico sempre exigido pela leitura e necessariamente pela escuta é o de como nos darmos facilmente à passagem da experiência sensorial que caracteriza a cotidianidade à generalização que se opera na linguagem escolar e desta ao concreto tangível.

Paulo Freire (2001, p. 259-268)

2 CONHECENDO O PROGRAMA “SIM, EU POSSO!”

Pensar em Programas de Alfabetização de jovens e adultos, principalmente na realidade que estamos inseridos hoje, não é somente refletir somente em ensinar a ler e escrever seu próprio nome, como muitos consideram, é ir além, é oferecer-lhes possibilidades que ultrapassam as barreiras do codificar e decodificar letras, palavras e frases, não é apenas aprender a ler e escrever, é inseri-los no mundo e interpretá-lo, é aproveitar suas histórias de vida, conhecimentos, proporcionando melhorias em suas vidas. Nesse sentido, nos remetemos ao Estado da Arte, quando trazemos na última categoria apresentada, a Alfabetização na EJA, a qual tem similaridade com o objeto da pesquisa e analisa o processo de apropriação da escrita identificando e descrevendo os aspectos dos conhecimentos letrados e linguísticos da escrita que os jovens, adultos e idosos construíram nas suas práticas sociais letradas e as estratégias que são construídas pelo educando que aprende a escrever.

Ficou evidenciado no Estado da Arte que os educandos constroem conhecimentos letrados acerca de uma diversidade de gêneros textuais e a maioria destes conhecimentos são construídos com base na identificação dos usos e funções que cumprem na vida cotidiana, por isso, embasam-se nos conhecimentos prévios construídos em função da condição do perfil dos educandos da EJA e, esses conhecimentos são ressignificados no curso da tarefa de ler e escrever.

Assim, as reflexões trazidas até aqui nos permitem acreditar que o processo de alfabetização propicia a conscientização e a compreensão do jovem, adulto e idoso como um ser capaz de transformar o mundo. Aprender a ler e escrever é um movimento de reflexão e ação sobre a realidade na qual estão inseridos. Nessa perspectiva, Freire (2006, p. 8) defendia a ideia de que a leitura de mundo precede a leitura da palavra. Para ele, a alfabetização vai muito além do aprendizado das letras, ela é a aquisição da língua escrita por meio da construção do conhecimento. Alfabetizar é reinventar a escrita e para isso é necessário reinventar a forma de ensinar. Como bem reforça Freire (2006, p. 8),

A alfabetização deve ultrapassar a técnica, o mecanicismo, e se tornar um elemento de conscientização e democratização da cultura, um trabalho que se proponha a promoção da ingenuidade à criticidade ao mesmo tempo em que alfabetizasse. Para ele, a alfabetização implica a reflexão crítica sobre o próprio processo de ler e escrever num contexto significativo de compreensão da linguagem e da leitura de mundo.

Mencionando, ainda, Freire (2006, p. 8),

Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um 'a priori' da nossa história individual e social.

Nesse sentido, a Alfabetização proporciona uma aprendizagem que se expande durante toda a vida e para Soares (1999, p. 36), saber ler e escrever, ou seja, ser alfabetizado:

É diferente de viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever - letrado. A pessoa que aprende a fazer uso da leitura e da escrita socialmente se diferencia de uma pessoa que não domina essas habilidades, bem como as pessoas que a dominam, mas que não utilizam adequadamente tais conhecimentos, sendo que os que não adquiriram a tecnologia da leitura e escrita e não utilizam a escrita de acordo com seu uso social, são considerados iletrados.

Corroborando com os autores, ser alfabetizado é ter autonomia, é poder construir sua própria história. Ler e escrever são essenciais e necessários para todos, independente de raça, sexo, idade, sempre é tempo de aprender. O jovem, adulto e idoso analfabeto precisa de motivação, autoestima, inserção social para que possam ser inseridos na alfabetização. Entendemos que para percorrer o caminho da leitura e escrita, vivencia uma concepção de educação como diálogo, prática de liberdade, educação como conscientização e por esta trilha. Freire (1979, p. 72) pontua que a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Sendo assim, é importante começar a alfabetização levando em consideração a vivência e conhecimento dos alunos.

Diante desse contexto, é relevante reforçar que a educação segundo Freire, tem como objetivo promover a ampliação da visão de mundo do educando para melhor intervir nele, e isso é facilitado quando essa relação é mediada pelo diálogo (FEITOSA, 2011, p. 86). E assim, enfatizamos o documento norteador do Programa, discutindo nas próximas seções sua história e concepções, seu processo de Alfabetização e o caminhar do Programa no Maranhão, o qual foi chamado de Jornada de Alfabetização "Sim, eu Posso!" - Círculo de Cultura.

2.1 História e concepção

Consta na literatura que a primeira versão do Programa “Sim, eu Posso!”, aconteceu no ano de 1999 no Haiti, desenvolvido por meio do modo radiodifusão no idioma Créole¹¹. Nesse contexto foram alfabetizados mais de 600 mil pessoas e posteriormente o Programa foi adaptado para ser transmitido como videoaulas, sendo utilizado pela primeira vez no ano de 2003, na Venezuela, sob a orientação da *Missión Robinson*¹², que em apenas um ano e meio contribuiu com a alfabetização de 1 milhão e 500 mil analfabetos.

O resultado desse trabalho foi proclamado dois anos depois, em 28 de outubro de 2005, por meio de um posicionamento da UNESCO que declarava a Venezuela "território livre de analfabetismo", pois esse país apresentava uma porcentagem inferior a 4% de analfabetos.

No Maranhão, como já mencionado foi chamado de **Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura**, e realizado em duas etapas para contemplar os Municípios carecidos. Desta forma, de acordo com o documento norteador, o Programa objetiva:

- a) Reduzir o analfabetismo entre jovens e adultos em oito Municípios integrantes do Plano Mais IDH.
- b) Alfabetizar jovens e adultos, utilizando a metodologia Freiriana dos Círculos de Cultura.
- c) Elevar o nível de educação e cultura dos Alfabetizandos/as nos oito Municípios mais pobres que estão envolvidos na Jornada de Alfabetização do Maranhão.
- d) Desencadear um processo de educação alfabetizadora de jovens e adultos do Maranhão, excluídos da comunicação letrada e escrita na perspectiva de torná-los territórios livres do analfabetismo.

¹¹ O crioulo hatiano (*kreyol ayisyen*) também conhecido como créole, é um idioma falado por quase toda a população do Haiti. Faz parte do grupo de crioulos de base francesa, mas sua sintaxe, seu sistema semântico e sua morfologia diferem bastante do francês. O crioulo batiano foi equipado com uma ortografia oficial e escritores haitianos já produziram uma literatura interessante e consistente (RODRIGUES, 2008, p. 89).

¹² Tradução O nome *Robinson* foi utilizado como forma de homenagear o professor Simón Rodriguez (que utilizava este pseudônimo), mestre de Simón Bolívar, lutador da libertação do povo Venezuelano. As missões de educação do Governo Bolivariano foram divididas ainda nas Missões *Robinson II*, por meio da utilização do “Yo, si puedo seguir”, que dá sequência ao processo de escolarização de jovens e adultos por dois anos, seguida das Missões Ribas (que compreende o restante da Educação Básica) e a Missão Sucre contemplando as pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior.

e) Garantir recursos humanos para gestão local e realização do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

f) Promover a progressiva continuidade dos estudos dos educandos do “Sim, eu Posso!” encaminhando-os para matrícula em turmas da Educação de Jovens e Adultos dos Municípios.

O Programa é inspirado na pedagogia e metodologia de Paulo Freire¹³, a expressão “Sim, eu Posso!” foi pensada como uma forma de elevar a autoconfiança dos homens e mulheres analfabetos, que possuem esse direito negado e que, portanto, deixam de ter acesso a outros bens sociais o que encaminha para que tenha uma baixa autoestima. Conforme a perspectiva de Freire, a educação é um dos caminhos para a libertação por meio da conscientização, torna-se necessário criar possibilidades para que estes homens e mulheres outrora analfabetos construam conhecimentos e tenham uma posição crítica diante da sociedade. Na concepção freiriana, a alfabetização tinha por princípio a conscientização, a passagem da consciência ingênua para a crítica, favorecendo o engajamento dos alunos na vida social, promovendo transformações constantes e mudanças.

[...] A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece [...] A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo. (FREIRE, 1980, p. 26-27).

Nesse sentido, documentos que orientam o Programa ainda advogam que ao longo do processo de desenvolvimento do mesmo, a autoestima dos educandos/as seja elevada, contribuindo para que percebam as transformações que ocorrem em suas vidas, bem como sejam sujeitos de direito e construtores de suas próprias histórias. Por isso, cada palavra que compõe o nome do Programa tem significado próprio:

a) **SIM** (significa afirmação, vontade de atingir à meta, disposição de cumprir com tarefa de aprender).

¹³ A metodologia Freiriana não é simplesmente um método qualquer e sim um instrumento de mediação da educação, na qual está se dá de forma mútua, não existindo o detentor do saber (SANTOS, 1994, p. 8). Seu método trabalha com a cultura dos educandos, considerando que a importância do saber a ler e escrever, está diretamente ligada à realidade cultural dos alunos da classe de jovens e adultos.

b) **EU** (representa cada pessoa, de modo individual, com uma cota de responsabilidade pessoal pelo seu aprendizado) e

c) **POSSO** (indica confiança da pessoa em si mesma, vontade, segurança de que é capaz de se inserir no processo e dominar o mundo da leitura e da escrita).

Essas palavras e seus significados se sustentam no método de ensino proposto por Freire ao trabalhar com base na cultura dos educandos, na autoestima, para ele a importância do saber a ler e escrever, está diretamente ligada à realidade cultural dos educandos jovens e adultos, por isso se a aprendizagem acontecesse de forma distanciada da realidade de cada um deles, se não levasse em conta o EU e a confiança que sustenta cada um, não faria sentido algum dominar a leitura e a escrita uma vez que não poderiam utilizá-la para fazer a leitura do seu mundo.

O livro *Pedagogia do Oprimido* traduz a leitura do mundo, dialeticamente relacionada com a razão e emoção, teoria e prática, explicitada por meio da ética e da estética. Assim sendo, a intenção do método é socializar o processo de alfabetização, de modo que cada um se sinta parte dele, contextualizando suas tradições culturais, identidade, aproveitando os conhecimentos construídos e/ou elaborados pelos educandos ao longo de suas vidas. Dialogando com Freire, é possível entender que o mais importante não era somente o método, mas a problemática, o envolvimento e a participação dos alfabetizados em todo o processo da alfabetização, ou seja, a concepção que ele tinha de alfabetização. Para Freire (2006, não paginado), “[...] a alfabetização tinha um sentido amplo, ideológico, político e não o da simples decodificação [...]”. O alfabetizando não era somente “o aluno”, mas um participante do grupo, onde as aulas eram desenvolvidas por meio do diálogo. Ainda baseando-se em Freire (1979, p. 68), o diálogo vai além de um simples ato, no qual dois sujeitos se comunicam. Para ele o diálogo:

É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se de amor, de humanidade, de esperança, de fé, de confiança. Por isso, somente o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé no 30 próximo, se fazem críticos na procura de algo e se produz uma relação de empatia entre ambos. Só ali há comunicação. O diálogo é, portanto, o caminho indispensável não somente nas questões vitais para nossa ordem política, mas em todos os sentidos da nossa existência [...].

Esse diálogo é fundamental em seu método pois, muito além da alfabetização, do saber ler e escrever tinha por finalidade conscientizar os educandos, por meio de estratégias dinâmicas e autênticas, ensinando-os a comprometerem-se

com a conscientização política e por isso era tão importante a proposta do Círculo de Cultura, o qual substituía a ideia de sala de aula e tinha como diferencial entender que todos somos iguais e participamos do processo conscientizador.

Assim, a proposta metodológica do Programa é constituída por aulas presenciais, onde o processo de ensino-aprendizagem é mediado por um educador, sob o acompanhamento do Coordenador de Turma que é assessorado pelo coordenador pedagógico. A metodologia tem como suporte instrumentos tecnológicos e acessórios audiovisuais, intercalados com material impresso. São 65 roteiros de videoaulas¹⁴, com duração de 30 minutos cada, que totalizam 32,5 horas de gravação e, ainda, uma cartilha do educando para a leitura e a escrita, que foi organizada de acordo com as etapas do método. O conjunto das videoaulas tem formato de uma “novela” simulando uma sala de aula, na qual as pessoas se alfabetizam e que, se colocando na condição de analfabetas, retratam situações semelhantes às vivenciadas pelos educandos, conseqüentemente, motivando-os a aprender a ler e a escrever.

Segundo o documento, a vivência de cada educando/a no dia a dia faz com que se sinta motivado e busque de acordo com suas habilidades aprender o que está proposto na metodologia do Programa. Para Freire (2002, p. 254), “[...] o fundamental na alfabetização de adultos é que o alfabetizando descubra que o importante mesmo não é ler histórias alienadas e alienantes, mas fazer história e por ela ser feito [...]”. Mesmo diante da importância dada à leitura e escrita, é essencial que os educadores trabalhem de forma diferenciada, fazendo com que o educando seja autônomo no seu processo de aprendizagem, para que possa ressignificar seus conhecimentos e o seu mundo.

Acrescenta-se, assim, nessa proposta de alfabetização, que o documento acredita que para essa dinâmica acontecer é fundamental a contextualização dos materiais utilizados pelo educador, proporcionando reflexão, análise lógica, comunicação e ajuda mútua, a partir da realidade histórica e sociocultural de onde o

¹⁴ A videoaula é o instrumento norteador da condução do trabalho pedagógico de cada dia na sala de aula, por meio da palavra integradora. O trabalho do educador é de mediação entre o educando e o que está sendo abordado na videoaula, por isso é importante que os educadores conheçam nos mínimos detalhes de cada uma antes de trabalhá-la com os educandos. Estão distribuídas em 65 roteiros audiovisuais com a duração média de 30 minutos cada estes roteiros retratam situações de dificuldades enfrentados por quem se encontra na condição de analfabeto, semelhantes às vivenciadas pelos sujeitos que estão se alfabetizando pelo método, com o intuito de motivar para o estudo e reforçar a importância de se alfabetizar. Faz parte de cada videoaula três dimensões: introdução, processo de construção da leitura e da escrita e exercitação do que foi estudado.

trabalho é desenvolvido. O suporte audiovisual é elemento motivador para os educandos, foi pensado com a intenção de despertar expectativa sobre o desenvolvimento ou assuntos abordados na próxima videoaula. É similar a um roteiro novelesco, séries televisivas e/ou cinematográficas.

O Programa, conforme previsto no documento norteador, apresenta características amplas que são definidas por questões presentes nesse método, a saber:

a) Possibilitar a integração do conteúdo abordado a diferentes temas, tais como história, geografia, cultura, entres outro; parte-se desses temas macro para iniciar o debate e a construção da aprendizagem da leitura e da escrita.

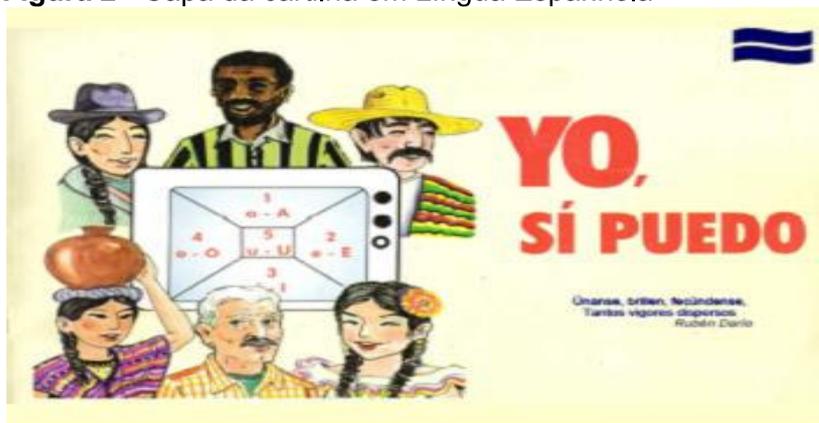
b) Ultrapassar sua função, a qual é dotar as pessoas da técnica da leitura e da escrita, ampliando um leque de informações essenciais ao sujeito que se encontra em alfabetização, dentre elas: cuidado e preservação do meio ambiente, noções de higiene, importância do esporte para a qualidade de vida, conhecimento e o respeito entre as pessoas e às suas tradições. Estes conhecimentos buscam modificar a forma de pensar e agir o que promove a sua cidadania, uma vez que ao saírem da condição de analfabetos permite maior inserção na sociedade.

c) Trazer elementos gerais possíveis de serem tratados em diferentes realidades socioculturais uma vez que seu conteúdo é universal.

2.2 O Processo de Alfabetização

Conhecendo as características do método, é priorizado a sequência de três etapas para o processo de alfabetização, que estão distribuídas no conjunto das videoaulas, são: **preparação, construção da leitura e da escrita e consolidação do método**, contidas na Cartilha do Programa.

Figura 2 - Capa da cartilha em Língua Espanhola



Fonte: Cartilha, “Sim, eu Posso!” (2005)

Figura 3 - Capa da cartilha em Língua Portuguesa



Fonte: Cartilha, “Sim, eu Posso!” (2005)

I Primeira etapa: preparação, trabalhando as habilidades básicas (Exploração)

A preparação inicial dos educandos é uma etapa relevante, uma vez que para aprender a ler e escrever é preciso o desenvolvimento de certas habilidades básicas iniciais que irão proporcionar um bom desempenho nas etapas posteriores.

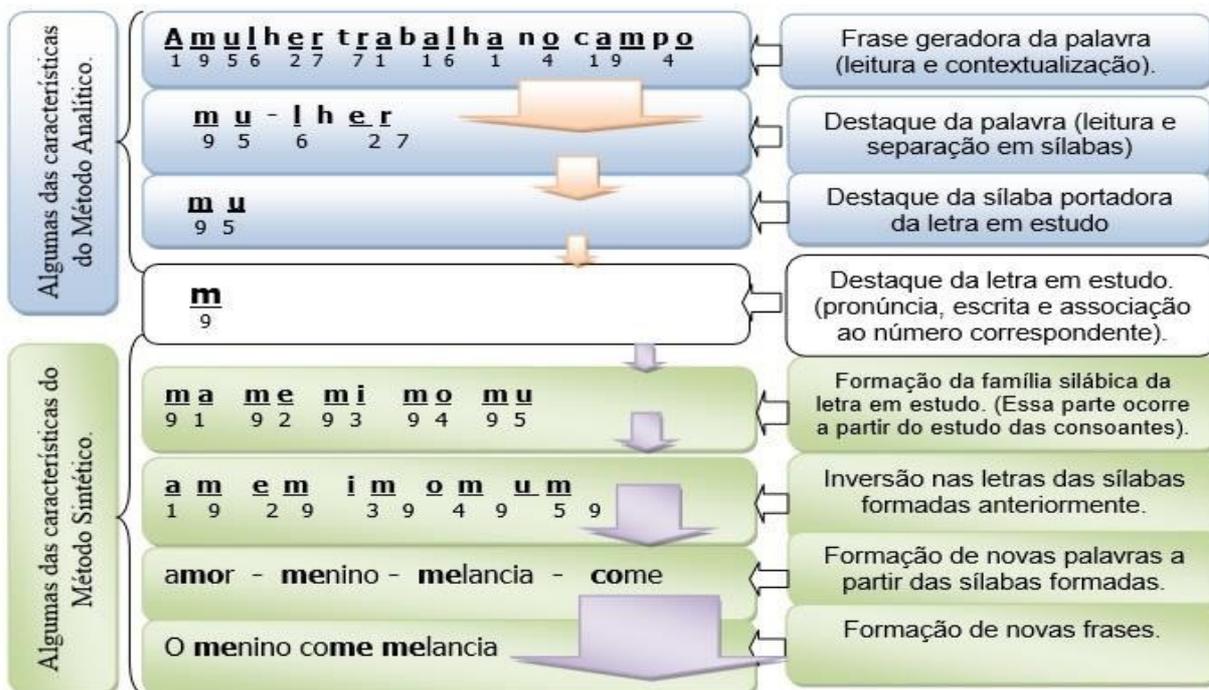
Esta etapa é composta pelos 10 (dez) primeiros roteiros audiovisuais e tem duração de duas semanas:

a) De 1 a 5: familiarização com o método, proporcionando a socialização e interação da turma. Nesta etapa é desenvolvido a expressão oral, habilidades psicomotoras, leitura e escrita dos números de 0 a 30.

b) De 6 a 10: é dedicado ao conhecimento e à representação gráfica das vogais, momento em que a videoaula traz características dos métodos de alfabetização analítico e sintético¹⁵.

Então, partindo de frases são destacadas palavras e a partir delas o estudo das letras e suas possibilidades fonéticas, conforme Figura 4, abaixo:

Figura 4 - Característica do Método nas videoaulas



Fonte: Cartilha, "Sim, eu Posso!" (2005)

II Segunda etapa: aprendizagem da leitura e da escrita (Generalização)

Esta etapa apresenta características específicas: vinte roteiros audiovisuais¹⁶, do nº 11 ao 36 que trabalham as consoantes, incluindo as letras W, K e Y e dezenove roteiros audiovisuais do nº 37 ao 59 dedicados ao estudo dos dígrafos, encontros consonantais, cedilha e til. Para que o educando/a aprenda com mais facilidade a leitura e escrita, o método utiliza números associando-os as letras e parte

¹⁵ No método sintético o ponto inicial é a letra e depois as combinações silábicas até chegar na palavra, passando à frase e ao texto. Está dividido em alfabético (soletração), fônico e silábico. É considerado um dos métodos mais antigo e tradicional, utiliza cartilhas ou apostilas. Enquanto o método analítico parte do texto, defende a leitura como ato global e audiovisual e está dividido em palavração, sentençação e global, conhecido como método de contos.

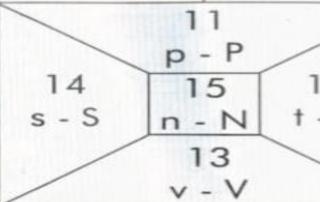
¹⁶ Os roteiros audiovisuais são aulas gravadas sobre o conteúdo do Programa e os personagens são pessoas que representam os educandos e educadora. Um personagem que aparece nas aulas é o Aparecido, que além de fazer a abertura das videoaulas aborda as informações sobre a palavra integradora que será estudada no dia.

sempre do conhecido para o desconhecido, uma vez que “[...] se comprendió así el gran valor pedagógico de la idea y que los números podían convertirse en punto de apoyo para el aprendizaje de la escritura y de la lectura [...]” (DÍAZ, 2005, p. 41). Para exemplificar Díaz (2005, p. 14) ressalta que:

Se comienza por el estudio de las vocales: a-1, e-2, i-3, o-4, u- 5 y, posteriormente de las consonantes, en el siguiente orden: l-6, r-7, f-8, m-9, c-10, p-11, t-12, v-13, s-14, n-15, rr-16, q-17, y-18, d-19, b-20, h-21, ñ-22, ch-23, j-24, x-25, ll-26, z-27, g-28, k-29,w-30. Concluido la enseñanza de consonantes y vocales se procede al estudio de las combinaciones trilíteras u otras existentes en el idioma español.

A videoaula inicia localizando o **número** já conhecido pelos educandos, que de acordo com o método está sempre associado a uma **letra**, a partir de uma **gravura** de fácil identificação (quadro abaixo conforme cartilha do Programa). Abaixo da gravura há uma **palavra**, que contém a letra objeto de estudo de cada dia. Na sequência segue os passos de acordo com a estrutura (frase-palavra-sílaba-letra e vice-versa), que pretende conduzir o educando/a com instruções para os variados exercícios que devem ser realizados na cartilha e no caderno. Esse é o caminho percorrido todos os dias pelos educandos/as para a aprendizagem de cada letra, conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5 - Exemplo de uma página da Cartilha do Educando/a

11 - p - P  campo 10 1 9 11 4	12 - t - T  tomate 12 4 9 1 12 2	13 - v - V  vaca 13 1 10 1	14 - s - S  Sol 14 4 6	15 - n - N  panela 11 1 15 2 6 1
 O camponês está no campo.	 O camponês está no campo. pa-pe-pi-po-pu			 A vaca está ao sol. Nina limpa a panela. O Sol sai pelo leste.
 campo camponês	 Come tomate.	 Come tomate.	 va - ve - vi vo - vu ta - te - ti	 sa - se - si so - su na - ne - no

Fonte: Cartilha, “Sim, eu Posso!” (2005).

Tabela 1 - Alfabeto numerado (em ordem alfabética). Forma em que aparece atrás da capa final da Cartilha para o educando/a.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	X	Z
1	19	10	18	2	8	16	20	3	21	6	9	15	4	11	17	7	14	12	5	13	23	22

Fonte: Cartilha, “Sim, eu Posso!” (2005).

Tabela 2 - Alfabeto numerado (ordem numérica), ordem da sequência do ensino das letras no método “Sim, eu Posso!”.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
A	E	I	O	U	L	R	F	M	C	P	T	V	S	N	G	Q	D	B	H	J	Z	X

Fonte: Cartilha, “Sim, eu Posso!” (2005).

Nesta etapa, até concluir o trabalho com todas as letras do alfabeto, é utilizado o tipo de letra empregada no método. No decorrer do aprendizado é introduzido a letra cursiva e demais tipos de letras e percorrendo pela etapa, todas as palavras e frases trabalhadas são escritas e lidas pelos educandos/as. Mesmo que estes não tenham ainda o domínio do código linguístico, a sua percepção pode estabelecer diferentes relações entre letras e sons, constituindo-se em elementos fundamentais para a apropriação das habilidades de ler e escrever.

III Terceira etapa: consolidação do método (Experimentação)

A última etapa consiste em roteiros planejados para consolidar e fixar a aprendizagem dos educandos/as. Está estruturada em dezesseis roteiros audiovisuais, onze são para a consolidação das letras estudadas em forma de revisão e cinco destinados à construção de texto. Todas as etapas servem para dar suporte ao instrumento de avaliação final de cada educando/a, que consiste em demonstrar que adquiriu a habilidade de ler e escrever, por meio da produção individual, momento em que apresenta para a turma a leitura de uma carta produzida por ele.

Nos roteiros de revisão, os educandos/as reveem todas as letras estudadas nas videoaulas anteriores. A primeira revisão tem duas videoaulas (roteiros nº 14 e 15), para consolidar a aprendizagem das vogais estudadas ainda na primeira etapa e as letras L, R e F (primeiro bloco de consoantes da segunda etapa), são realizadas diversificadas atividades, tais como: ditados de palavras e de frases, poesias, acróstico, combinação de letras para formação de palavras e de palavras para formação de frases sempre relacionando cada letra a seu número e vice-versa. Essas atividades são acrescidas de outras pelos educadores que usam da sua criatividade, planejando diferentes formas de revisar o que foi estudado.

Mesmo com as videoaulas de revisão, é orientado ao educador que a cada dia diversifique suas estratégias para que os educandos/as tenham bom desempenho

durante a videoaula, ressignificando novos exemplos, exercícios e, ao término da aula, registra as dificuldades detectadas para retrabalhá-las no dia seguinte.

Importa dizer que a proposta do Programa parte sempre do princípio de que para aprender a ler e escrever é preciso esforço e prática constante. Algumas habilidades são necessárias à aprendizagem, o exercício constante do pensar-falar-agir é estimulado nos diferentes momentos da videoaula. Esse movimento se materializa no processo de ensino-aprendizagem por meio da prática em sala de aula: na apresentação das questões ou temas, na realização do diálogo e com a resolução de exercícios sobre as questões estudadas.

2.3 A Jornada de Alfabetização do Maranhão “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura

No Maranhão, na fase de implantação, o Programa “Sim, eu Posso!” foi chamado **Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura** e está inserido no bojo da Mobilização para Alfabetização de Jovens e Adultos, uma das treze ações do Programa Escola Digna do Plano Mais IDH.

A proposta da primeira fase da Jornada iniciou em maio de 2016 e foi concluída em fevereiro de 2017 com o Seminário de Encerramento Estadual da “Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura, quando foi reunido 10.026 beneficiários (Tabela 3), mais 20 membros da Brigada de Alfabetização¹⁷, todos priorizando a redução do analfabetismo entre jovens e adultos, moradores dos Municípios: Aldeias Altas, Água Doce do Maranhão, Santana do Maranhão, São João do Carú, São Raimundo do Doca Bezerra, Jenipapo dos Vieira, Itaipava do Grajaú e Governador Newton Bello, este último, foco de nossa pesquisa. Destacamos o quantitativo de atendimento da Jornada no primeiro Ciclo correspondente aos 08 (oito) Municípios atendidos e quantitativo de inscritos no Município de Newton Bello.

¹⁷Brigada de Alfabetização é uma organização que mesmo desenvolvendo tarefas diferentes, possuem o mesmo objetivo que é formar educadoras populares para em seus Estados, atuarem na campanha que pretende combater o analfabetismo em todas as áreas do Movimento Sem Terra. No Maranhão e, esta Brigada foi formada pela parceria do Estado com a equipe do MST que desenvolve ações do Programa de Alfabetização.

Tabela 3 - Beneficiários diretos e indiretos da primeira fase da Jornada de Alfabetização no Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura

Primeira Fase Ciclo 2016	Alfabetizando/as	Alfabetizadores/as	Coordenadores Locais	Coordenadores Estaduais	Coordenadores Municipais	Orientadores pedagógicos Voluntários	Total de beneficiários
	9.368	628	16	04	04	06	10.026
Início e Término					Abril 2016 a Fevereiro 2017		
Municípios atendidos					08		

Fonte: SUPEJA/SEDUC/SEDIHPOP (2016)

Tabela 4 - Quantitativo de inscritos no Município Governador Newton Bello

Município	Meta Prevista	Turmas	Alfabetizadores	Coordenadores de Turmas	Alunos alfabetizados /concluintes	Consultas Oftalmológica	Óculos Entregues
Governador Newton Bello	1.520	54	54	08	873	2	8

Fonte: SUPEJA/SEDUC/SEDIHPOP (2016)

No primeiro momento, para implantação da Jornada foi realizado um trabalho de base, de conscientização nos Municípios objetivando a sensibilização da equipe gestora, momento em que foi apresentado a proposta da Jornada ficando evidenciado a importância da Alfabetização nos Municípios de menor IDH. Nesse percurso, aconteceu o seletivo para Coordenadores, Alfabetizadores e a formação inicial, etapas que acompanhei enquanto técnica da SEDUC, instituição responsável pela implantação da Jornada em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). Posteriormente com apoio do poder público estadual e municipal e do Comitê Municipal Mais IDH as ações seguiram a seguinte ordem:

- a) Mapeamento dos jovens, adultos e idosos ainda não alfabetizados.
- b) Elaboração de edital para contratação de Coordenadores e Alfabetizadores por meio de processo seletivo.
- c) Definição dos possíveis locais de funcionamento das turmas.
- d) Organização das turmas com uma média de 20 Alfabetizando/as.

e) Cadastro dos Alfabetizandos/as e Coordenadores de Turma.

f) Formar a Brigada de Alfabetização, composta pela coordenação regional e pela coordenação política pedagógica para construção, implementação e acompanhamento do trabalho.

g) Capacitar¹⁸ os Coordenadores/as para o acompanhamento das turmas e os alfabetizadores/as para realização do processo de alfabetização.

h) Acompanhar todo o processo de desenvolvimento da Jornada.

Tabela 5 - Cronograma da Jornada de Alfabetização do Maranhão: "Sim, eu Posso!" - Círculo de Cultura

Atividade	Mês de Execução
Mobilização de turmas nos Municípios	Meses 1 e 2
Seleção de Coordenadores de Turma, Alfabetizadores e inscrição do/os educando/as	Fim do mês 1 e mês 2
Capacitação Estadual da Brigada de Alfabetização do "Sim, eu Posso!"	Início do mês 3
Capacitação nos Municípios sobre o "Sim, eu Posso!"	Fim do mês 3
Processo de alfabetização dos educandos/as - "Sim, eu Posso!"	Mês 4 até o 7
Capacitação Estadual da Brigada de Alfabetização - Círculo de Cultura	Início do mês 7
Capacitação nos Municípios sobre o Círculo de Cultura	Fim do mês 7
Aperfeiçoamento de leitura e escrita por meio dos Círculos de Cultura	Do mês 8 ao 11
Seminário Municipal de Avaliação	Final do mês 11
Seminário Estadual de Avaliação	1ª quinzena do mês 12

Fonte: Maranhão (2017, p. 16)

Para que a Jornada de Alfabetização tivesse êxito e alcance de seus objetivos, cada sujeito envolvido na proposta da ação alfabetizadora tinha atribuições específicas e que precisaram ser efetivadas. Com foco nos sujeitos envolvidos na pesquisa, mencionamos o que este contido na proposta do Programa em relação a algumas funções dos Coordenadores de Turma e Alfabetizadores:

¹⁸ A capacitação dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma aconteceu no Município onde foi realizada a Jornada, para conhecimento da proposta do Programa e estudo da sua metodologia.

I Coordenador de Turma

- a) Conhecer e orientar adequadamente a utilização dos instrumentais de ensino - aprendizagem do método alfabetização proposto.
- b) Participar de maneira ativa, assídua e pontual de todos os momentos reservados à formação pedagógica e do acompanhamento da Jornada.
- c) Apoiar o educador nas visitas aos educandos/as que se fizerem ausentes, por mais de cinco dias, visando seu retorno e continuidade dos estudos.
- d) Realizar o acompanhamento sistemático das turmas.
- e) Orientar o educador sobre a preparação do ambiente educativo, assegurando o funcionamento adequado dos equipamentos eletrônicos que dão suporte às atividades diárias.
- f) Garantir o estudo e o planejamento juntamente com os/as educadores/as.
- g) Produzir os relatórios que devem conter: onde estão as turmas, como são os locais de alfabetização, avanço e dificuldades de educandos/as e educadores/as, nível de formação dos/as educadores/as e como está se dando o envolvimento da comunidade.
- h) Organizar, conjuntamente com o/a educador/a, a produção escrita dos educandos/as e frases significativas.
- i) Manter diálogo constante com a coordenação regional no intuito de garantir a execução e o bom andamento da Jornada.

II Alfabetizador

- a) Alfabetizar.
- b) Participar de maneira ativa, assídua e pontual de todos os momentos reservados à formação pedagógica e ao acompanhamento da Jornada.
- c) Conhecer e utilizar adequadamente os instrumentais de ensino-aprendizagem do método de alfabetização proposto.
- d) Assistir, antecipadamente, o roteiro audiovisual relativo a cada aula, planejando a abordagem a ser feita junto aos educandos/as, definindo as atividades e os materiais necessários a cada aula.
- e) Elaborar o plano de aula previamente de forma a projetar a superação das dificuldades que venham surgir durante o processo de alfabetização.
- f) Cumprir o tempo diário de aulas semanais.

g) Zelar pela frequência e continuidade de estudos de todos os educandos/as.

h) Fazer o acompanhamento individual do processo de aprendizagem dos/as educandos/as.

i) Realizar periodicamente as avaliações com os educandos/as, utilizando o instrumental sugerido e demais recursos que julgar necessários.

j) Motivar os educandos/as a continuarem se escolarizando.

k) Participar do processo de formação e de avaliação da Jornada.

l) Nos casos de impedimento de comparecimento às aulas, cabe ao educador a indispensável comunicação, preferencialmente antecipada, a todos os educandos/as e ao Coordenador da Turma.

Todas as atribuições estavam inseridas no edital do seletivo para que o candidato interessado ficasse ciente do seu papel na trajetória da Jornada que foi desenvolvida no período de 10 meses sendo:

a) Primeiro mês destinado à mobilização (Capacitação Estadual da Brigada de Alfabetização Salete Moreno¹⁹ do “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura).

b) Três meses de estudo sobre a aplicação do método de alfabetização cubano “Sim, eu Posso!”.

c) Cinco meses de aprofundamento de leitura e escrita a partir da metodologia Freireana dos Círculos de Cultura.

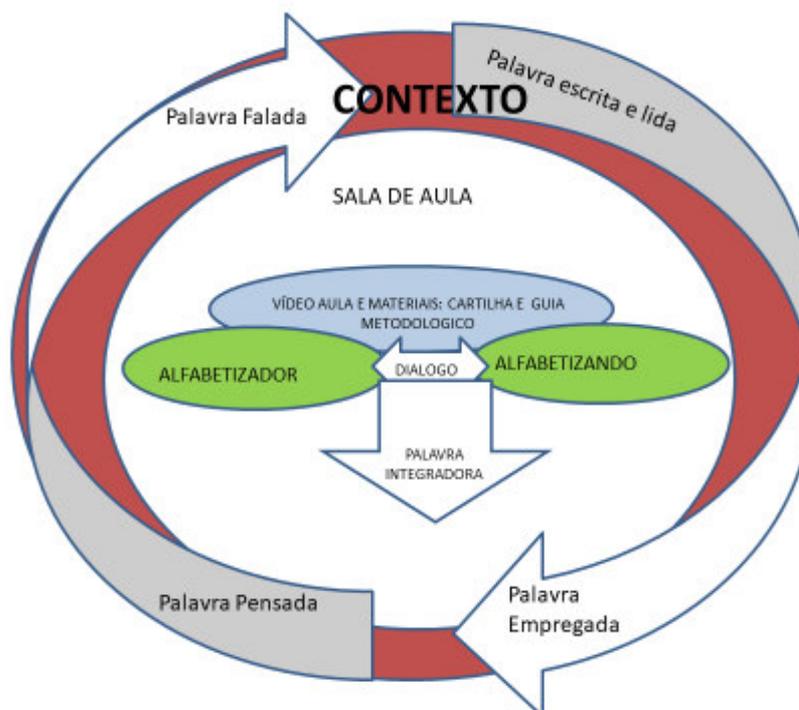
d) Último mês a equipe responsável a Jornada realizou o balanço dos resultados, sistematização e avaliação final.

Os três meses de aplicação do método, orientados pela palavra integradora (unidade linguística, portadora da letra em estudo de cada dia, a partir da qual se articulam os diferentes momentos, meios e sujeitos constituintes do processo de alfabetização) presente em cada videoaula possibilitando que os educandos/as de acordo com seu ritmo, concluísse o processo escrevendo textos simples, como uma carta, a qual é o resultado esperado ao longo da alfabetização, momento importante

¹⁹ A Brigada Salete Moreno refere-se ao coletivo formado pelos quatro membros da Coordenação Política Pedagógica e os 16 membros da Coordenação Regional. A Brigada escolheu homenagear a educadora popular e militante do MST do Maranhão, Maria Salete Moreno, lutadora do povo, que dedicou toda a sua vida à luta pela terra, pela educação e pela construção de uma sociedade justa e digna.

para a conclusão desta fase que de acordo com o documento norteador do Programa é assim representada na Figura 6:

Figura 6 - Processo de Alfabetização



Fonte: Documento norteador do Programa “Sim, eu Posso!” (2005)

Considerando que a Alfabetização ultrapassa as páginas do livro, a Jornada proporciona aos Alfabetizadores e aos educandos/as o acesso a livros, filmes e ao mundo digital, como instrumentos complementares que contribuíram com o debate das temáticas, diálogo entre os pares, problematização do processo de leitura e escrita, questionamentos da vida cotidiana com a finalidade de transformar a realidade do meio onde os educandos vivem.

Diante disso, os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma dos oito Municípios contemplados pela Jornada, foram inseridos em um processo de **formação inicial** sobre o método “Sim, eu Posso!” (carga horária de 40h sobre o método e 20h sobre os Círculos de Cultura), cada um recebeu um *kit*²⁰.

É importante ressaltar que o desenho curricular da formação e de todo o processo de alfabetização fundamenta-se nos saberes acumulados na alfabetização do Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC), na

²⁰ Cada *kit* contém uma mochila, camiseta, lápis, caneta e caderno.

experiência no processo de aquisição dos códigos da leitura e da escrita, no próprio Movimento Social²¹ e na sua matriz pedagógica vinculada à luta contra as desigualdades, na educação popular inspirados em Paulo Freire e na sua pedagogia da práxis²². A **formação continuada** aconteceu quinzenalmente nos plantões pedagógicos, momentos de apropriação da prática do domínio do método de alfabetização e de estudos e trocas de conhecimentos.

Dando continuidade à aplicabilidade da proposta da Jornada, no início das aulas, os Alfabetizadores realizavam o planejamento global, entendendo o processo como um todo no momento em que consideram o planejar como um conjunto de ações de todos os elementos relacionados à Jornada de Alfabetização, ou seja um pensar no como deve ser o trabalho do ensino-aprendizagem, com escolhas pedagógicas e metodológicas as quais estão previstas no instrumental proposto para o registro no “Plano de Aula” (Tabela 6). Nesse plano, os Alfabetizadores identificavam os objetivos, registrando o que se deve conhecer, reconhecer, associar e empregar em cada videoaula que será estudada, para isso adotaram a rotina com o chamado Tempo Educativo (Tabela 7).

Tabela 6 - Plano de aula

PLANO DE AULA	
Alfabetizador: _____	Data: __/__/__
1. Primeiro Tempo Educativo: Acolhida/ Motivação e Memória da aula	
2. Segundo Tempo Educativo: Retomada de estudos de novos	
2.1.	Momento diálogo com a palavra integradora
2.2.	Momento da videoaula - Roteiro audiovisual N° _____
2.3.	Momento Intervenção com a turma

²¹ Movimento Social que, segundo Gohn (2009, p. 14), é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Os movimentos sociais têm nos direitos a fonte para a construção de sua identidade.

²² Autores como Moacir Gadotti, Sáchez Vásquez dentre outros também discutem a pedagogia da práxis.

3. Terceiro Tempo Educativo: Avaliação e Registro da Aula

Fonte: Documento norteador do Programa (2016)

Tabela 7 -- Rotina das aulas (Tempo Educativo)

Tempo Educativo		Duração	Detalhamento
1º Acolhida/Motivação e Memória da Aula Anterior.		20 minutos	Realização de atividade(s) para a motivação da permanência dos educandos/as em sala de aula. Trabalhar as principais dificuldades dos educandos/as em relação ao que foi estudado na aula anterior.
2º Retomando o Estudo de Novos Conhecimentos	Dialogando com a Palavra Integradora	15 minutos	Prática do diálogo em torno da palavra a ser estudada, aqui identificada como palavra integradora.
	Momento Videoaula	30 minutos	Momento videoaula - Assistir a videoaula.
	Momento Intervenção com a Turma	45 minutos	Retomar as questões trabalhadas na videoaula (explicações e atividades), debater com a turma o que não foi discutido suficientemente.
3º Avaliação		10 minutos	Identificar os avanços, dificuldades e as necessidades da aprendizagem dos educandos/as. Avaliação da aula, tomando o registro.

Fonte: Documento norteador do Programa (2016)

No Maranhão, todos os atores envolvidos seguiram a proposta da Jornada e utilizaram a cartilha fazendo as devidas alterações para atender a demanda do Estado. O processo de avaliação abrangeu o conjunto e as partes do trabalho pedagógico, considerando os diferentes espaços e tempos em que ocorre. Conforme documento norteador do Programa, na Jornada é avaliado dois aspectos: o funcionamento da turma e o educando. No que se refere ao **funcionamento da turma**

a avaliação permite perceber o que está bom e o que é necessário melhorar visando garantir um resultado satisfatório. É observado se o desenvolvimento das aulas (conteúdo, metodologia, atividades...), está de acordo com as necessidades da turma, se o Alfabetizador está com dificuldades, se os educandos estão participando, se demonstram interesse, pontualidade e frequência.

Quanto ao **educando**, é considerado o processo contínuo e sistemático acerca da aprendizagem e das possíveis intervenções para a superação das dificuldades de aprendizagem individual e da turma. No “Sim, eu Posso!”, a avaliação de cada participante deve ocorrer durante todo o processo do trabalho com o método, e para isso é utilizado três dimensões: diagnóstico dos educandos, avaliação sistemática e avaliação final.

Tabela 8 - Dimensões do processo de trabalho com o método

Três dimensões do processo de trabalho com o método		
Diagnóstico dos educandos	Avaliação sistemática	Avaliação final
<ul style="list-style-type: none"> - Teste cognitivo com objetivo de sondar o nível alfabético do educado/a. - Aplacação na entrada (duas semanas iniciais) e na saída realizado duas semanas antes de finalizar a Jornada. - Sistematização dos testes cognitivos resultam em um registro denominado “Desempenho dos educadores nas noções de leitura, escrita e numérica” – Tabela 6 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação no processo da alfabetização dos avanços e dificuldades de aprendizagem para intervenção visando superação das mesmas. - Avaliado as exposições das ideias, oralidade, leitura e escrita, leitura e interpretação de imagens, exercícios da cartilha e caderno, participação nas aulas, entre outros, atendendo os objetivos, conhecimentos e habilidades trabalhadas em cada aula. - A avaliação sistêmica deve responder se as habilidades básicas previstas foram alcançadas, se o educando foi capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a letra ao número que lhe foi atribuído, representando-a de forma escrita? • Reconhecer o grafema e o fonema sem o número? • Compreender as possibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Após os três primeiros meses da Jornada o educando faz uma produção escrita, para constatar a aprendizagem da leitura e escrita. Essa avaliação se concretiza na última aula do método, quando cada educando tem como atividade escrever uma carta a alguém de sua livre escolha, em seguida lendo-a para toda a turma. Essa atividade permite avaliar se cada um é capaz de ler com fluidez e de redigir palavras, frases, mensagens e textos simples. Também é registrado no documento “Acompanhamento semanal da aprendizagem dos educandos” (Tabela 10)

	fonéticas dos grafemas? • Associar essas possibilidades formando novas palavras? • Empregar as novas palavras em uma nova frase? O registro é realizado no documento “Acompanhamento semanal da aprendizagem dos educandos” (Tabela 10)	
--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tabela 9 - Instrumento de registro do desempenho dos educandos/as nas noções de leitura, escrita e numérica.

JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO: SIM, EU POSSO! E CÍRCULOS DE CULTURA - MARANHÃO																
DESEMPENHO DOS (AS) EDUCANDOS (AS) NAS NOÇÕES DE LEITURA, ESCRITA E NUMÉRICA																
Núcleo: _____			Turma: _____			Turno: _____			Coordenador (a) do Núcleo: _____							
Educador (a): _____			Avaliação Mês 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 ()													
Datada Avaliação: ___/___/___ a ___/___/___																
Nº	Nome Completo do (a) Educando (a)	Aspectos Gerais			Leitura				Escrita			Números				
		Expõe as ideias com facilidade	Interage com os colegas com facilidade	Reconhece letras	Lê palavras isoladas	Lê pequenas frases	Lê textos completo	Compreende informação em textos de diferentes gêneros	Escreve letras	Escreve apenas palavras isoladas	Escreve corretamente o ditado	Produz texto	Lê	Escreve	Relaciona com as letras	
02																
03																
04																
Para cada item avaliado aplicar um conceito: A – Desempenhou com facilidade, B – Desempenhou com algumas dificuldades, C – Não conseguiu desempenhar ou desempenha com muitas limitações.																

Fonte: Documento norteador do Programa (2016)

Tabela 10 - Acompanhamento semanal da aprendizagem dos educandos

JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO “SIM, EU POSSO!” E CÍRCULOS DE CULTURA - MARANHÃO	
ACOMPANHAMENTO SEMANAL DA APRENDIZAGEM DOS (AS) EDUCANDOS (AS)	

Núcleo: _____ Turma: _____ Turno: _____
 Coordenador (a) do Núcleo: _____

Educador (a): _____ Semana de: _____ Videoaulas avaliadas: _____

	Frequên	Resultado Avaliação

Nº	Nome Completo do (a) Educando (a)	D S T Q Q S S						Apropriou-se do conteúdo	Apropriou-se parcialmente do conteúdo	Apresentou poucos avanços	Observações
		D	S	T	Q	Q	S				
01											
02											
03											
04											
05											
<p>1Observação: Registre com um X a opção que mais se aproxima do desenvolvimento de cada educando na apropriação do conteúdo da semana. Relate qualquer observação relevante ao processo de aprendizagem e avaliação do alfabetizando.</p>											

Fonte: Documento norteador do Programa (2016)

Nesse sentido, entendemos que a Jornada tem uma história que deixou marca significativa na vida dos educandos/as, o que nos permite intensificar a discussão sobre a Alfabetização de jovens e adultos no Maranhão buscando analisar as políticas que estão sendo oferecidas a este público-alvo bem como todo o percurso por ela percorrido para que de fato seja concretizada logrando resultados satisfatórios e que no seu caminhar possa erradicar o analfabetismo, não permitindo que as ações votadas para a Alfabetização sejam pontuais e distintas do processo de escolarização.



“O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção.”

Paulo Freire

3 TRAJETÓRIAS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS O BRASIL

Esta seção trata da história da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil e no Maranhão, por entendermos que para se investigar um Programa de Alfabetização de Adultos, da natureza do “Sim, eu Posso!”, é preciso compreender os cenários políticos, econômicos e sociais que forjaram esse tipo de alfabetização (do seu nascedouro aos dias atuais). É realizada a contextualização da EJA, destacando retrocessos e avanços para a modalidade que tem uma política fragmentada por falta de continuidade das ações que permeiam sua identidade.

3.1. Alfabetização de Jovens e Adultos e seu contexto histórico no Brasil

A história da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil se confunde com a própria história dessa educação. Trata-se de uma tarefa complexa e muito minuciosa, uma vez que a história não é somente nomear os marcos legais, mas, sobretudo entender a história dos sujeitos que fizeram e fazem parte desse processo, compreendendo que as lutas dos movimentos sociais e desses sujeitos são muito significativas para o atual desdobramento dessa modalidade de ensino.

Nesse sentido, entendendo que a Educação de Jovens e Adultos se destina a jovens e adultos que não tiveram acesso à educação ou continuidade de seus estudos, se faz necessário, nesta seção, realizar uma retrospectiva da trajetória da Alfabetização de Jovens e Adultos, desvelando que a mesma evolui de acordo com os acontecimentos ocorridos na própria História da Educação no Brasil.

Iniciamos com o **Período Colonial** (1500 a 1822), a educação neste período esteve a cargo, não de forma exclusiva, mas hegemônica, dos padres e irmãos da Companhia de Jesus, durante os anos de 1549 a 1759, ou seja, desde o ano da chegada dos primeiros jesuítas no Brasil até sua expulsão pelo Marquês de Pombal. Os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo/método pedagógico (as escolas eram regulamentadas pelo documento escrito por Inácio de Loiola, o *Ratio Studiorum*²³). Além de ensinar as primeiras letras,

²³ *Ratio Studiorum* significava “Regra de Estudos”; “Ordem de Estudos”; “Plano de Estudos da Companhia de Jesus. Era um Manual Educativo Oficial adotado nos Colégios Romanos, dentre seus objetivos destaca-se a instrução dos jesuítas docentes. A originalidade do programa de estudos do *Ratio* consistia: [...] por um lado, no fato de ele se destinar simultaneamente à formação de religiosos e de leigos; por outro lado, no fato de ele incluir, além da filosofia e da teologia, o estudo sistemático

existiam os cursos elementar, secundário (Letras e Filosofia) e superior (Teologia e Ciências Sagradas) para formação de sacerdotes (BELLO, 2001).

Os missionários jesuítas fundaram colégios adotando uma educação clássica, acadêmica e humanística. Nesse período a educação era tarefa da Igreja, fato este registrado por Moura (2003, p. 26), quando comenta que,

A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa.

Toda a trajetória da Alfabetização de Jovens e Adultos percorre caminhos que merece destaque dentro de cada período da História. Na época do Brasil Colonial, os primeiros professores iniciaram a educação catequizando índios e negros, ensinando-os a ler e escrever, posteriormente os filhos dos proprietários de terras com objetivo de prepará-los para a ordem religiosa ou continuidade dos estudos nas Universidades. Neste período, a alfabetização tinha finalidade de aculturação, catequização e civilização das camadas que consideravam “inferiores”.

No **Período Imperial** (1822 a 1889), D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil e, em 1824, outorgou a Primeira Constituição Brasileira, que em seu Art. 179, diz que a "instrução primária iniciou com a alfabetização e é gratuita para todos os cidadãos". Para que esta instrução acontecesse, houve tentativa de suprir a falta de professores instituindo o Método Lancaster²⁴. A partir de 1834, com o Ato Constitucional, a instrução primária e secundária das pessoas, mas especialmente para adolescentes ficou sob a responsabilidade das Províncias que tinham princípio missionário e caridoso, assim a EJA começou a ser vislumbrada como um ato de solidariedade.

No ano de 1854, surgiu a primeira escola noturna no Brasil com o objetivo de alfabetizar os trabalhadores analfabetos e em 1879, entrou em vigor a Reforma Leôncio de Carvalho que caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente. Posteriormente, o Decreto nº 3.029/1881, conhecido como a "Lei

das humanidades: as línguas e a literatura, a retórica, a história, o teatro... Esse foi certamente o maior distintivo da proposta pedagógica da Companhia de Jesus. (MIRANDA, 2009, p. 27).

²⁴ Método pedagógico desenvolvido pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838) no final do século XVII na Europa. Também conhecido por método mútuo ou monitorial, utiliza como monitor o aluno que se destaca dos demais, este é responsável por contribuir para o ensino do restante do grupo. Os alunos eram divididos em pequenos grupos, os quais recebiam a lição dos monitores (EBY, 1978, p. 325).

Saraiva²⁵", ratifica a Reforma de Leôncio e com essa Lei aconteceu a primeira reforma eleitoral do Brasil que instituiu o "título de eleitor", proibindo os analfabetos a votar uma vez que considerava a educação uma ascensão social. Todavia, com a expulsão dos jesuítas no século XVIII, o ensino de adultos foi desestruturado e nos anos de transição do Império-República (1887-1897), a educação foi considerada redentora dos problemas da população dessa forma aconteceu uma expansão da rede escolar e as "ligas contra o analfabetismo", surgidas em 1910, visando à imediata supressão do analfabetismo, vislumbraram o voto do analfabeto (PAIVA, 1973).

Até 1888, no Período Imperial predominou com as relações escravocratas e as leis que serviram de base a organização do ensino no Brasil, ficaram em vigor, com poucas alterações, até a Proclamação da República em 1889.

Quanto ao período da **Primeira República** (1889 a 1930), houve várias Reformas, dentre elas a de Benjamin Constant o qual tinha como princípios orientadores a liberdade, laicidade do ensino e gratuidade da escola primária, visava a transformação do ensino, formando alunos para os cursos superiores. Nesse período, a educação sofreu mudanças significativas, mas seu modelo continuou privilegiando a elite dominante, e por isso ainda era muito elevado o número do percentual da população adulta analfabeta.

Iniciando o século XX, várias mobilizações sociais ocorreram com o propósito de acabar com o analfabetismo e em 1915, foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, uma vez que este era considerado um mal para a população, assim as pessoas precisavam deixar de ser analfabeta para tornar-se produtiva e contribuir com o desenvolvimento do país. Momento em que surge a **Era de Vargas** (1930 a 1945), marcada pelos Movimentos Sociais e ampliação da educação elementar, incluindo a EJA que nesse período tinha sua identidade definida como Campanha Nacional de Massa - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), foi a primeira campanha oficial de caráter nacional. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde com o objetivo de combater o analfabetismo para fins de progresso do país, pretendia levar a educação de base para todos os brasileiros que se encontravam na situação de analfabetos.

²⁵Lei Saraiva - Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, instituiu, pela primeira vez, o Título de Eleitor, proibiu o voto de analfabetos e adotou eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império brasileiro.

Diante de todas as mudanças políticas da Década de 30, a Constituição de 1891 deixou de vigorar e em substituição surge a Constituição de 1934, que durou somente três anos, a que menos durou em toda a História do Brasil. No período de sua vigência, a EJA foi reconhecida como modalidade diferenciada de ensino e criado a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) que passou a demarcar nesse compromisso explicitado as prerrogativas da União, Estados e Municípios. O ensino primário tornou-se integral gratuito e de frequência obrigatória, incluindo adultos.

No contexto sequencial e face às implicações do analfabetismo com altos índices gerando claros constrangimento nas relações internacionais, no ano de 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e por meio de seus estudos e pesquisas, foi instituído em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, com destinação dos respectivos recursos a política de Ensino Supletivo para adolescentes e adultos e em 1945, o Fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos analfabetos.

No período da **República Liberal** (1947 a 1964), que iniciou com o fim da Era Vargas e finalizado com o Golpe Civil Militar, na área da Educação, a nova Constituição determinou a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fez retornar o preceito de que *a educação é direito de todos*, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 30.

Nesse período surgiu vários Programas voltados para a alfabetização de adultos, mas por falta de recursos, planejamento sistemático, profissionais qualificados terminaram não tendo seus objetivos alcançados uma vez que se prendiam unicamente a ensinar a ler sem preparar o alfabetizado para fazer parte da sociedade, dentre eles em 1947, surgiu um Programa, de âmbito nacional do Ministério da Educação e Saúde, que tinha pretensão de atender especificamente às pessoas adultas, com esse fim foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) que tinha como finalidade de reorientar e coordenar, os trabalhos dos planos anuais do Ensino Supletivo para adultos analfabetos e adolescentes. Esse movimento que durou até fins da década de 50 foi chamado de Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, época de movimentos em favor de uma educação humanizadora e cidadã

e em 1949 aconteceu a Campanha Nacional Contra o Analfabetismo e em 1958, a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo.

Outro principal marco para a EJA foi a iniciativa da UNESCO²⁶ em promover as Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEAs)²⁷, evento de âmbito internacional que tem por objetivo discutir temáticas referentes a Educação de Adultos e deixa no final de cada evento um documento oficial que trata de legitimar questões referentes a esse público-alvo. A I CONFINTEA foi realizada em junho de 1949, tendo como tema “Educação de Adultos”, marcada pelo espírito de reconstrução do pós-guerra e aconteceu em Elsinore, Dinamarca. Depois desta Conferência a cada 10 anos aproximadamente, reúnem-se especialistas e gestores de políticas educacionais para avaliar iniciativas e tendências, fixando diretrizes para a UNESCO e recomendações aos países. Citando Ireland e Spezia (UNESCO, 2012), as decisões destas Conferências fortalecem as políticas da EJA:

[...] foram essas Conferências que debateram e indicaram as grandes diretrizes e políticas globais da educação de adultos para o período entre uma Conferência e a próxima – e, em alguns momentos mais conturbados, evitaram o desaparecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das pautas políticas em vários países. (IRELAND; SPEZIA, 2012, p. 9).

A I CONFINTEA teve grande importância para a Alfabetização do Brasil, momento ímpar, espaço de debate e trocas de experiências buscando melhorias na educação de jovens e adultos. Nessa Conferência, a difusão da cultura da paz, a força dos movimentos sociais e o trabalho voluntário foi debate para fortalecimento das Campanhas de Alfabetização da EJA.

Assim, em 1952, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), para atender as populações que viviam no meio rural e em 1958, após a 2ª Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em Santa Catarina e o II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, começou os passos iniciais para discussão de um novo método pedagógico a ser utilizado na educação de adultos, este rompia com os preconceitos que envolviam as pessoas analfabetas,

²⁶ UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com sede em Paris foi fundada em 16 de novembro de 1945 e tem como objetivo principal reduzir o analfabetismo no mundo esses objetivos estão pautados em cinco grandes programas: educação, ciências naturais, sociais/humanas, cultura e comunicação/informação (UNESCO, 1990).

²⁷ CONFINTEAs se constituíram enquanto principal ferramenta da UNESCO para a defesa e promoção da Educação de Jovens e Adultos nos últimos 60 anos. São encontros intergovernamentais que têm por objetivo mobilizar as instituições oficiais para debater e definir políticas públicas sobre a EJA, como prioridade social.

momento em que começa a ser conhecido um grande educador do país, Paulo Freire²⁸.

Ainda no que se refere ao Congresso destacamos que primava pelo direito público subjetivo, destacando o debate sobre os níveis de qualidade que marcaram os processos e práticas desencadeadas de formação dessa demanda. Sendo possível, destacar os Programas do Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Continuando com a trajetória da alfabetização, aconteceu a II CONFINTEA, que foi realizada em Montreal, Canadá, em 1960, teve como temática central “A Educação de Adultos em um Mundo Mutável”, retratando o contexto de mudança e crescimento econômico do período, priorizou a alfabetização e propôs a integração da educação de adultos aos sistemas. Teve como principal resultado a consolidação da Declaração da Conferência Mundial de Educação de Jovens e Adultos.

Para Haddad e Di Pierro (2000), o período que vai de 1959 a 1964 foi considerado “período de luzes da Educação de Jovens e Adultos”, na década de 1950, a EJA era entendida como uma educação de base, com o desenvolvimento comunitário, surgiu no final dessa década, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos como educação funcional (profissional). Dando continuidade, na década de 60, o pensamento de Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspira os principais Programas de Alfabetização e Educação Popular do país, para ele a alfabetização era um caminho para a reflexão, argumentação e criticidade, ainda mencionando Freire (1979, p. 72), “A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador.”

²⁸ Paulo Regus Neves Freire nasceu em Recife no 19 de setembro de 1921 e faleceu no dia 02 de maio de 1997 em São Paulo, foi um grande educador e filósofo. Sempre se destacou com seus trabalhos na área da Educação Popular. Foi autor de várias obras dentre elas a “Pedagogia do Oprimido, um método de alfabetização dialético, defendendo o diálogo com as pessoas mais simples, para ele o saber era construído com o sujeito, dessa forma o ato de educar tinha que contemplar o pensar e o concluir, contrapondo a reprodução.

Essas experiências desenvolvidas e que apresentam um caráter significativo na Alfabetização de Jovens e Adultos, são ceifadas ou reduzidas em virtude do Golpe Militar de 1964 e das consequências das concepções hegemônicas do período.

De 1964 a 1985, surge o período do **Regime Militar** e a EJA foi vista como um problema nacional surgindo às primeiras Campanhas oficiais em prol da educação de adolescentes e adultos analfabetos. Neste período foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que previa a disseminação por todo o Brasil, de Programas de Alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire.

O PNA foi criado pelo Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964 na tentativa do Ministério da Educação e Cultura de coordenar os movimentos de educação de base e/ou alfabetização de adultos e adolescentes que vinham se multiplicando em todo o país a partir de 1961. De acordo com o Decreto foi instituído para sua implantação, a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização a qual deveria convocar e utilizar a cooperação e os serviços de agremiações estudantis e profissionais, sociedades de bairros, associações esportivas, organizações governamentais, civis e militares, entidades religiosas, empresas privadas, órgãos de difusão, do magistério e de todos os setores mobilizáveis.

O Ministro da Educação interino Júlio Sambaqui que constituiu essa comissão especial e nomeou para exercer a sua coordenação em março de 1964, Paulo Freire, criador do método de alfabetização utilizado pelo Programa. Este método tinha como meta instalar 60.870 Círculos de Cultura, visando alfabetizar 1.834.200 analfabetos, atendendo assim 8,9% da população analfabeta (da faixa de 15 a 45 anos), que em setembro de 1963 era de 20,442 milhões pessoas (GADOTTI; ROMÃO, 1999). Os Círculos seriam implantados em quatro etapas sucessivas, as quais tinham com a duração de três meses cada uma, em todas as Unidades da Federação.

Segundo Feitosa (1999, p. 1),

A proposta de Freire parte do Estudo da Realidade (fala do educando) e a Organização dos Dados (fala do educador). Nesse processo surgem os Temas Geradores, extraídos da problematização da prática de vida dos educandos. Os conteúdos de ensino são resultados de uma metodologia dialógica. Cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando

é considerada "invasão cultural" ou "depósito de informações" porque não emerge do saber popular. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno. Conhecê-lo enquanto indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o "conteúdo" a ser trabalhado.

Enfatizando a importância do Método Paulo Freire para o Programa, retomamos Feitosa (1999, p. 2), que ressalta:

O que existe de mais atual e inovador no Método Paulo Freire é a indissociação da construção dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita do processo de politização. O alfabetizando é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade enquanto aprende a escrever a palavra sociedade; é desafiado a repensar a sua história enquanto aprende a decodificar o valor sonoro de cada sílaba que compõe a palavra história. Essa reflexão tem por objetivo promover a superação da consciência ingênua - também conhecida como consciência mágica - para a consciência crítica.

Mesmo diante de toda a construção histórica e dos resultados satisfatórios, o Programa (PNA) foi extinto²⁹ pelo Golpe de Estado Civil-Militar³⁰, no Decreto nº. 53.886, de 14 de abril de 1964, mesmo ano que foi aprovado. Segundo Souza (2008, p. 5), após a implantação do governo civil-militar os projetos baseados na Educação Popular perderam força, com corte de verbas para financiamento de suas ações e por medidas arbitrárias, exilando-se lideranças desses movimentos como no caso de Paulo Freire. Segundo Souza Júnior (2012, p. 38),

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular que se haviam multiplicado por todo o país passaram a ser vistos como uma grave ameaça à ordem, chegando a quase desaparecer. Alguns poucos sobreviveram nos municípios do interior ou funcionavam de forma clandestina nas grandes cidades. Seus promotores e idealizadores foram reprimidos, presos e o material que seria utilizado, apreendido. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado.

Nesse contexto, segundo Oliveira e Souza (1997, p. 18-19), a EJA, no início do Governo Militar, foi marcada pela falta de investimentos. Somente em 1966, diante da má repercussão internacional dos elevados índices de analfabetismo aliada aos apelos da UNESCO, o governo brasileiro elaborou um Plano Complementar, um trabalho conjunto entre Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação e Secretaria de Planejamento. Daí assumiu as diretrizes técnicas de modo a estabelecer

²⁹O Governo Militar cancelou vários Movimentos Sociais dentre eles os Programas de Alfabetização que foram reprimidos. O Regime que vigorava justificou a ação, pois considerava estes Movimentos subversivos e acreditava que os mesmos doutrinavam a população com as ideias de esquerda.

³⁰A terminologia "civil-militar", tendo como base, entre outros, Dreifuss (1981, p. 230), "[...] o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD [...]".

estratégias para reduzir os índices de analfabetismo que, segundo o IBGE, em 1960 eram de 39,50% da população com mais de 15 anos de idade.

Em 1965, o conceito de alfabetização funcional³¹ ganhou destaque no Congresso Mundial de Ministros da Educação sobre a Erradicação do Analfabetismo³², se constituindo em referência para o Programa Mundial de Alfabetização implementado pela UNESCO entre 1967 e 1975.

A partir desse momento, em 1967, o governo brasileiro assumiu o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores, foi lançado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)³³, de acordo com o documento do MEC (1973, p. 50),

Art. 4.º - Fica o Poder executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília.

O MOBRAL tinha como princípios metodológicos a funcionalidade e a aceleração para garantir às pessoas adultas o direito de educação, mas negaram o direito à educação como um direito humano. A concepção de educação/alfabetização era reduzida à aprendizagem da leitura e escrita seguindo de um roteiro contido em uma cartilha orientadora, onde o aprender a ler e escrever era um ato mecanizado de codificação e decodificação dos signos linguísticos de uma leitura que está desarticulada da vida.

³¹A alfabetização funcional considerada como dificuldade ou incapacidade que uma pessoa apresenta quando não compreende e interpreta textos simples, estas mesmo capacitadas a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, textos curtos e números, não desenvolvem habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas a contento.

³² Congresso Mundial de Ministros da Educação sobre a Erradicação do Analfabetismo, realizado em Teerã, pela UNESCO em setembro de 1965. O Analfabetismo já havia um consenso cada vez mais amplo, no âmbito das Nações Unidas e em todas as regiões do mundo, quanto à necessidade de algum tipo de ação em escala mundial para tratar do problema do analfabetismo. Uma visão universal da empreitada alfabetizadora aliou-se à preocupação de promover uma integração plena da alfabetização no desenvolvimento econômico e, desse modo, nasceu o Programa Experimental de Alfabetização Mundial (EWLP) (UNESCO, 2003, p. 31).

³³O Mobral possuía como objetivos gerais [...] proporcionar alternativa educacional, através de atendimento numa linha de autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população e ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de educação permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população. Como objetivos específicos: [...] possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso no sistema regular de ensino; e colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam o desenvolvimento de mecanismos necessários a uma educação permanente, proporcionando ao alfabetizador, já atuante, aprimoramento profissional (CORRÊA, 1979, p. 358 *apud* RANGEL, 2011, p. 14).

Década de 70, o MOBRAL, expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Dentre suas iniciativas, a mais importante foi o Programa de Educação Integrada (PEI), sendo uma forma condensada do antigo curso primário.

Novo destaque foi dado à EJA, quando em 1972, a temática da III CONFINTEA realizada em Tóquio, trouxe para debate “A EJA no contexto da educação ao longo da vida”, momento de discursão sobre a vinculação do sucesso de Programas Educativos ao desenvolvimento econômico-social e à participação dos excluídos, seu objetivo foi reintroduzir os jovens e adultos, sobretudo os analfabetos, no sistema formal de educação. Essa também foi a tônica da 19ª Conferência Geral de Nairóbi, que em 1976 recomendou a combinação de sistemas formais e não-formais de ensino, a fim de erradicar o analfabetismo e promover a plena cidadania em seu relatório final introduziu o conceito de Educação Permanente³⁴,

No Brasil, o paradigma de alfabetização e de suplência³⁵, atravessa os anos 70/80, passando a Lei 5.692/71, refletindo de certa forma na própria Lei 9.394/96. As experiências e ações educativas de alfabetização e pós-alfabetização acumuladas ao longo do tempo emergem ou são recriadas, servindo de base para os movimentos sociais enquanto as experiências e práticas implementadas são realizadas pelos sindicatos, igrejas, entidades comunitárias e outros, orientadas por um viés de Educação Popular, com clara perspectiva política. Essa educação valoriza os saberes prévios dos sujeitos reconhecendo a importância do saber popular e do saber científico. e suas realidades culturais buscando a construção de novos saberes, ela estimula o diálogo e participação, possibilitando melhor leitura de realidade social, política e econômica.

Todo esse movimento reflete na legislação e nos referenciais teóricos educativos construídos durante a década de 1980, a qual foi marcada por um período emergencial para EJA e Alfabetização sendo que os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização e tecnologia educacional, desta forma as turmas de pós-alfabetização aprofundavam o estudo em relação às operações

³⁴Educação Permanente é uma concepção dialética da educação, como um duplo processo de aprofundamento, tanto da experiência pessoal quanto da vida social global, que se traduz pela participação efetiva, ativa e responsável de cada sujeito envolvido, qualquer que seja a etapa da existência que esteja vivendo (FURTER, 1983, p. 136).

³⁵Para repor a escolarização regular, a suplência tinha como objetivo: ‘suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria’ através de cursos e exames, O Suprimento tinha por finalidade “[...] proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte [...]” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116-117).

matemáticas básicas e língua escrita. Assim os Programas reforçavam a importância dos conhecimentos elementares para alcance de novas etapas.

Diante disso, com a **Nova República** (1985 até os dias de hoje), o MOBREAL, logo em 1985, ficou desacreditado pela sua ineficiência e por não ter cumprido o que preconizava a Lei nº 5.692/71 em relação ao ensino de adultos, foi extinto³⁶, pelo Governo Federal, na época José Sarney, que rompeu com a política de EJA do período militar e criou a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação EDUCAR), que apoiava, financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas daquele contexto.

Logo no início da Nova República, aconteceu a IV CONFINTEA realizada em Paris ainda no ano de 1985, que teve como temática “Aprender é a chave do mundo” e pretendia evidenciar o direito de aprender, reafirmando que a EJA tinha um papel muito importante para este público-alvo. A Conferência acreditava que a alfabetização é essencial para garantir uma educação permanente defendendo desta forma, a continuidade dos estudos dos alunos EJA após a sua alfabetização. Assim, sendo, a Declaração da CONFINTEA IV (2011) considerou a EJA, incluindo aí a Alfabetização como “[...] pré-condição para a educação ao longo da vida [...] como uma parte integrante do sistema de educação geral [...] uma quarta categoria de educação [...] como uma nova dimensão transversal [...]”.

Nesse sentido, os grupos populares lutam por prioridades nas políticas de alfabetização, uma vez que estas são vistas como uma temática de solidariedade social, tanto em nível nacional quanto internacional e, ao analisar os índices de analfabetismo, orienta ou recomenda aos Estados que elaborem seus Planos de Alfabetização.

Em 1986, no Brasil, o Ministério da Educação organizou uma Comissão para elaborar as Diretrizes Curriculares Político Pedagógicas da Fundação EDUCAR, que reivindicou a oferta pública, gratuita e de qualidade do ensino de 1º Grau aos jovens e adultos, dotando-os de identidade própria. A Comissão também fazia

³⁶ O MOBREAL foi extinto por não ter cumprido sua promessa de erradicar o analfabetismo sendo uma iniciativa elaborada pelo Regime Militar, tinha finalidade de defender os próprios interesses da classe dominante. O trabalho de alfabetização de jovem e adulto estava relacionado aos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era entregue a tarefa de alfabetizar. Tratava-se de pessoas não capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um “cursinho” de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo MOBREAL e ensinavam apenas a mecânica da escrita e da leitura, portanto, não alfabetizaram (SAUNER, 2002, p. 59).

recomendações relativas à criação de uma política nacional de educação de jovens e adultos, ao seu financiamento e à revisão crítica da legislação nesta área.

No final da década de 1980 e principalmente a década de 1990 marca um rico período de ruptura paradigmática em relação às experiências hegemônicas explícitas. A extinção do Mobral em 1985, o surgimento da Fundação Educar, a retomada e engajamento de movimentos sociais, a Constituição Federal de 1988 e a nova LDB Nº 9394/96, suscitaram importantes debates e construção na política de EJA e conseqüentemente da Alfabetização desse público jovem e adulto. Essa conjuntura viabilizou avanços e retrocessos, e permitiu o surgimento de elementos objetivos para uma reinvenção da Política da EJA, no campo de superação da exclusão pela não-alfabetização ou escolarização e, de conceber esse processo como direito de cidadania.

O ano de 1990 deixou marcas significativas para a alfabetização tendo em vista que foi instituindo o Ano Internacional de Alfabetização (AIA) pela UNESCO (1990, não paginado), sob o argumento que:

[...] apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades:

- mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;
- mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e
- mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.

Ainda em 1990, foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, que considerou o conceito de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, as metas a serem atingidas relativamente a educação básica e os compromissos dos Governos para adequar aos diferentes contextos socioculturais à promessa de educação para todos. Nessa conferência foi elaborado a *Declaração de Jomtien* ou *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos*, documento significativo para a educação uma vez que proporcionou aos países do mundo inteiro incentivo para elaboração dos Planos Decenais de Educação para Todos.

No Brasil, o Plano Decenal, documento decorrente também da Declaração construída na Conferência mencionada, teve como meta garantir, em dez anos (1993

a 2003), às crianças, jovens e adultos, os conteúdos mínimos em relação a aprendizagem elementar para a vida, erradicação do analfabetismo e universalização da educação fundamental (MENEZES, 2001). Conforme menciona o Art. 5º do documento da UNESCO (1999, não paginado):

As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas, e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais. A alfabetização na língua materna fortalece a identidade e a herança cultural. Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante a capacitação técnica, a aprendizagem de ofícios e os programas de educação formal e não formal em matérias como saúde, nutrição, população, técnicas agrícolas, meio-ambiente, ciência, tecnologia, vida familiar - incluindo-se aí a questão da natalidade - e outros problemas sociais.

Em 1996, com a promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), a EJA passa a ser considerada uma modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio com especificidade própria e a partir dela, jovens e adultos analfabetos passam a ser contemplados na legislação com uma seção que atende dois artigos (art. 37 e 38), para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da educação para todos os que não tiveram acesso a ela. Neste sentido, a EJA não é mais vista como projeto de governo ou ação pontual de alfabetização e elevação de escolaridade, objetiva promover o pleno desenvolvimento da pessoa.

Destarte, em julho de 1997, aconteceu na Alemanha/Hamburgo a V CONFINTEA, promovida pela UNESCO, a mesma contou com representações de 170 países e teve como tema *Aprendizagem de adultos como ferramenta, direito, prazer e responsabilidade/Aprendizagem de Adultos: a chave para o século XXI*. O evento representou um importante marco uma vez que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.

As discussões dessa CONFINTEA resultaram em dois documentos: a Declaração de Hamburgo e a Agenda para o Futuro, que tratam do direito à "educação ao longo da vida" (UNESCO, 1999) e nas palavras de Ventura (2008, p. 86-87):

A V CONFITEA [sic] reafirmou a necessidade de alargar o conceito de educação de adultos para além da questão da escolarização, destacou que a alfabetização deve ser tratada como a primeira etapa da educação básica, ressaltando que esta não pode ser separada da pós-alfabetização; enfim, discutiu o conceito de educação de adultos como um direito, que é associado à possibilidade de processos formais e informais de aprendizagem e à educação contínua.

Ainda segundo Ventura (2008, p. 88-89), a V CONFINTEA:

É quase um lugar comum entre aqueles que analisam a educação na década de 1990 mencionar que a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990 – organizada e patrocinada pela UNESCO, pelo PNUD, pelo UNICEF e pelo Banco Mundial –, é considerada um marco na formulação de políticas para a educação nas duas últimas décadas. Durante sua realização, vários países comprometeram-se a oferecer educação para todos, tendo em vista a eliminação do analfabetismo (o ano de 1990 sendo proclamado de Ano Internacional da Alfabetização). A Declaração e o Plano de Ação de Educação para Todos, decorrentes da Conferência, encerraram as principais diretrizes educacionais adotadas posteriormente pelos diversos países, através dos Planos Decenais e de acordo com suas posições no sistema capitalista. [...].

Expande-se, a partir dessa Conferência, a releitura da Teoria do Capital Humano, o discurso da educação para a equidade social; ao mesmo tempo, a ampliação do acesso aos sistemas de ensino se deu por meio de estratégias de gestão e financiamento, a partir da focalização nas políticas públicas e apoiando-se no apelo ao voluntariado (Oliveira, 2000). A série de eventos 79 que aconteceu nos anos 1990, muitos deles relacionados à política educacional, demonstra a centralidade atribuída à educação na pauta internacional. O lema Educação para Todos foi reafirmado em várias das conferências da ONU que se seguiram e reconceituadas na V CONFITEA [sic].

No que se refere às CONFINTEAS, é importante ressaltar que trouxeram ganhos significativos para a EJA, sendo espaço de discussão e encaminhamentos contribuindo de forma significativa para seu fortalecimento. Dentre suas inúmeras contribuições, destacamos a criação do primeiro Fórum de EJA no Rio de Janeiro em 1996, que teve sua história iniciada com a convocação da UNESCO para organizar as reuniões locais e nacionais preparatórias que antecederam a V CONFINTEA. A partir dessa experiência do Rio de Janeiro, iniciou a realização do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), para mobilizar a sociedade civil em prol do fortalecimento da EJA, o que ascendeu a Alfabetização de Jovens e Adultos, tendo em vista que é a primeira fase dessa modalidade de ensino. Os ENEJAs se consolidam como um rico espaço de diálogo e articulação em defesa da EJA.

O Fórum foi marcado por dois princípios básicos: o primeiro retoma a educação como direito de todos, assegurado no art. 205 da Constituição de 88 e o segundo enfatiza o direito à educação ao longo da vida objetivando estabelecer novas relações para discutir as políticas públicas educacionais da EJA. No que se refere às injunções de forças para a promoção de políticas para EJA, Paiva (2004, p. 12) sinaliza que "[...] a experiência mais rica, todavia, na tessitura dessa teia, tem sido vivida nos movimentos internos do Brasil, de 1996 para cá, com a constituição de Fóruns de EJA [...]".

Com relação à educação, a década de 1990 é caracterizada pela grande interferência dos organismos internacionais (UNICEF, FMI, BM) e no âmbito da alfabetização, foi considerado o Ano Internacional da Alfabetização (1990), momento em que aconteceram debates, congresso, encontros e seminários em todo país para discutir e apresentar propostas para a erradicação do analfabetismo não somente no Brasil, mas, nos países da América Latina e Caribe. Neste mesmo ano em nosso país foi lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC).

No ano de 2000, é aprovado o Parecer nº 11/2000 (CEB/CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, bem como a homologação da Resolução nº 01/2000 – CNE (BRASIL, 2000). Primam pela consolidação de uma política de EJA concretizada na garantia de formação integral, da alfabetização e demais etapas da escolarização. A Resolução nº 01/2000 menciona alfabetizados/analfabetos, letrados/iletrados de acordo com a professora Soares (1998, p. 19) que esclarece: “[...] alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita.”

O documento referendado reconhece e enfatiza todos os esforços que o sistema de ensino fez para amenizar as taxas de analfabetismo e conclusão de cursos para jovens e adultos, assim reconhece que os Programas diminuem a distorção de idade/série/ano, enfatizando a Resolução (CEB 11/2000):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. (BRASIL, 2005, p. 5)

Fica registrado que é necessário a regulamentação para garantir os direitos aos que dele foram excluídos. O Parecer e a Resolução nos permitem avanços na EJA, visando transformar e transferir conhecimentos promovendo uma educação mais humanizadora.

E em 2002, acontece com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), O que se caracterizou como um novo marco para as políticas públicas da EJA, bem como para outras políticas sociais que beneficiariam diretamente com a classe trabalhadora.

Consideramos que o Governo Lula foi um momento importante para EJA, tendo em vista que até então os governos anteriores demandavam mais atenção para

os Programas e Campanhas de Alfabetização e escolarização para esse público, de forma pulverizada. Contudo, durante seu governo, a Alfabetização de Adultos, o combate ao analfabetismo e o fracasso escolar ocuparam prioridades na agenda das políticas. A mencionada intenção pode ser comprovada pela criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEAA), no ano de 2003, que tinha como meta a responsabilidade de eliminar o analfabetismo.

Logo no ano de 2004, com a reforma administrativa do Ministério da Educação, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), uma Secretaria que representou maior atenção do governo brasileiro para com a EJA e a Alfabetização, enfatizando a promoção da inclusão social e o contexto da diversidade existente na sociedade.

Nesse momento foi unificado os departamentos de Educação de Jovens e Adultos e o de Educação para a Diversidade e Cidadania, responsável pela Educação Escolar Indígena; Diversidade e Inclusão Educacional; Educação no Campo; Educação Ambiental; e Ações Educacionais Complementares. (JEFFREY *et al.*, 2010, p. 3) e tinha como objetivo a redução e/ou superação das desigualdades educacionais, por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação, resgatando e fortalecendo assim a dimensão inclusiva e emancipatória da educação. Depois de ser criada, em 2011, a SECAD passou a ser chamada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), integrando na sigla a Inclusão, Carvalho (2011, p. 54) compreende que:

As propostas educacionais do governo Lula para a EJA foram reunidas na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), encarregada de estimular, orientar e coordenar programas educacionais destinados a parcelas específicas da população, como Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos, Educação no Campo, Educação Escolar Indígena, Proeja, Projovem, entre outros. Os recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) são transferidos para os estados, municípios, empresas, universidades, organizações não governamentais e organizações civis parceiras.

Conforme o autor, com a proposta de inovação e ampliação da EJA, no Governo de Lula, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) como objetivo além

da alfabetização, a inclusão social dos jovens e adultos analfabetos, este Programa substituiu o Programa Alfabetização Solidária³⁷.

Além do mencionado acrescentamos que durante o período de governo do Lula, foram implantadas políticas de atendimento aos seguimentos jovens e adultos, entre as políticas citamos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Plano Nacional de Qualificação (PNQ), Projeto Educando para a Liberdade e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Lamentavelmente, as políticas públicas de educação não supriram a necessidade de atendimento aos sujeitos da EJA, estas políticas foram construídas com base em Projetos e Campanhas de Alfabetização e não foram totalmente legitimadas pela sociedade e poder público.

No tocante a iniciativa e implantação dos Programas, vale refletir que muitas propostas foram fragmentadas não sendo suficiente para construir uma política pública com efetividade social. No Governo Lula, a EJA teve destaque, porém, nem todas as ações previstas foram concretas e seus objetivos ficaram fragilizados. Mencionamos Rummert e Ventura (2007, p. 40) quando citam que:

Ao buscar a origem e os pressupostos dos "novos" programas para a educação de jovens e adultos desenvolvidos pelo MEC, [...] o estudo evidencia que estes programas caracterizam-se por ser mais um rearranjo do mesmo pensamento hegemônico que tem gerado, ao longo da história, um conjunto de propostas com vistas a atender, prioritariamente, às necessidades do capital nos países periféricos ou semiperiféricos.

Devemos, portanto, enfatizar que, dentre essas ações algumas foram implementadas considerando a EJA, principalmente visando à erradicação do analfabetismo e à elevação dos índices de escolarização da população, embora com políticas equivocadas, teve preocupação e parceria com entidades e educadores preocupados com a causa. Dessa forma, mencionamos as reflexões do Grupo de Trabalho 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas criando na 23ª reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que

³⁷ Programa Alfabetização Solidária apresentou-se como inovador quando foi criado em 1997, foi desenvolvido pelo Conselho da Comunidade Solidária do Governo Federal, alfabetizava jovens e adultos com a faixa etária de 12 a 18 anos nas cidades que tinham maior índice de analfabetismo segundo o IBGE.

foi pautado em duas questões centrais: as pertinentes à alfabetização e/ou analfabetismo e as circunscritas ao âmbito da escolarização de jovens e adultos.

Podemos dizer que embora as política do governo Lula não tenham contemplado em sua totalidade a alfabetização de jovens e adultos, o extraordinário de sua gestão era da liberdade dada para as reivindicações e solicitações advindas do povo e dos educadores, a propósito do mencionado, citamos o VIII Encontro Nacional de EJA (ENEJA), neste Encontro 598 delegados dos 26 fóruns estaduais, do fórum distrital e dos 51 fóruns regionais de educação de jovens e adultos brasileiros, fizeram uma Moção de Advertência (Anexo A) às autoridades quanto aos resultados do Programa “*Yo, sí, puedo!*”. Este documento foi aprovado enfatizando que o povo cubano foi capaz de realizar uma “campanha” de alfabetização de jovens e adultos cujos resultados permitiram elevar a escolarização em todo país, e até hoje resiste heroicamente ao bloqueio econômico e às ameaças de intervenção dos Estados Unidos da América (EUA). Sendo a experiência ampliada na Venezuela e Bolívia. No que se refere ao Brasil, foi superado a proposta de “campanha” para a do Programa Brasil Alfabetizado que, respeitando a autonomia das Unidades Federadas, tem como perspectiva o caráter de política pública, por meio da continuidade da escolarização organizada em sistema público de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Outro ponto relevante da Monção foi priorizar o legado da educação libertadora de Paulo Freire e de outros educadores como marca significativa nas experiências educativas em instâncias governamentais e dos movimentos sociais na alfabetização de jovens e adultos. Neste momento, é instigado, problematizado e questionado a aplicação do método cubano “Sim, eu Posso!”, como método único na forma de “campanha”, uma vez que seus princípios político-pedagógicos se contrapõem ao legado brasileiro. Porém, mesmo após a monção de advertência que foi proveniente do ENEJA, várias instituições ficaram interessadas na aplicação do método e começaram a adotar.

No caminhar da trajetória da EJA, em 2007, na gestão do Ministro da Educação do Governo Lula, Fernando Hadad, começa a fazer parte dos Programas de Assistência Estudantil, passando a receber livro didático, transporte estudantil, merenda escolar e recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Mesmo com a inclusão da EJA no FUNDEB, ocorreu uma diminuição significativa no número de matrículas de suas turmas. Conforme Carvalho (2011, p. 14),

O analfabetismo absoluto não dá sinais de ser enfrentado e eliminado em um curto prazo, afinal as políticas (ou programas) de alfabetização, como o Programa Brasil Alfabetizado, não têm sido suficientes para baixar rapidamente os índices de jovens e adultos analfabetos. A continuidade nos estudos de egressos dos programas de alfabetização está sendo garantida apenas para uma pequena parcela dessas pessoas.

Dentro desse cenário, acontece em dezembro de 2009, a VI CONFINTEA em Belém, dentre múltiplos objetivos, pretendeu promover o reconhecimento da aprendizagem ao longo da vida como “[...] uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação [...]” (BRASIL, 2010, p. 3), tendo como base a alfabetização.

A história demonstra que veio se consolidando na EJA uma mudança de paradigma, que superou a compreensão que essa modalidade de educação se referia somente à alfabetização, sem políticas públicas definidas e com ações compensatórias e intervenções pontuais. As decisões tomadas nesse sentido, tanto por parte das políticas, como por parte das organizações e a sociedade civil vão no sentido de reconhecer o direito à educação básica para todos.

O próprio Parecer CNE/CEB 11/2000, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, enfatiza os fundamentos, as bases legais que dão suporte para que a EJA consolide políticas que favoreçam uma alfabetização sólida visando proporcionar aos jovens e idosos a continuidade em seu processo de formação. Destaca-se assim, as funções que o Parecer (BRASIL, 2000, não paginado, grifo nosso): atribui a EJA buscando alcance dos objetivos propostos por ele:

[...] a função **reparadora** da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. [...].

O Parecer cita a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos, de 1997, da qual o Brasil é signatário, e menciona que a alfabetização é concebida:

Como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. [...] O desafio é oferecer-lhes esse direito... A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida. (BRASIL, 2000, não paginado).

Quando nos remetemos a **função equalizadora**, o Parecer relata que não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. Esta função:

Vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização [...]. (BRASIL, 2000, não paginado).

É importante destacar que embasado nessa função, o jovem e o adulto que por algum motivo não conseguiu dar continuidade a seus estudos, reestabelece sua trajetória escolar readquirindo a oportunidade de um ponto igualitário no âmbito da sociedade. E segundo Parecer (BRASIL, 2000, não paginado, grifo nosso):

a tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a **função permanente** da EJA que pode se chamar de **qualificadora**. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

Corroborando com o mencionado, a **função qualificadora** constitui o próprio sentido da EJA e tem relação com a concepção de “educação ao longo da vida” conforme proposto no relatório que Jacques Delors organizou para a UNESCO (2014, p. 20), o qual foi intitulado Educação: um tesouro a descobrir e sobre essa concepção, descreve que:

É a ideia de educação permanente que deve ser, simultaneamente, reconsiderada e ampliada; com efeito, além das necessárias adaptações relacionadas com as mudanças da vida profissional, ela deve ser uma construção contínua da pessoa, de seu saber e de suas aptidões, assim como de sua capacidade para julgar e agir. Ela deve permitir que cada um venha a tomar consciência de si próprio e de seu meio ambiente, sem deixar de desempenhar sua função na atividade profissional e nas estruturas sociais.

E no que se refere à própria política de alfabetização, temos tido um desmonte muito grande no Sistema, a extinção da SECADI por meio do Decreto nº 9.465, de 02 de janeiro de 2019, foi um dos cortes que afetou amplamente as políticas voltadas para a EJA, muitas foram as campanhas de educação de adultos

implementadas ao longo da história brasileira e estas deixaram suas marcas na trajetória de vida dos jovens, adultos e idosos que foram beneficiados por elas mesmo o analfabetismo ainda sendo expressivo.

Pode-se sintetizar o Período da **Nova República** que vai de 1985 até os dias de hoje, fazendo uma avaliação de ações que trouxe inovações, avanços e restrições às políticas para a EJA: Declaração de Jontiem (1990) com fomento à aprendizagem a todos; redução taxas de analfabetismo; capacitação de jovens e adultos, a nova LDB (1996) não trouxe grandes inovações para a EJA; criação de Programas Governamentais: PLANFOR (1995), PAS (1996), PRONERA (1997), PBA (2003), vislumbrando a universalização do ensino, elevação da escolaridade, erradicação do analfabetismo absoluto e redução do analfabetismo funcional; oferta matrículas de EJA integrada à educação profissional.

Nessa trajetória, em sintonia com o objeto de pesquisa ressaltamos que a EJA tanto na política quanto na legislação educacional brasileira necessita superar o analfabetismo e este tem sido um entrave para o Brasil, a EJA tem de se “[...] caracterizar como uma política afirmativa de direitos coletivos sociais historicamente negados [...]” (ARROYO, 2011, p. 29). É preciso integrar as prioridades das políticas públicas e necessário que tenha maior cooperação entre as esferas de governo para desenvolvimento das ações de alfabetização básica sendo importante a efetiva política de intersetorialidade para articular as políticas sociais.

É importante repensar que as políticas de alfabetização da EJA devem ter um maior investimento para que deixem de ser vista como compensatória nas políticas educacionais brasileiras precisa ultrapassar a condição de Programas e Campanhas emergenciais, sem continuidade.

Após delimitarmos a trajetória da alfabetização de jovens e adultos, é essencial entender o caminhar das políticas da EJA no Brasil e dos Programas de Alfabetização que entremearam a modalidade.

3.2 Programas de Alfabetização entremeando a Educação de Jovens e Adultos

Nesta subseção configuramos os principais Programas de Alfabetização de Adultos implantados pelo Governo Federal, abordando suas peculiaridades e contribuições. No decorrer da trajetória desses Programas, tem-se evidenciado que o objetivo é a redução do analfabetismo visando fortalecer a cidadania, criando assim

possibilidades de transformação na vida dos jovens e adultos contribuído para a diminuição das desigualdades educacionais.

Com esse propósito, vale enfatizar que ao longo da História, surgem Programas que perduram somente por determinados períodos e de acordo com as necessidades emergenciais, compensatórias, de atendimento às demandas do mercado e por esse motivo seu objetivo fica comprometido e não se consolida enquanto política efetiva. Destaca-se aqui o comprometimento na consolidação do PNE, que traz metas e estratégias direcionadas a alfabetização de adultos, uma vez que o alto índice de analfabetismo e sua erradicação ainda é um grave problema na educação do país e por isso um problema a ser enfrentado pela política pública brasileira.

Diante desse quadro, é necessário compreender a relevância de apresentar Programas de Alfabetização que marcaram a história e legislação da EJA para subsidiar o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, segue o percurso e trajetória dos que deixaram uma marca mais significativa para a alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

a) Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) - lançado pelo Governo Collor em 1990 tinha como meta durante 05 anos, reduzir em 70% o número de analfabetos no país. Segundo Di Pierro, Joia, Ribeiro (2001, p. 66), seu objetivo era mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais. Assim, para atender ao objetivo proposto, foi criando a Comissão do PNAC que segundo Haddad (1994, p. 97),

O PNAC se propôs a promover e mobilizar ações de alfabetização, através de comissões municipais, estaduais e nacional, envolvendo os diversos setores interessados das esferas públicas e da sociedade civil em geral. Enquanto as comissões se mobilizaram, o governo federal assinava convênios, repassando fundos mediante critérios clientelistas e sem controle destas comissões, tanto do volume de recursos, quanto do número de projetos e a quem se destinavam.

Percebe-se que mesmo diante do objetivo proposto pelo Programa, o mesmo foi concebido como uma proposta de marketing de governo, não produzindo os efeitos esperados e sem grande contribuição para a sociedade. Assim, com o impeachment de Collor e a posse de Itamar Franco no governo, de 1992 a 1995, o PNAC por falta de investimento financeiro foi extinto.

b) Programa Alfabetização Solidária (PAS) – criado em 1997 pelo Conselho da Comunidade Solidária, Fórum que desenvolvia ações sociais como base de funcionamento na parceria entre Governo Federal, sociedade civil, iniciativa privada. O Programa teve como responsável por sua execução uma organização não-governamental chamada Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AFASOL), sem fins lucrativos que pertencia ao terceiro setor. Seu objetivo era reduzir os índices de analfabetismo entre jovens e adultos no País.

Assim, para alcançar o objetivo proposto, tinha como finalidade atender a faixa etária prioritária de 12 a 18 anos, seu compromisso era como a alfabetização que não se restringia a ensinar e escrever o seu próprio nome, mas o entendimento de todo o processo ampliando a visão de mundo do educando tornando-se reflexivo e crítico. Acontecia por cursos organizados em módulos de “[...] seis meses de duração, destinado prioritariamente ao público juvenil e aos municípios e periferias urbanas em que se encontram os índices mais elevados de analfabetismo do país [...]” (HADAD; DI PIERRO, 2000, p. 124). Desses módulos, um era destinado para capacitação de monitores e alfabetizadores.

O Programa Alfabetização Solidária (BRASIL, 1997, p. 199) é orientado por 05 vertentes: mobilização nacional; desenvolvimento da experiência piloto do projeto inicial; busca e incentivo às parcerias; avaliação e por último a mobilização da juventude. De acordo com estas vertentes, daremos ênfase a três delas como sendo as que mais estão voltadas para reflexões acerca de nosso objeto de estudo:

i) Segunda vertente: no que se refere à experiência piloto, o Programa apresenta característica ávida uma vez que pretende servir de modelo para outros Programas de Alfabetização de Adultos. Esse “modelo” pode comprometer o objetivo do mesmo uma vez que é necessário conhecer as especificidades do público-alvo e de cada País observando o momento em que está sendo implantado e todo contexto político e econômico.

ii) Quarta vertente: teve preocupação em avaliar o Programa somente como instrumento, sem participação coletiva. Ficou muito claro o interesse nos dados quantitativos (quantidade de alunos que passaram pelo Programa) e não na qualidade do mesmo.

iii) Quinta vertente: no aspecto da mobilização da juventude, é vislumbrado o alfabetizador que trabalha com a clientela do Programa para que valorizem os educandos favorecendo oportunizar o início de suas carreiras.

As vertentes destacadas evidenciam a importância do estudo quando nos propomos investigar a Jornada “Sim, eu Posso!” no Município de Newton Bello (MA), são questões de extrema relevância para acompanhar o processo de implantação e monitoramento das ações que devem ser desencadeadas no decorrer de cada Programa que tem como desafio diminuir os índices de analfabetismo e para sua concretização requer implantação de estratégias políticas sociais que de fato mobilize a sociedade e atinja maior número possível de jovens e adultos.

c) Programa Brasil Alfabetizado (PBA) – criado pelo Decreto nº 4.834, em 08 de setembro de 2003, substituindo o PAS. Para garantir e fortalecer as ações do Programa foi lançado a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEAA) que dispõe de recursos e políticas para enfrentamento do analfabetismo e instituído pela Comissão Nacional de Alfabetização (CNA) que assessorava o MEC, esta Comissão, em 2005 passou a ser chamada de Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)³⁸, tinha função consultiva e premiava as experiências significativas de alfabetização por meio da Premiação da Medalha Paulo Freire.

O Documento de Base do PBA do MEC (BRASIL, 2011, p 9), enfatiza que,

[...] alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do continuum da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação.

Reforçando o mencionado no documento, a alfabetização é o pilar que o move assim, visto que o Programa teve inicialmente como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil. Todavia, em 2007, após inúmeras críticas no que se refere à redução do índice de analfabetismo extremamente baixo, foi reorganizado pelo

³⁸ A CNAEJA foi criada pelo Decreto Presidencial nº 4.834/2003 e, posteriormente, teve seu âmbito e composição ampliados pelo Decreto nº 5.475, de junho 2004, reafirmados pelo Decreto nº 6.093, de abril de 2007 é composta por representantes dos Governos Federal (SEB/MEC e SECADI), Estaduais (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e Municipais (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação); UNESCO e um representante das instituições de ensino superior; sociedade civil (Fóruns de EJA, movimentos de alfabetização, trabalhadores da educação, movimentos sociais do campo, de indígenas, afrodescendentes e juvenis), bem como organizações não governamentais dedicadas a questões educacionais e ambientais.

Decreto nº 6.093, de 24 de abril, quando passou a ter como objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de 15 anos ou mais. Os cursos do PBA tinham carga horária curta variando de 240 a 320 hora/aula que duravam de seis a oito meses.

Na primeira etapa, o PBA tinha características muito próximas com o PAS, passando por inúmeras críticas por ter caráter de campanha. Mesmo com as reformulações, ainda existia reflexo desse pensamento e questionamento em relação à sua concepção, como já levantado em outros Programas, evidenciando fragilidade em sua proposta, dentre elas também os diversos problemas vivenciados nas salas de aula no que se refere à formação dos docentes, espaço físico inadequado e muitas vezes sem nenhuma estrutura, qualidade das atividades pedagógicas, falta de material pedagógico e monitoramento.

Outro ponto a ser avaliado no Programa e aqui também nos reportamos a nossa pesquisa é no que se refere às próprias ações da alfabetização da EJA, muitos desvinculam destas ações uma vez que não temos políticas públicas que garantam a articulação efetiva entre a fase de mobilização proposta pela própria alfabetização, continuidade dos estudos e até mesmo dos Programas. É importante mencionar Gadotti (2008, p. 14) que fez um compêndio sobre o PAS e o analfabetismo no Brasil,

Mesmo com o esforço do Programa Brasil Alfabetizado, instituído pelo governo Lula, não avançamos o suficiente para termos realmente algum orgulho nessa área. A sociedade ficou esperando, em 2003, um programa de mobilização que não aconteceu. O Programa Brasil Alfabetizado do MEC, mesmo com todo o trabalho desenvolvido, e a generosidade de seus promotores, ainda está aquém do esperado. Milhões de brasileiros foram alfabetizados, é verdade, mas não conseguiram dar continuidade a seus estudos nos estabelecimentos oficiais de ensino. E todos sabemos que, quando não se garante a continuidade, corre-se o risco de regressão (reversão) ao analfabetismo. Se o alfabetizando não usa o que conhece acaba esquecendo o que aprendeu. A falta de continuidade é mortal para o recém-alfabetizado.

Ainda, visando o sucesso dos Programas voltados para a educação, Gadotti (2008, p. 11) faz mais uma reflexão sobre o analfabetismo,

Antes de mais nada é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente

resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais.

Diante desta realidade, vale enfatizar que a implantação dos inúmeros Programa de Alfabetização existentes tanto em nível de Governo como de Estado, precisa estar articulada com os setores, com as políticas sociais e econômicas, favorecendo a distribuição de renda justa e melhores condições de vida dos educandos, atendendo-os de forma satisfatória para que de fato aprendam a valorizar o conhecimento, investigando, compreendendo, questionando, e assim se torne um cidadão crítico e reflexivo.

d) Programa Recomeço - Programa Supletivo criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, regulamentado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), por meio da Resolução CD/ FNDE nº 10, de 20 de março de 2001. Os trechos transcritos deixam claro o propósito da Resolução (BRASIL, 2001, não paginado):

Art. 2º – O Programa consiste na transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros em favor dos governos Estaduais e Municipais, destinados a ampliar a oferta de vagas na educação fundamental pública de jovens e adultos e propiciar o atendimento educacional, com qualidade e aproveitamento, à clientela potencialmente escolarizável e matriculada nesta modalidade de ensino. Art. 4º - A transferência de recursos financeiros, condicionada à efetiva arrecadação, será feita automaticamente, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, mediante crédito em conta única e específica do Programa, aberta pelo FNDE e mantida na mesma instituição financeira e agência depositária dos recursos do FUNDEF, e sua operacionalização processar-se-á da seguinte forma: [...] b) aos demais Estados e Municípios, que estejam situados em microrregiões com IDH menor ou igual a 0,500 ou que estejam, individualmente, nesta mesma condição segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD – 1998) será transferido o correspondente a 9/12 do montante de recursos, calculado na forma do inciso I deste artigo.

O Recomeço integrou o Programa Alvorada, o qual tinha como objetivo articular Programas Sociais voltados especificamente para a redução das desigualdades regionais e conseqüentemente melhorias de condições de vida para a população mais carente do Brasil.

No ano de 2003, foi renomeado passando a ser chamado Programa Fazendo Escola, que manteve a descentralização de recursos relacionados às matrículas na EJA.

e) Programa Fazendo Escola – Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, foi instituído pela Lei nº 10.880, de 2004 substituindo o Programa Recomeço e tinha como objetivo diminuir o analfabetismo e a baixa escolaridade entre a população mais pobre do país, expandindo a oferta de vagas do atendimento escolar aos jovens e adultos que não tinham completado o ensino fundamental. Foi desenvolvido pelo MEC em conjunto com governos estaduais e municipais, oferecia assistência financeira, em caráter suplementar para a implantação da EJA custeando ações de formação continuada dos docentes.

Foi considerado um Programa transitório e encerrado em 2007, com a aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)³⁹, mas infelizmente podemos afirmar que este recurso não atende à demanda social da EJA uma vez que o valor/aluno destinado a este público é inferior aos demais alunos da Educação Básica.

Diante de toda essa trajetória, no que tange aos Programas de Alfabetização de jovens e adultos é relevante destacarmos que a proposta de erradicação do analfabetismo enquanto problema estrutural da sociedade ainda está longe de ser alcançada, por isso muitas iniciativas surgem com a participação dos Estados que desejam prestar contas à sociedade sobre os altos índices de analfabetismo buscando encontrar estratégias que amenize o problema.

Decorrente de toda pesquisa, podemos mencionar que a intenção de implantar Programas de Alfabetização quer seja do Governo ou dos Estados tem sido emergencial e compensatória o que causa fragilidade nas políticas da EJA, mas extremamente importantes e necessárias uma vez que tentam minimizar os índices de analfabetismo. Com esse pensamento trazemos a memória dos Programas de Alfabetização no Maranhão buscando avaliar o “Sim, eu Posso!” no contexto desta realidade.

³⁹ Instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, o FUNDEB é um fundo de natureza contábil, regulamentado pela Medida Provisória n.º 339, posteriormente convertida na Lei n.º 11.494/2007.

3.3 Alfabetização de Jovens e Adultos no Maranhão

Nesta subseção, aborda-se a contextualização da alfabetização de jovens e adultos no Maranhão enfatizando a Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura. Toda a trajetória da EJA no Maranhão é permeada de ações e Programas de Alfabetização para combater o analfabetismo no Estado e atualmente para atender ao PNE, fortalece ações que buscam ir além da alfabetização atendendo metas/estratégias referente à oferta da Educação Básica.

3.3.1 Alfabetização de Jovens e Adultos na Rede Estadual de São Luís do Maranhão

O Maranhão é uma das 27 Unidades Federativas do Brasil, localizado na região Nordeste, tinha uma área de 329.651,495 km² de acordo com o censo de 2010, a população estimada de 7.114.598 (sete milhões, cento e quatorze mil e quinhentos e noventa e oito) de habitantes, é o segundo maior Estado da região Nordeste e o 11^a Estado mais populoso do país, com 217 Municípios. No que se refere a EJA, os indicadores do Estado ainda revelam dados que merecem atenção no que se refere às taxas de analfabetismo entre a população jovem e adulta, são dados significativos. De acordo com o IBGE o percentual de pessoas com 15 anos a mais em 1997, 35,8% da população maranhense era analfabeta (IBGE, 1997). No ano de 2005, houve redução para 23% (IBGE, 2005) e em 2012, o percentual chegou a 19,31% (IBGE, 2012), em 2017, esse percentual chegou a 16,7% (IBGE, 2018).

Os dados revelam que o Maranhão foi um Estado com maior taxa de analfabetismo do país, de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), apresentou queda, chegando a 15,6%, conforme IBGE 2019. Diante desse cenário, o governo tem buscado intensificar ações com a política educacional democrática e inclusiva, dentre estas, estão como já mencionados a Escola Digna, com ações efetivas de colaboração com os Municípios, o Pacto pela Aprendizagem e o Programa “Sim, eu Posso!”. Nesse contexto, as políticas da EJA no Estado do Maranhão estão gerenciadas pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão por meio da Secretaria Adjunta de Gestão da Rede do Ensino e da Aprendizagem (SAGEA) que tem suas Superintendências e Supervisões, dentre elas a Supervisão de Modalidades e Diversidades Educacionais (SUPMODE) que até 2020 se chamava Supervisão de Educação de Jovens e Adultos (SUPEJA). Essa Supervisão

atualmente é responsável pela Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial e Educação Escolar Indígena.

Fazendo um percurso histórico da Alfabetização de Jovens e Adultos no Maranhão, realizamos a pesquisa documental. Minha vivência enquanto técnica da SUPEJA/SEDUC por um período de 23 anos e depoimentos de profissionais que coordenam a EJA no Estado do Maranhão foram essenciais para sua concretização. Na SEDUC teve destaque o depoimento da Supervisora da EJA, Prof.^a Maria do Monte Serrate Prazeres que esteve à frente das atividades da EJA por mais de 25 anos, deixando a função em 2015 e da técnica, Prof.^a Maria Raimunda dos Santos (Marai) que fez parte do quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, Supervisão de Educação de Jovens e Adultos (SEDUC/SUPEJA), setor responsável pelo acompanhamento e execução da política de EJA na rede estadual de ensino, acompanhando todo o processo de formação, incluindo especificamente os Parâmetros em Ação da EJA, implantação de Programas e elaboração dos documentos norteadores do trabalho da EJA, destacando-se dentre eles a Proposta Curricular de EJA do Ensino Fundamental e as Orientações Curriculares do Ensino Médio.

Com marco inicial na década de 1950, a EJA alicerçava suas atividades no Ensino Supletivo da Campanha Nacional de Educação de Adultos oferecendo cursos noturnos que eram ministrados por professores remunerados e voluntários. Em 1960, o Estado do Maranhão iniciou o Curso de Alfabetização de Adultos⁴⁰, financiado pelo Movimento de Educação de Base (MEB), este foi considerado como o primeiro Programa de EJA em nível estadual maranhense. O governo do Estado do Maranhão, no final desta década promulgou a Lei nº 16/69, que criou a Divisão de Educação de Adolescentes e Adultos (DEAA), órgão técnico-administrativo de apoio à EJA do Maranhão.

Durante o Governo Sarney, no período de 1966 a 1970, na esfera estadual, alguns projetos foram criados com o objetivo de intitular o analfabetismo da população maranhense, incluindo a população adulta que não frequentava a escola. Neste contexto, a Secretaria de Educação do Maranhão, elaborou em 1967, o Projeto João

⁴⁰ Curso de Alfabetização de Adultos realizado por meio da cadeira obrigatória “estágio supervisionado” para estudantes do Curso Normal matriculados na Rede Estadual.

de Barro⁴¹, com o objetivo de ofertar a alfabetização e o antigo ensino primário às populações rurais visando prepará-los para a vida.

De acordo com o Projeto João de Barro, menciona Kreutz (1982, p. 78) que,

Após o crescimento vertiginoso dos três primeiros anos, quando a matrícula total passou de 2.779 para 75.892 alunos, iniciou-se, em 1970, um declínio nas atividades do Projeto. Provavelmente isto ocorreu como reflexo do fim do Governo Sarney e das inevitáveis mudanças que sempre ocorrem nos quadros dirigentes dos órgãos administrativos estaduais por ocasião das trocas dos governantes.

O período vindouro foi determinado pela oligarquia Sarney que exerceu papel fundamental no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, proporcionando uma política de modernização econômica na região por décadas. Diante deste contexto, mesmo com o surgimento de outros movimentos de oposição o grupo Sarney continuava vitorioso nas eleições e fortalecia a esquerda no Estado.

Na década de 1970, como função de coordenar as ações relacionadas à administração da EJA em todo país, foi criado o Departamento de Ensino Supletivo (DESU) e todas as mudanças que aconteciam a nível nacional foram significativas e satisfatórias para o Maranhão. Em 1970, houve a instauração do projeto Estadual Madureza que funcionava no turno noturno e tinha como objetivo promover o curso preparatório para o Exame Madureza Ginásial, era legitimado pelo Decreto nº 43.033, de 14 de janeiro de 1958 e em seu Art. 1º, destinava-se “a permitir a obtenção do certificado de licença ginásial ou colegial, clássica ou científica para àqueles que tinham realizado estudos sem observância dos regimes escolares previstos na legislação do ensino”. Os objetivos desse curso preparatório, segundo Pinto (1982, p. 177), estavam assim expressos:

- Possibilitar aos maiores de 14 anos, oportunidade para, apesar dos compromissos diurnos, realizarem os estudos de nível médio;
- Promover uma integração profunda do estudante adulto com a comunidade, desenvolvendo-lhe a capacidade crítica e o espírito criador;
- Proporcionar ao estudante, conhecimentos práticos, tornando-o capaz de assegurar-se numa situação condigna na sociedade;
- Habilitar o estudante aos exames de Madureza em nível de 1º ciclo.

⁴¹ O Programa João de Barro teve como objetivo "por meio de um processo de educação integral, em nível elementar, inserir o homem rural no processo de desenvolvimento socio-econômico racionalizado". Um de seus objetivos específicos era "Alfabetizar e dar rudimentos de cálculo ao homem rural, considerando a alfabetização sempre como etapa-instrumento para a educação integral (intelectual, política, artística, religiosa, física, cooperativista, artesanal, doméstica, agrícola, sanitária, e para outras atividades que capacitem." (KREUTZ, 1982, p. 71).

Pinto (1982, p. 177) ressalta, ainda, que uma das conquistas da implantação do Projeto Madureza foi o aumento significativo no número de alunos em salas de aula. Mas infelizmente, mesmo com esta conquista, a experiência não permitiu que fosse considerado um grande projeto educacional do Governo, uma vez que algumas ações que aconteceram durante sua realização terminaram enaltecendo, de certa forma, o nível de desigualdades existentes, fato que causou grande descontentamento e decepção para o público-alvo.

Em 1973, o Conselho Estadual de Educação (CEE), autoriza o Maranhão a ofertar o Ensino Supletivo por meio da Lei N° 15/73 que estabelece normas gerais para o Ensino Supletivo no Sistema de Ensino do Maranhão. No mesmo ano, foi implantado para atender a carência que dificultava a expansão da oferta de novas turmas de EJA no Estado, o Projeto LOGOS I e II que tinha por objetivo habilitar o professor leigo, visando a formação de docentes para ministrarem aulas na EJA e no antigo 2° grau.

No caminhar das medidas que a Secretaria adotava para proporcionar melhores condições de oferta das ações educativas, no ano de 1979, houve alteração de nomenclatura do DESU que, passou a ser chamado de Coordenação de Ensino Supletivo (CESU), a mudança proporcionou algumas alterações nas suas atribuições, dentre elas coordenar e operacionalização do Programa de Alfabetização Funcional (PAF); Programa de Educação Integrada (PEI); LOGOS II; Telecurso de 1° e 2° graus com circuito fechado de televisão; Exames de Suplência de Educação Geral: 1° e 2° graus; Exames de Suplência Profissionalizante como: radiologia médica, auxiliar de enfermagem, telecomunicações, transações imobiliárias, entre outros. Até o final da década de 1980, a CESU continuou coordenando a operacionalização destes Projetos.

Quanto ao Programa de Alfabetização Funcional (PAF), vale mencionar que foi o principal Programa desenvolvido pelo MOBRAL, atendendo 507.567 alunos, e cerca de vinte e cinco mil alfabetizadores, porém o objetivo de seus idealizadores não foi que o Programa se detivesse apenas à alfabetização, como comprovado na fala de Costa (1986, p. 60),

É evidente que o processo educacional de um adulto não pode se esgotar na simples alfabetização. Nunca foi a intenção das pessoas que criaram o MOBRAL, como demonstra perfeitamente o texto da lei que o institui, que declara serem “atividades prioritárias do Ministério da Educação e Cultura a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de

adolescentes e adultos”. E que nunca se pretendeu esgotar, na alfabetização, um processo educativo que, com ela, apenas se inicia, e que por ela será grandemente facilitado

Neste Programa, utilizavam o método muito ativo e por isso era preciso uma participação bem intensa dos alunos, o material de apoio didático era usado somente como um estímulo para que cada classe elaborasse, a partir dele os conteúdos específicos de seus trabalhos, segundo sua própria cultura e especificidade. Os alfabetizadores e monitores eram as pessoas da própria comunidade.

Neste cenário, para dar continuidade ao atendimento da demanda que era de responsabilidade do Mobral, em 1987, é criado o Educa Maranhão, havendo seleção dos Municípios com maior demanda de atendimento para EJA para que a oferta pudesse acontecer a contento, era acompanhado por polos que tinham como objetivo acompanhar as ações desenvolvidas pelo Projeto. Ficou registrado pelo Anuário Estatístico do Brasil que o Projeto da Fundação Educar no Maranhão atendeu 97.079 adultos em 1987, no ano seguinte 147.368 pessoas e, em 1988, conseguiu sua maior demanda, atendendo 259.415 alunos (IBGE, 1989, p. 220).

Na Década de 90, o sistema educacional do Maranhão apresentava uma base institucional muito fragilizada em virtude das inúmeras reformas administrativas que comprometiam os sistemas gestores em todos seus diversos níveis. Paralelo a esta situação, outro fator que contribuiu com a descontinuidade das ações voltadas para a educação foi a rotatividade dos dirigentes.

Mesmo diante das mudanças que ocorriam no cenário educacional, com a discussão do texto que gerou à Lei nº 9.394/96, em 1992, foi desativado praticamente todos os projetos educacionais deixando a Educação de Jovens e Adultos no Estado sem nenhuma ação pontual e nesta década é elaborado o Plano Decenal do Estado do Maranhão, que teve a participação da EJA na perspectiva de construir um espaço de garantia nas políticas educacionais.

O mencionado Plano tinha como objetivo “[...] promover modalidade diversificadas de educação continuada a jovens e adultos subeducados, incluindo capacitação sócio profissional, educação para saúde e nutrição, fortalecimento familiar e a integração ambiental [...]” (MARANHÃO, 1994, p. 41).

Entre suas metas, a que se relaciona com a EJA define “[...] ampliar o atendimento a jovens e adultos, priorizando a faixa de 15 a 29 anos, de modo a

oferecer oportunidades de educação básica equivalente às quatro primeiras séries a 523.454 analfabetos e 350.000 subeducados.” (MARANHÃO, 1994, p. 41).

Merece destaque registrar que no Estado do Maranhão, em 1993, as taxas de analfabetismo da população de maior que 15 anos situava-se em 36,68% (IBGE, 1993), muito acima do percentual nacional. Considerando que a população absoluta do Estado neste ano era de 5.088.909 habitantes, mais de 1.866.611 pessoas analfabetas, sendo previsto no Plano o atendimento de apenas 28% da população analfabeta em ações de alfabetização (IBGE, 1991).

Neste caminhar, a governadora Roseana Sarney exerce quatro mandatos governamentais (1995-1998/ 1999-2001/ 2009-2010/ 2011-2014), sua atuação foi marcada por um projeto neoliberal⁴², vinculando a educação ao mercado afirmando que era propício para a modernização em todas as instâncias de sua gestão. Em seu primeiro mandato, o “ensino supletivo” foi acompanhado pela Coordenadoria de Ensino Especial - Divisão de Ensino Supletivo (DISUP), que lançou diversos Projetos e Programas, dentre eles o Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos (PEJA); o Curso de Ensino Médio para Jovens e Adultos no Município de Imperatriz, que funcionou em caráter experimental no Centro de Educação de Jovens e Adultos; o Telecurso 2000⁴³ (Ensino Fundamental) e o Projeto Leio e Escrevo, que era uma proposta de alfabetização de adultos realizada no Município de Itapecuru-Mirim. Neste período aconteceu a reativação do Centro de Estudos Supletivos (CES) e a formação da Banca Permanente de Avaliação que tinha como objetivo elaborar itens para compor as provas dos alunos que seriam submetidos aos Exames.

Em seu segundo mandato, no ano de 1999, a Divisão de Ensino Supletivo (DISUP) foi extinta passando a ser chamada de Assessoria de Ensino Especial e de Jovens e Adultos, que no ano 2000, ofereceu diversos Projetos e Programas na área de Alfabetização, por ter similaridade com o objeto de estudo, destacamos o Projeto Leio e Escrevo, que foi ampliado para 18 Municípios do Estado e a extensão do Exame Supletivo, que passou a atender além do ensino fundamental e médio, o ensino profissionalizante.

⁴² Doutrina econômica que procura adaptar o liberalismo tradicional às condições do capitalismo moderno, prega que a vida econômica é regida por uma “ordem natural”, cujas molas são as decisões individuais e o mecanismo dos preços.

⁴³ O Telecurso é uma tecnologia educacional, que foi lançado para Fundação Roberto Marinho que tinha como objetivo ampliar o acesso à educação de qualidade buscando atuar na solução de problemas educacionais que impactam nas avaliações nacionais, como distorção idade-série, evasão escolar e defasagem na aprendizagem.

No ano de 2001, a Assessoria de Ensino Especial e de Jovens e Adultos foi desmembrada e passou a ter nova nomenclatura, Assessoria de Ensino de Jovens e Adultos (AEJA). Nesse período, aconteceu uma redução da oferta de Projetos e Programas, assim o Projeto Leio e Escrevo (Alfabetização), foi realizado somente em Itapecuru. A AEJA continuava apoiando e realizando os Exames Supletivos, mas excluiu de seu atendimento o ensino profissionalizando outrora inserido em seus atendimentos.

Em continuidade com o percurso da Alfabetização, em 2003 foi implantado o Programa Vamos Ler⁴⁴ nos 217 Municípios do Maranhão. Neste período, o Estado do Maranhão tinha um percentual de 28% de analfabetos (IBGE, 2003). Diante deste percentual se propôs a promover além do processo de alfabetização, o acesso à continuidade de estudos no ensino fundamental. Tinha como meta alfabetizar e inserir na rede municipal da EJA 100.000 estudantes no ano de 2003, e no período de 2004 a 2006, inserir mais 300.000.

No que se refere ao Vamos Ler destacamos as observações de Raposo (1995, p. 7), quando assevera que:

Diante das iniciativas da Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano [...] percebe-se o desenvolvimento de um processo de dinamização das políticas públicas de educação que visam garantir a universalização da educação escolar em todos os níveis e modalidades. Contudo, as análises dos atuais indicadores de ensino deste Estado continuam demonstrando a necessidade de ações consistentes direcionadas para a construção da melhoria da qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas do Maranhão.

O depoimento enfatiza a fragilidade do Programa e a descontinuidade, o que causa descompasso no que se refere às expectativas, uma vez que os resultados esperados não estão consolidados e os indicadores continuam abaixo do esperado.

Com o governo de José Reinaldo Tavares, em 2004, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) passa por nova modernização administrativa. Nessa nova estruturação, a Subgerência de Educação de Jovens e Adultos foi transformada

⁴⁴ O Programa Vamos Ler foi realizado pela Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano em parceria com os 217 Municípios Maranhenses, tinha como objetivo dar oportunidade a jovens e adultos, acima de 15 anos, o acesso à leitura e escrita, instrumentos necessário ao exercício de sua cidadania, garantindo a inserção dos educandos nas redes públicas de ensino, para a continuidade de estudos dos Níveis I e II (correspondendo ao Ensino Fundamental). Para implementação de suas ações, o Programa contemplava as áreas de assentamento, quilombos e áreas indígenas, beneficiando localidades de difícil acesso era localizado nas áreas urbanas e rural e estava estruturado em 3.500 núcleos de EJA.

em Supervisão de Educação de Jovens e Adultos (SUPEJA), nomenclatura que vigorou até 2020.

Esta supervisão é responsável pela gestão das escolas da rede que ofertam a EJA e tem como público-alvo alunos com 15 anos completos (Ensino Fundamental) e 18 anos completos (Ensino Médio), nas modalidades presenciais e semipresencial, Programas e Projetos de Alfabetização, atendendo educação especial, indígenas, quilombolas, alunos do sistema prisional e medidas socioeducativas nas Unidades vinculada às escolas da rede. É responsável também pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)⁴⁵ que funciona na Unidade da Rede Oficial do Estado ministrando Cursos de Ensino Fundamental e Médio, semipresenciais, Exames de Educação de Jovens e Adultos (EEJA) visando certificação de alunos do fundamental e médio de acordo com a Legislação em vigor, certificação de alunos pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)⁴⁶ e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁴⁷, que possibilitava aos participantes maiores de dezoito anos a certificação em nível de conclusão de Ensino Médio, sendo que esta finalidade do Exame deixou de ser realizada em 2016, ficando somente o ENCCEJA para efeitos de certificação, tanto em nível fundamental quanto médio.

Todos esses exames possibilitam, aos alunos, o retorno ao contexto escolar na perspectiva de prosseguimento e conclusão de estudos da Educação Básica ou o acesso ao Ensino Superior, emprego, concursos, proporcionando novas esperanças em suas vidas.

⁴⁵ O CEJA tem como objetivo possibilitar a conclusão dos estudos aos cidadãos, jovens, adultos e idosos que não tiveram oportunidade de ter acesso e/ou permanência na escola na idade própria, por meio da oferta de exames e cursos semipresenciais em nível Fundamental e Médio. Sua função é o atendimento e resolução aos casos especiais, aos maiores de quinze anos para o Ensino Fundamental e maiores de dezoito anos para o Ensino Médio, tais como candidatos aprovados em concursos, processo seletivo e vestibular; candidatos que não lograram aprovação no ENEM (até 2016) e ENCCEJA; candidatos que necessitam comprovar conclusão de escolaridade para efeito empregatício ou ascensão funcional por meio de Exame de Educação de Jovens e Adultos ou por meio dos cursos semipresenciais no Fundamental e Médio.

⁴⁶ Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é ofertado aos jovens e adultos residentes no Brasil e no Exterior que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos em idade própria. Constitui-se em um exame para aferir as competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos. Pode ser realizado visando à certificação do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A emissão do Certificado e Declaração de Proficiência é responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação.

⁴⁷ Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, destinado aos alunos em vias de concluir ou que já tenham concluído o ensino médio. Seu objetivo é avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento das competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Também possibilitava a certificação do ensino médio por meio de seus resultados.

A SUPEJA também desenvolvia 02 (duas) ações estratégicas: a Formação Continuada dos Supervisores, Coordenadores e/ou Apoio Pedagógicos da Educação de Jovens, Adultos na Rede Estadual de Ensino em São Luís - MA e o Acompanhamento Pedagógico, concebidos como ações intercomplementares, pois a formação permanente é uma conquista da maturidade, da consciência do ser (FREIRE, 1980). Tinham como objetivo dar suporte aos professores e supervisores, visando melhoria na prática pedagógica, além de proporcionar um vínculo entre eles.

A proposta de formação indicava pressupostos que fundamentam os aspectos pedagógicos, filosóficos, epistemológicos, sociológicos, psicológicos, metodológicos e didáticos referenciados em autores que pensam o processo educativo numa perspectiva histórico crítico, reflexivo, dialético e de construção dos saberes que contribuem significativamente para o enfrentamento das diferentes situações vivenciadas no espaço escolar.

Destaca-se que as ações da formação continuada eram desenvolvidas em etapas subsequentes: 1º momento - destinado a estudos teórico-metodológicos e ao planejamento macro das ações que eram realizadas durante o ano letivo; 2º momento - a equipe da SUPEJA num trabalho dinâmico, interativo e de natureza multiplicadora, disseminava a construção de conhecimentos teórico-metodológicos junto as Supervisoras e/ou Coordenadores das escolas que ofertam EJA, sendo o acompanhamento pedagógico de todas as práticas educativas efetivadas na escola. E o 3º momento - constituído pelo conjunto das práticas desenvolvidas na escola, o qual, permanentemente, fornecia subsídios para as ações interventoras da equipe da SUPEJA. As intervenções aconteciam a partir das necessidades diagnosticadas e analisadas no acompanhamento, configurando-se em pautas para o desenvolvimento da formação em serviço. Compreende-se, portanto, um movimento cíclico de fortalecimento da ação pedagógica, ação - reflexão – ação, no que tange ao processo de formação continuada.

Ressaltando importância da responsabilidade do setor como articulador desse processo, Freire nos lembra que “Não existe formação que termina. Não é possível separar o indivíduo do grupo” (FREIRE, 2001 p. 42). Desse modo existem algumas características da formação continuada de Supervisores e/ou Coordenadores em serviço, dentre elas os conhecimentos derivados de experiência docente para confrontá-los com os conhecimentos universalmente sistematizados no processo de formação; ser desenvolvida institucionalmente no contexto escolar com

a participação de todo o coletivo da instituição; ser um processo de formação continuada na própria instituição escolar como forma de valorização dos participantes e, por sua vez, de construção de autonomia coletiva.

A SUPEJA também acompanhava o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desde sua primeira edição; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) nos anos de 2008 a 2014; PROJOVEM Urbano (2015 a 2017) e Programa de Alfabetização “Sim, eu Posso!” (2016 a 2017), este último é objeto de nossa pesquisa.

Na rede estadual, a EJA é regulamentada pelo Parecer nº 313/2007 e Resolução nº 262/2007 do CEE/MA, que aprovam a Proposta Curricular do Curso de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos⁴⁸ (MARANHÃO, 2007). Essa proposta, traz à tona que a educação deveria corresponder à formação plena do ser humano, preparando-o para a vida, e por isso voltada para a formação de valores, como essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o conhecimento deve ser construído no coletivo, nas trocas de experiências e saberes entre todos os atores envolvidos no processo educativo.

No Governo de Jackson Lago (2007-2009), logo no primeiro ano, o governo pretendia mudar a realidade do Maranhão tendo como prioridade o combate ao analfabetismo e assim criou a Secretaria Adjunta de Projetos Especiais (SAPE), a Comissão Maranhense para a Erradicação do Analfabetismo (COMAE), Plano de Alfabetização Educadora do Maranhão (PAEMA), dentre outras ações.

A COMAE nasceu com a finalidade de discutir, integrar e analisar as propostas de alfabetização que estavam apresentando resultados satisfatórios: Brasil Alfabetizado, BB Educar, Movimento de Educação de Base, “Sim, eu Posso!”, dentre outros. Tinha como objetivo elaborar e acompanhar o desenvolvimento das ações que constavam no Plano Estadual para a Erradicação do Analfabetismo. Assim, a COMAE além de suas atribuições, juntamente com o PAEMA, fazia o acompanhamento sistemático e a avaliação formativa do processo de alfabetização, estimulando a

⁴⁸ Documento norteador das práticas curriculares da EJA para o ensino fundamental, é composto por um caderno Introdutório, que contextualiza de forma sintética as concepções da EJA; cadernos da 1ª e 2ª etapa (Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos da Natureza e Sociedade) e cadernos da 3ª e 4ª etapa (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Ensino Religioso, Filosofia e Língua Inglesa).

continuidade do processo regular da EJA, incluindo participação em Círculo de Leitura.

No ano de 2007, o governo contou com o MST para mapeamento das áreas da região do Maranhão, organização de turmas, mobilização das comunidades, identificação de educadores para estudo do “Sim, eu Posso!”, e assim, no final de 2007, foi implantado e que teve como matrícula inicial 1.546 educandos, conforme quadro abaixo. Nos três primeiros meses utilizaram o método cubano, sendo trabalhado nos cinco meses seguintes a metodologia do Círculo de Cultura, fundamentada na concepção de educação freiriana.

Quadro 5 - Atendimento do Projeto “Sim, eu Posso!” no ano 2008

Regional	Matrícula Inicial	Alfabetizados
Tocantina	320	228
Açailândia	334	229
Pindaré	212	200
Mearim	169	156
Médio Mearim	177	146
Itapecuru	334	277
Total Geral	1.546	1.236

Fonte: Linhares e Leite (2009, p. 91)

Em 2008, a Secretaria Adjunta de Projetos Especiais da SEDUC elaborou e implantou em parceria com o Instituto Paulo Freire, o Plano de Alfabetização Educadora do Maranhão (PAEMA), um Plano específico para a Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, este foi realizado no período de 2008 a 2011. Mesmo sendo elaborado pela Secretaria Adjunta de Projetos Especiais da SEDUC, na época não era gerido pela SUPEJA, uma vez que a ação era considerada estratégica para o governo. O Plano foi oficialmente lançado em julho de 2008, na Conferência Estadual de Alfabetização do Maranhão e pretendia consolidar uma estratégia para combater o analfabetismo no Estado, que chegava a 23%, segundo dados da PNAD (2005), que correspondia a quase um milhão de maranhenses outrora excluídos dos benefícios do mundo letrado, estes estavam distribuídos entre os 217 Municípios.

O PAEMA tinha como objetivos alfabetizar 800.000 maranhenses aproximadamente. Em sua estrutura estavam previstas articulações entre os processos de alfabetização e as instituições voltadas as outras formas de educação, saúde, atendimento social e como às diferentes organizações de trabalho, fazendo prevalecer os interesses educacionais (MARANHÃO, 2008), não tinha pretensão única de universalizar a alfabetização, mas repensar estratégia de elevação consistente da qualidade social da educação pública maranhense.

Quadro 6 - Atendimento do PAEMA (2008 - 2011)

Anos base	Maranhenses Alfabetizados	%
2008	180.000	23,38
2009	219.033	28,45
2010	220.880	28,69
2011	149.973	19,48
Total	769.886	100

Fonte: Linhares e Leite (2009, p. 171)

Em função da cassação do então governador Jackson Lago que teve as ações estratégicas de seu governo encerradas, o PAEMA teve sua realização interrompida e este processo impediu a fase de monitoramento e avaliação do Plano.

A atual gestão é do Governador Flávio Dino que está em seu segundo mandato (2019 até os dias atuais), o governo tem realizado ações articuladas ao seu plano de governo buscando minimizar os índices de analfabetismo. Tem como desafio diminuir os índices de analfabetismo, no Estado e assim, requer a implementação de estratégia política social que envolva ampla mobilização da sociedade atendendo às reais necessidades do público a que se destinarem. Em sua primeira gestão (2015-2019) desenvolveu dois Programas de Alfabetização: PBA e a Jornada de Mobilização pela Alfabetização do Maranhão “Sim, eu Posso!”

Quadro 7 - Atendimento da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura

“SIM, EU POSSO!” – Ciclo 2016: 1ª fase					
MUNICÍPIOS	META DE TURMAS	TURMAS	META DE ALFABETIZANDOS	ALFABETIZANDOS	
Água Doce do Maranhão	76	62	1.520	665	
Aldeias Altas	141	141	2.820	2.930	

Governador Newton Bello	76	54	1.520	873
Itaipava do Grajaú	100*	91	2.000	1.319
Jenipapo dos Vieiras	90	74	1.800	596
Santana do Maranhão	100	92	2.000	1.336
São João do Caru	79	76	1.580	1.140
São Raimundo do Doca Bezerra	40	38	800	509
Sub-totais	702	628	14.040	9.368
RECURSOS HUMANOS				
Alfabetizadores				628
Coordenadores Locais				16
Coordenadores Municipais				04
Coordenadores Estaduais				04
Orientadores pedagógicos Voluntários				06
Sub-Total				658
TOTAL DE PESSOAS ENVOLVIDAS				10.026

Fonte: SEDIPOPH (2016)

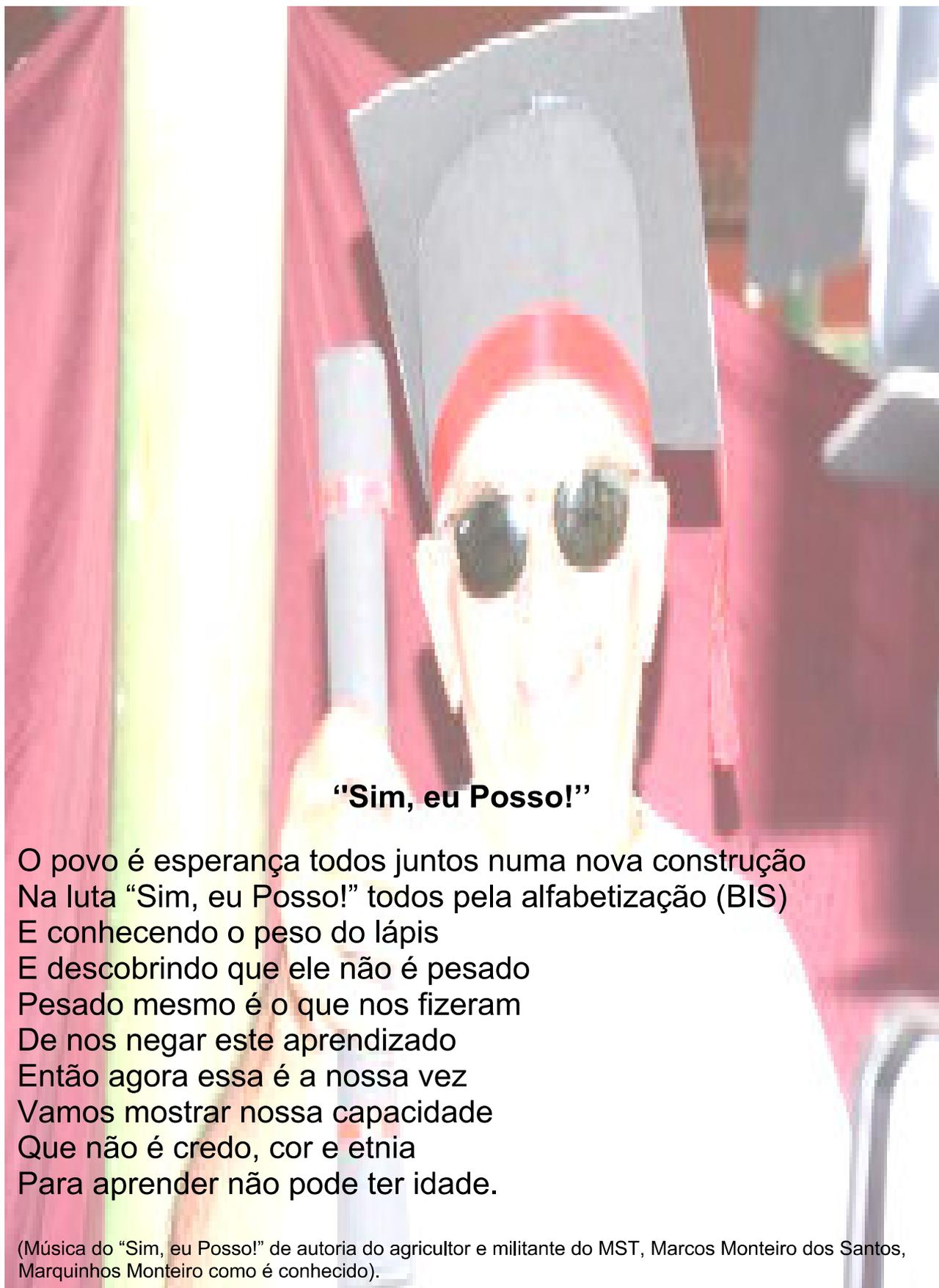
Pode-se observar que a oferta apresentada pelo público atendido na Jornada de Alfabetização retrata ações com o foco no combate ao analfabetismo, porém esta oferta ainda é muito tímida diante da real demanda por alfabetização existente no Estado, o qual tem buscado desenvolver ações pontuais para mudar esta realidade e dentre elas, mais uma vez nos reportamos ao Programa Escola Digna, o qual constitui-se como a macro política da educação da SEDUC no atual governo e tem por finalidade institucionalizar as ações da Secretaria em eixos estruturantes que subsidiam as ações educativas da Secretaria, como política de Estado, visando orientar as Unidades Regionais, escolas e setores da SEDUC, dando-lhes uma unidade em termos de concepção teórica e metodológica para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

O Programa Escola Digna busca promover ações voltadas para a qualificação e formação continuada dos profissionais da educação, para a ampliação da gestão democrática das secretarias e das escolas, garantindo aos profissionais, estudantes e comunidade o direito de participação ativa no processo educativo e para o estabelecimento de um Pacto de colaboração com os Municípios, visando que todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos possam ter, em todas as escolas

maranhenses, sejam elas da Rede Estadual ou Municipal, o direito fundamental a uma escola de qualidade. Assim, a macropolítica do Programa organiza suas ações em eixos estruturantes, apresentando como princípios orientadores: inclusão social; respeito à diversidade; formação integral e integrada; democracia e participação na gestão; avaliação diagnóstica, formativa e processual no contexto escolar; ensino comprometido e aprendizagem significativa; ensino pela pesquisa e uso das tecnologias.

Neste contexto, o Programa Escola Digna contempla treze ações e dentre elas, a Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura, a qual situa-se dentro da proposta de gestão do governo, por meio do Plano de Ações Mais IDH, que consiste em uma série de medidas, com ações centradas em priorizar o desenvolvimento dos 30 Municípios maranhenses que apresentam os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Vale refletir que mesmo diante de todas as ações desenvolvidas, a EJA ainda passa por fragilidades face não ter uma política pública consolidada, enfrentando assim inúmeros desafios para garantir a sua oferta, a qual a cada mudança de gestão sofre alterações e/ou descontinuidade nas suas demandas, uma vez que não é vista com prioridade.



“Sim, eu Posso!”

O povo é esperança todos juntos numa nova construção
Na luta “Sim, eu Posso!” todos pela alfabetização (BIS)
E conhecendo o peso do lápis
E descobrindo que ele não é pesado
Pesado mesmo é o que nos fizeram
De nos negar este aprendizado
Então agora essa é a nossa vez
Vamos mostrar nossa capacidade
Que não é credo, cor e etnia
Para aprender não pode ter idade.

(Música do “Sim, eu Posso!” de autoria do agricultor e militante do MST, Marcos Monteiro dos Santos, Marquinhos Monteiro como é conhecido).

4 JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello

[...] E conhecendo o peso do lápis
 E descobrindo que ele não é pesado
 Pesado mesmo é o que nos fizeram
 De nos negar este aprendizado
 Então agora essa é a nossa vez
 Vamos mostrar nossa capacidade
 Que não é credo, cor e etnia
 Para aprender não pode ter idade [...].
 Marquinhos Monteiro

Assim iniciamos a quarta seção, considerando que os educandos da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura, compuseram uma história, reconheceram que o lápis não é pesado e que para aprender não tem idade, buscaram a felicidade que move suas vidas. Para apresentar esta seção, a qual compôs a história da alfabetização e os objetivos que nortearam a pesquisa, temos duas subseções. A primeira aborda de forma sucinta o lócus da pesquisa em que consideramos as questões que nos propusemos investigar sobre o Município, quais sejam, a localização geográfica, tempo de municipalização; número de habitantes e economia que se move neste Município bem como entender o por que o Município faz parte do quadro dos municípios de menor IDH do Maranhão e a segunda temos a discussão e análise dos dados referentes ao processo de Alfabetização dos educandos da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello, considerando as contribuições dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma.

Consideramos as proposições expressas nos documentos que orientam a Jornada, em especial os documentos pedagógicos, sem, contudo, deixar de as nossas inquietações, para tanto desdobramos o objetivo de pesquisa em dimensões, as quais compuseram uma subseção a saber:

Dimensão 1 – Perfil dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma.

Dimensão 2 – Entendimento sobre a Jornada de Alfabetização.

Dimensão 3 – Desenvolvimento da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado.

Dimensão 4 – Papel que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma tiveram na Jornada.

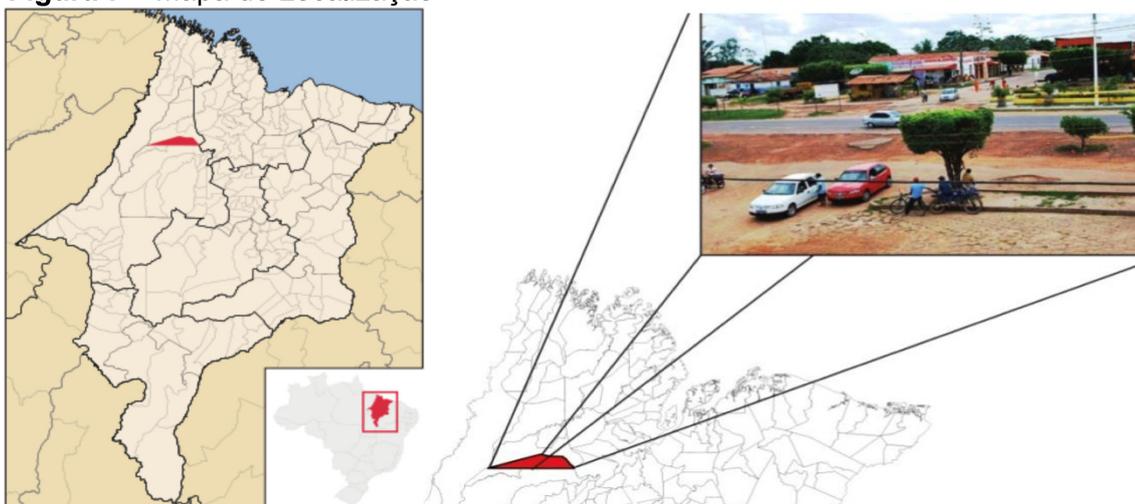
Dimensão 5 – Avaliação que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma fizeram da Jornada.

Esse desmembramento nos possibilitou compreender o processo de Alfabetização da Jornada no Município pesquisado e possibilitou aprofundar nossa visão acerca do seu desenvolvimento e efeitos na alfabetização dos educandos.

4.1 Contorno sobre o contexto da pesquisa: o Município de Governador Newton Bello

O Município de Governador Newton Bello, lócus da pesquisa, foi criado, pela Lei Nº 6.149, de 10 de novembro de 1994, teve sua sede no Povoado Chapéu de Couro, desmembrado do Município de Zé Doca, subordinado à Comarca de Zé Doca, Traz em seu contexto histórico uma trajetória que oportunizou a realização da implantação da Jornada de Alfabetização uma vez que ele estava entre os Municípios que tinham baixo IDH. De acordo com o censo 2010, o Município tinha uma população estimada de 11.921 habitantes com 6.015 homens e 5.906 mulheres, com a maioria de habitantes residentes na zona rural.

Figura 7 – Mapa de Localização



Fonte: Diagnóstico Preliminar - Plano de Ação Mais IDH (2015)

Histórico Governador Newton Bello

A primeira denominação do Município de Newton Bello foi em homenagem a Raimundo Coelho, que era conhecido popularmente como "Raimundo Chapéu de Couro", chegou à região no início do desbravamento de suas matas no ano de 1958 visando cultivar a terra devido à grande fertilidade nela encontrada.

Porém, era morador do povoado Marajá e em seguida transferiu seu comércio para um povoado que estava nascendo às margens da futura BR 316.

Apesar de não ser o primeiro morador, como tinha um grande comércio, se tornou o mais conhecido da vila e aos poucos foi comum dizer: "vou lá no Chapéu de Couro", em referência ao comércio e que depois passou a ser uma referência para todo o povoado, sendo batizado de "Chapéu de Couro". Ao longo dos anos outras pessoas foram chegando, atraídas pelo trabalho na roça e outros comércios, que tinha como maior destaque o beneficiamento de arroz, pecuária e extração de madeira e babaçu. Com a ampliação da BR 316 que liga Santa Inês - MA a Belém-PA, naquele contexto houve grande melhoria no escoamento da produção e melhor expectativa de vida trazendo mais pessoas para a Vila Chapéu de Couro que pertencia ao Município de Monção - MA.

Depois, no ano de 1994 passou a pertencer ao Município de Zé Doca, com o nome de Governador Newton Bello, em homenagem ao governador do Estado do Maranhão daquela época, Dr. Newton Bello.

A independência política do Município só foi possível com o Plebiscito⁴⁹ de 11 de junho de 1994, sendo emancipado em 10 de novembro do mesmo ano pelo Decreto Lei N°6.149, pelo então governador em exercício Dr. José Ribamar Fiquene.

Na perspectiva de melhor caracterizar o Município lócus da nossa pesquisa, pontuamos que sua sede administrativa encontra ao nível do mar (IBGE, 2010), conforme registrado no Relatório Diagnóstico do Município de Governador Newton Bello e a variação térmica durante o ano é pequena, com a temperatura oscilando entre 21,9°C e 32°C. O clima da região, segundo a classificação de Köppen⁵⁰, é tropical (AW') úmido com dois períodos bem definidos: um chuvoso que

⁴⁹Plebiscito - consulta a população antes da aprovação ou apreciação de uma determinada lei pelo Congresso Nacional, Senado e Presidência da República.

⁵⁰Köppen-Geiger - sistema de classificação climática mais utilizada na climatologia, ecologia e geografia, que é uma classificação genérica, lançado pela primeira vez em 1900, onde Köppen relacionava o clima com a vegetação, a partir de critérios numéricos que definiriam os tipos climáticos,

vai de dezembro a junho, com médias mensais superiores a 225 mm e outro seco, correspondente aos meses de julho a novembro. O relevo da região está contido na Baixada Maranhense⁵¹, que se caracteriza por possuir um ambiente plano e suavemente ondulado, contendo áreas extensas de formação sedimentar recente, ponteadas de relevos residuais formando outeiros e superfícies tabulares, cujas bordas decaem em colinas de declividade variada (FEITOSA, 2006). Os cursos d'água fazem parte da bacia hidrográfica do Pindaré e a vegetação é composta por Floresta Ombrófila Densa, IMESC (2008).

Nos itens Turismo e Cultura, é considerado como atrações turísticas a festa da padroeira do Município, Nossa Senhora da Conceição, diversos festejos religiosos que ocorrem no decorrer do ano, festejos juninos com seus arraiais e quadrilhas estilizadas, carnaval com seus blocos e bandas e o aniversário da cidade em novembro com vasta programação cultural e shows. Para melhor entendimento o quadro síntese a seguir, traz mais clareza sobre o que acabamos de dizer.

Quadro 8 - Síntese dos aspectos populacionais, culturais e turísticos do Município de Governador Newton Bello

Data de criação	Origem	População				Economia		
		Total	Urbana	Rural	Etnia predominante	Tradicional Produtiva	Atividade	Potencial Turístico
10/11/1994	Zé Doca	11.921	36%	64%	Caboclos	Pecuária	Agropecuária	Vaquejada, Festas Juninas, Religiosa

Fonte: IMESC (2008)

No que se refere a operacionalização do Programa “Sim, eu Possol!”, nosso objeto de estudo, o Município em tela, foi contemplado por ser um entre os trinta Municípios maranhenses de menor IDH e no contexto da educação que se constitui um dos eixos utilizados pelo PNUD para avaliar o desenvolvimento humano,

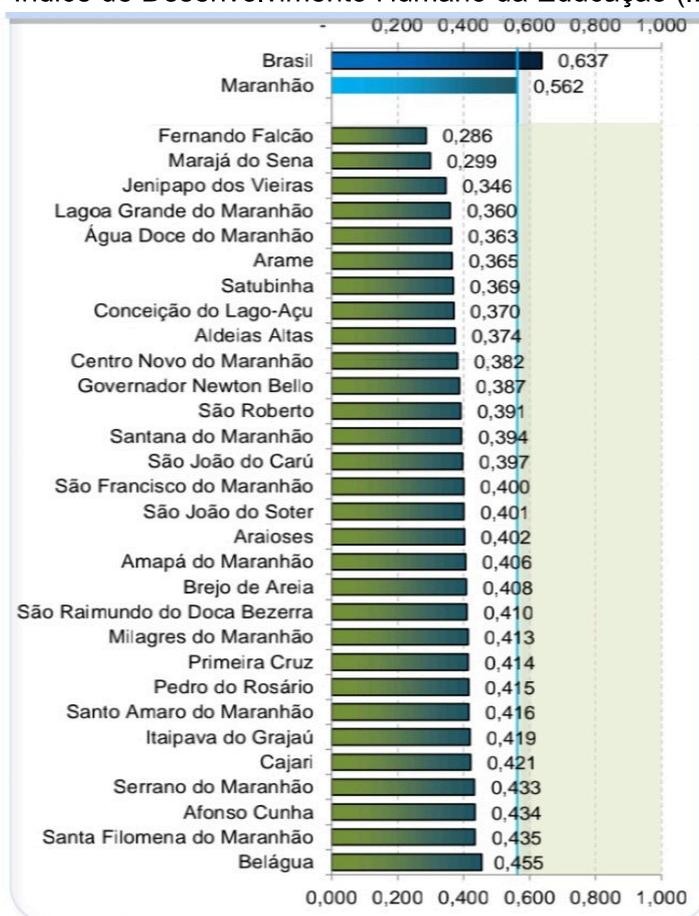
porém em algumas ocasiões esta classificação não apresenta parâmetros para distinguir quanto às regiões e biomas distintos.

⁵¹ Baixada Maranhense é uma região compreendida a partir do Golfão Maranhense e o curso inferior dos Rios Mearim, Pindaré e Grajaú, curso médio do Rio Turiaçu e Bacia do Pericumã. Formada por grandes planícies baixas que alagam na estação das chuvas, criando enormes lagoas entre os meses de janeiro e junho. Tem como característica ser uma depressão em forma de uma extensa concha alongada que progressivamente, ainda que lentamente, se reduza graças ao trabalho incessante de sedimentação provocada pelos rios, por conseguinte, essas terras, parcialmente alagadas têm sua história geológica representada por sedimentos antigos e recentes.

encontrava-se com o Índice de Desenvolvimento Municipal da Educação (IDHM-E) elevado dentre os 30 Municípios com menor IDHM do Estado.

O IDHM-E do Maranhão foi calculado a partir dos dados censitários de 2010, e encontrava-se na faixa, estabelecida pelo PNUD, de baixo desenvolvimento (0,499 a 0,599). Situando-se na 20ª posição no ranking estadual, permanece abaixo do indicador do plano nacional (0,637) que é de médio desenvolvimento (0,599 – 0,699). Quanto aos 30 Municípios com menor IDHM do Estado, pode-se observar que todos possuíam IDHM-E inferior ao índice estadual.

Gráfico 14 - Índice de Desenvolvimento Humano da Educação (IDHM-E) – 2010



Fonte: PNUD; FJP; IPEA

Fonte: Adaptado de PNUD, FJP, IPEA (2010)

Como mencionado no início da pesquisa, a escolaridade da população adulta é um dos subíndices que compõem o IDHM-E, ela é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo. De acordo com esses parâmetros, foi verificado que a escolaridade da população adulta era o indicador que se encontrava em situação mais crítica em todos os 30 Municípios

com menor IDHM do Estado. E o funcionamento do sistema educacional em períodos passados considerava que a população adulta deveria ter completado, pelo menos, o ensino fundamental, por isso para melhorar o IDHM dos 30 Municípios foi preciso atenção para as modalidades educacionais voltadas para a população adulta.

Gráfico 15 - Escolaridade da população adulta - 2010



Fonte: IBGE (2010)

De acordo com os dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (2016, p. 28), destaca-se que:

Os indicadores selecionados se relacionam, não somente com os programas educacionais que estão sendo desenvolvidos dentro do Plano Mais IDH, mas também com os indicadores utilizados no cálculo da dimensão do IDHM-E, funcionando, dessa forma, como proxy para avaliação do nível de desenvolvimento da educação nos municípios que estão inseridos no Plano. Das três dimensões (longevidade, educação e renda) que compõe o IDHM, a educação foi a que apresentou menor índice em Governador Newton Bello, tanto no ano de 2000 quanto em 2010, cujo o índice foi de 0,145 e 0,387, respectivamente. Destaca-se que apesar dessa dimensão ter sido a que registrou maior crescimento absoluto (0,242 em dez anos), ainda se encontra aquém do limite superior da faixa de desenvolvimento classificada como muito baixo pelo PNUD que é de até 0,499. Portanto, essa dimensão

apresenta-se como um dos maiores entraves para a elevação do nível de desenvolvimento humano em Governador Newton Bello.

Como mencionado, o Município de Governador Newton Belo, pertencente a URE de Zé Doca, foi contemplado com a implantação da Jornada “Sim, eu Posso!”, partindo de uma análise da conjuntura política que priorizou os 30 Municípios de menor IDH, além de estar inserido neste aspecto, o Município deu total apoio para que a Jornada acontecesse tanto por parte do poder público local quanto de demais lideranças sociais.

Diante dessa realidade, além da dimensão política, a dimensão educação registrou no Município maior crescimento em dez anos (2000 a 2010), no que tange um dos itens dos requisitos para a elevação do desenvolvimento humano no Município de Governador Newton Bello, assim a Jornada “Sim, eu Posso!”, foi iniciada no Município. Sua implantação iniciou com a adesão da Prefeitura que mobilizou o Município e assim contou com o apoio de Associações, Sindicatos, Igrejas, Comunidades dentre outras Instituições que desde a mobilização estiveram em parceria para que a Jornada fosse implantada a contento, uma vez que iria fortalecer as ações do governo e proporcionar aos educandos oportunidades de estudos, o que para muitos era um sonho que estava além de suas possibilidades.

Acreditando que a Jornada de fato iria proporcionar melhorias para o Município, o processo de implantação iniciou com reuniões entre Governo, Prefeito e demais agentes de mobilização (Associações, Sindicatos, Igrejas, Comunidades, Instituições...) para que todos em parceria concretizassem as ações e objetivos propostos pela Jornada. Paralelo a toda mobilização foi dado início ao seletivo para contratação de Alfabetizadores e Coordenadores de Turma por meio da Chamada Pública nº 01, de 11.05.2016. O Município de Governador Newton Bello teve como resultado a aprovação de 65 Alfabetizadores e 46 Coordenadores de Turma.

No que se refere aos educandos que participaram da Jornada de Alfabetização em Governador Newton Bello, é importante destacar que eram idosos com mais de 50 anos, não tinha escolarização ou possuíam somente o início da escolarização fundamental, portanto se inseriram no perfil de não alfabetizados, o que ia de encontro com a finalidade da Jornada. As mulheres (mães e avós) quase todas donas de casa e lavradoras, os homens se encontravam no perfil de trabalhadores com ocupações informais, desempregados, subempregados pertencentes às classes

populares, muitos com uma trajetória escolar irregular e malsucedida, outros que nunca haviam frequentado a escola.

Figura 8 – Educandos de Governador Newton Bello na Jornada



“Gostei muito da escola e principalmente da minha professora que foi uma peça de ouro que me deu força e teve paciência para me ensinar com essa idade”, garantiu

Senhor Agápito Almeida Carvalho - 77 anos

Destacamos que a primeira fase da Jornada iniciou em 31.05.16 e encerrou com o Seminário Estadual da Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura nos dias 16 e 17.02.2017, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

4.2 Com a palavra os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma

Na perspectiva de encontrar resposta para o objetivo da nossa pesquisa que é analisar o processo de alfabetização dos educandos da Jornada de

Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello, mergulhamos no campo, onde por meio das respostas dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma obtivemos os dados que passamos a relatar. Os resultados aqui descritos consideram a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977), demonstra o entendimento dos entrevistados, a partir dos quais foram agrupados de acordo com a análise de conteúdo categorial, quando buscamos na metodologia classificá-las e organizá-las em grupos de categorias: Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, Programas de Alfabetização e Programas Educativos.

Ratificamos que os participantes da pesquisa demonstraram interesse e boa vontade, sendo que a maioria se manifestou mais solícita, contudo, todos responderam as questões.

A partir do exposto, foram realizadas as análises seguindo as fases propostas no (Quadro 1), uma vez realizadas as entrevistas, elas foram transcritas e arquivadas em Word, totalizando 14 (quatorze páginas) de material transcrito oriundo das entrevistas. Posteriormente os dados foram organizados em quadros no formato Excel, onde ocorreram as codificações, respeitando-se uma sequência das dimensões propostas na entrevista, ou seja, para os Alfabetizadores, A1 para a primeira entrevista e assim sucessivamente (A2, A3, A4, A5, A6, A7 e A8) e para os Coordenadores C1, C2 e C3.

Em seguida, foram realizados os recortes a partir da convergência com o conteúdo semântico e logo após registradas separadamente. A etapa que corresponde ao estabelecimento das categorias analíticas está contida no (Quadro 2) e em sua formulação foi levado em consideração os princípios estabelecidos por Bardin (1977), que seriam a exclusão mútua entre as categorias, homogeneidade das categorias, objetividade/fidelidade na compreensão e clareza e produtividade. Assim, foram formuladas inicialmente as categorias iniciais, que para Silva e Fossá (2013), se configuram nas primeiras impressões do pesquisador acerca da realidade investigada, constituída e nomeada a partir dos dados, e posteriormente as categorias intermediárias que emergem das categorias iniciais aglutinadas e são baseadas no referencial teórico, nas entrevistas e na análise. Por fim, as categorias finais constituídas pela síntese dos significados revelados pelas entrevistas que puderem ser identificados durante a análise realizada no estudo.

As entrevistas foram realizadas levando em conta elementos que nos dessem subsídios, para responder o nosso objetivo de pesquisa e foram consideradas de acordo com as cinco dimensões contidas na entrevista (síntese - quadro 04), as quais serão contempladas de acordo com o posicionamento dos sujeitos pesquisados. A dimensão 1 foi tratada na introdução desta pesquisa quando mencionado o perfil dos sujeitos, as dimensões 2 (entendimento sobre a Jornada de Alfabetização) e 3 (desenvolvimento da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado) estão direcionadas às categorias Programas de Alfabetização e Educativos; dimensão 4 (papel do Coordenador de Turma) relacionada a categoria Educação de Jovens e Adultos e a dimensão 5 (avaliação que os Coordenadores de Turma fazem da Jornada de Alfabetização dos educandos) voltada para a categoria Alfabetização. Mesmo com o direcionamento das dimensões voltadas para as categorias, face a temática da pesquisa, as categorias selecionadas perpassam por diversas vezes durante todo o depoimento dos sujeitos uma vez que são palavras-chave e que não podem ser dissociadas do conteúdo.

O percurso descrito foi essencial para a organização, entendimento e análise dos instrumentos da pesquisa, deu sentido às descobertas e construções decorrentes de todo processo de elaboração da pesquisa.

4.2.1 Compreensão dos sujeitos sobre a Jornada de Alfabetização no Município pesquisado

Optando pela análise de conteúdo categorial que, de acordo com a autora, é não só a mais antiga, como também a mais utilizada, no conjunto das técnicas da análise de conteúdo. Essa técnica exige a realização de uma investigação a respeito do que há em comum entre os elementos. “A categorização é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário: isolar os elementos; a classificação: repartir os elementos, e, portanto, procurar ou impor uma certa organização às mensagens.” (BARDIN, 2006, p. 112). Ainda de acordo com a autora, a leitura de estudos já realizados pode inspirar o pesquisador no momento de criação das categorias.

Nesse sentido nos reportamos nesta pesquisa a analisar os dados visando dar vida as categorias Programas de Alfabetização e Programas Educativos, EJA e Alfabetização as quais estão associadas as dimensões propostas na entrevista

visando analisar o processo de Alfabetização dos educandos da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Newton Bello, considerando as contribuições dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma.

Quadro 9 - Categorias X Dimensões

CATEGORIAS DE ESTUDO	OBJETO / DIMENSÕES
Programas de Alfabetização e Programas Educativos	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão 2 - Entendimento sobre a Jornada de Alfabetização. • Dimensão 3 - Desenvolvimento da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado.
Alfabetização	• Dimensão 5 - Avaliação que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma fizeram da Jornada.
EJA	• Dimensão 4 - Papel que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma tiveram na Jornada.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021, com base em Bardin (2011).

No que se refere ao entendimento sobre a Jornada “Sim, eu Posso!” precisamos compreender as relações de aprendizagens na ótica da categoria dos Programa de Alfabetização e Programas Educativos evidenciando os alcances políticos e sociais no que se refere à inserção pessoal e social dos educandos dos Programas de Alfabetização, neste caminhar precisamos entender como se deu todo o processo de implantação do Programa “Sim, eu Posso!”, o qual, conforme já mencionado, no Maranhão foi denominado Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” – Círculo de Cultura.

Quanto ao ingresso dos sujeitos da pesquisa na Jornada todos os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma se submeteram a um processo seletivo e para participar da Jornada precisaram apresentar além dos documentos pessoais, comprovante de escolaridade (Diploma acompanhado de Histórico Escolar de Ensino Médio; Diploma acompanhado de Histórico Escolar de Ensino Superior ou Declaração (original) de Curso de Ensino Superior se estivesse em andamento) e comprovante de experiência docente e/ou participação em Programas de Alfabetização (contracheque, contrato de trabalho ou declaração original atualizada comprovando a experiência exigida).

Contudo, apesar dessa exigência, a maioria dos Alfabetizadores possuíam somente Ensino Médio (EM) e magistério, eram profissionais que já tinham ou estavam trabalhando com a EJA, e possuíam experiências advindas de seletivos anteriores, contratos, ministravam aulas em Associações ou em outros espaços de alfabetização de jovens e adultos. Esta informação foi observada pela pesquisadora⁵², quando da participação dos resultados da análise do currículo na época do seletivo fato mais uma vez reafirmado pelos sujeitos da pesquisa – que mesmo sem um curso superior, os Alfabetizadores desenvolveram as suas aulas e todo o seu trabalho conforme as orientações dos documentos pedagógicos da Jornada, portanto de forma a contemplar o processo. Dentre os sujeitos da pesquisa, dois estão inseridos nesta situação - não possuem formação superior. Já os Coordenadores de Turma, atendendo ao que era exigido no seletivo, todos os inscritos no Programa tinham formação em curso superior além da experiência exigida.

Importante refletir que não há como falar em qualidade de ensino dissociada de um processo de formação continuada e esta formação foi realizada durante todo o período da Jornada uma vez que seu documento norteador entende que para ser alfabetizador de jovens e adultos é necessário que os profissionais tenham uma formação específica na área da EJA e para que domine as matrizes teóricas e epistemológicas que sustentam essa educação, na perspectiva de entender e refletir sobre a prática pedagógica que desenvolvem é essencial que conheçam as vivências dos educandos, que trazem consigo experiências de vida que podem contribuir para o desenvolvimento do seu aprendizado formal.

Nessa assertiva, a Jornada além do seu objetivo maior que era alfabetizar os educandos, contribuiu com o aperfeiçoamento da formação acadêmica dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma uma vez que possibilitou maior embasamento teórico no que se refere a proposta metodológica de Freire, entendendo que todo legado deixado por ele ainda hoje proporciona possibilidades de mudanças, pensamento crítico, diálogo, transformando sujeitos, bem como aplicabilidade da teoria quando colocaram em prática seus conhecimentos. As formações aconteceram no início da Jornada para que os sujeitos da pesquisa entendessem todo o processo da metodologia baseada no Círculo de Cultura e posteriormente a formação

⁵² Simone Costa Miranda Araújo, técnica da Secretaria de Estado da Educação, lotada na SUPEJA, setor responsável pela condução da Jornada “Sim, eu Posso!”. Participou da análise de currículo da primeira etapa da Jornada.

continuada era realizada quinzenalmente durante todo o período da Jornada em formato de plantões pedagógicos no próprio Município onde foi implantada, tratativa que está aprofundada na análise de dados.

Quanto a **participação em Programas ou Alfabetização de Jovens e Adultos** foi constatado que todos os sujeitos já tinham participado de algum Programa específico de alfabetização e experiência em EJA seja como professor leigo, com vínculo empregatício de contrato ou efetivo. Dentre as experiências citadas, destacaram o Programa Mais Educação, Brasil Alfabetizado e Mobral. Estas experiências requerem desenvolvimento de competências e habilidades que potencializam a busca de soluções específicas por parte dos Alfabetizadores e Coordenadores face às demandas de suas atribuições.

No trilhar desta caminhada, os Alfabetizadores, quando indagados sobre a **iniciativa da implantação e implementação da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura**, reafirmaram que a iniciativa da implantação da Jornada foi muito boa, momento ímpar uma vez que permitiu aos educandos a continuidade de estudos, contato com a leitura e escrita, oportunidade de desenvolver seu potencial promovendo a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. Além do mencionado pelos sujeitos, consideramos a empreitada da Jornada de Alfabetização importante e ousada, pois afora, o que dizem os sujeitos, veio em uma perspectiva de elevar o IDH dos Municípios mais carentes do Maranhão, é uma das ações do Programa Escola Digna que foi oriundo do Plano de Ação Mais IDH, organizado no ano de 2015, que entre os seus três objetivos está a Alfabetização.

A A1 (Formação em Pedagogia), relatou que estava na “reta final da faculdade” e a oportunidade de trabalhar na Jornada “veio a atender a vontade de trabalhar e colocar em prática o que estudou”. Sabemos que são diversos os desafios que os recém-formados passam principalmente no atual cenário econômico com baixo crescimento de oferta de trabalho, falta de vinculação entre Universidade e Trabalho e a própria articulação entre a teoria e a prática, assim nos remetemos a Freire (1997) quando cita que quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, este é o grande desafio dos profissionais que estão concluindo uma formação. Com foco no aprender, ensinar e transmitir conhecimento, muitas vezes estes recém-formados ficam tolhidos por falta de oportunidades e as constantes mudanças socioculturais e econômicas que deveriam contribuir para o fortalecimento dos direitos trabalhistas não acontecem a contento. É notório que diante do contexto

em que o País se encontra e isso vem de longos anos, os movimentos que lutam pela valorização de novos profissionais se consolidam com ações pontuais permitindo maiores ofertas e crescimento social e econômico.

Nesta perspectiva, entendemos que a Jornada de Alfabetização, proporcionou para estes profissionais oportunidades de aplicabilidade dos conhecimentos adquirida durante sua formação acadêmica, quanto avanços em sua própria formação uma vez que enfrentam dificuldade para ingressar no mercado de trabalho e que somente a formação inicial não está sendo o suficiente para atender as primeiras exigências mercadológicas, assim, duas questões foram contempladas, o acrescentamento no currículo acadêmico profissional e a chance salarial para completar ou ajudar a renda.

A Alfabetizadora que recebeu a denominação de A3 (Formação em Pedagogia), afirma que depois da Jornada, o Município

[...] ficou mais importante, pelo seu olhar o número de analfabeto diminuiu, afirmou que se todos os municípios tivessem ofertado a Jornada, a taxa de analfabetos no Maranhão poderia cair consideravelmente. (ALFABETIZADORA 3, 2021).

Esta depoente, reside no Município, é professora de alguns educandos que deram continuidade aos estudos, é formadora do Município, ligada a Secretaria de Educação; e em seu discurso sempre que possível reafirma os benefícios que a Jornada proporcionou para o Município.

No olhar dos três **Coordenadores**, a iniciativa da implantação e implementação da Jornada foi um sucesso, manifestaram desejo no que se refere a nova oferta ou continuidade da Jornada em outras etapas. Segundo os mesmos, no decorrer da Jornada e posteriormente, constataram a olhos nus e por meio depoimentos, diálogos informais entre uma e outra conversa com os educandos, familiares, comunidade e associações, que a Jornada, trouxe novas possibilidades e crescimento para o Município.

Este crescimento fica registrado quando os três Coordenadores expressam acreditar que a Jornada “promoveu oportunidades, elevou o índice de pessoas alfabetizadas possibilitando melhoria de renda, além da oferta de formação para os profissionais”, fato observado no decorrer das atividades pedagógicas que exercem no Município. Neste sentido, para os Coordenadores, a Jornada

[...] deu vida nova aos educandos, muitos nunca pensaram na ideia de retornar à escola e achavam difícil aprender a ler e escrever, um sonho que se tornou realidade. (COORDENADORES, 2021).

O depoimento aqui apresentado foi percebido/vivenciado durante as atividades de sala, relatos, participação em exposição de trabalhos além de continuidade de estudo nas turmas da EJA que foi constatado após término da Jornada pelos Coordenadores que ainda estão no Município.

Diante do que os Coordenadores expressam, mencionamos Freire (2000, p. 67), “[...] se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda [...]”, esta frase concretiza a importância da implantação e implementação da Jornada uma vez que os atores envolvidos no processo acreditam no poder da educação, no processo educacional como fonte essencial para a formação do ser humano. A educação transforma a sociedade e assim a Jornada tornou-se uma esperança para os educandos do Município de Newton Bello, transformou sonhos em realidade, trouxe possibilidades de melhoria da autoestima, da participação social. Um compromisso político da gestão atual do estado do Maranhão, que intenta combater o analfabetismo na perspectiva da emancipação humana, haja visto as concepções em que a proposta pedagógica da Jornada se assenta: matriz teórica Freiriana, a qual defende uma educação que politiza e emancipa os homens e mulheres que advêm da classe trabalhadora. Aliado a essa matéria, se sustenta também na defesa ontológica defendida pelo IPLAC, que põe o homem com todo o arsenal axiológico no centro do processo educativo (MARANHÃO, 2016).

A propósito do entendimento sobre a Jornada de Alfabetização no referente a implantação e implementação, nos remetemos a pesquisa Estado da Arte, quando em nossos escrutinamentos encontramos três pesquisas que apresentaram como objetos/categorias de análise das pesquisas, as Políticas de Combate ao Analfabetismo da EJA e tinham como objetivo compreender estas políticas; analisar as repercussões de Programas na escolarização e na profissionalização dos jovens e possibilidades de prosseguimento dos estudos, bem como a inserção no mercado de trabalho, incidindo na melhoria das condições materiais, sociais, espirituais e culturais dos educandos. Nas conclusões das pesquisas foi afirmado que

[...] mesmo diante das inúmeras dificuldades vivenciadas, os alunos em sua maioria ressaltaram a importância dos Programas para suas vidas no sentido da valorização pessoal, no que diz respeito ao sentimento de inclusão e

pertencimento à sociedade, superação da timidez, sociabilidade, elevação da autoestima, relacionamento com a família, independência, mudança de visão em relação à realidade e o mundo.

O que encontramos no Estado da Arte, possui relação com alguns elementos elencados pelos Coordenadores, referente a relevância da Jornada para o Município, apesar dos inúmeros desafios.

E salutar enfatizar que Programas dessa natureza são de extrema importância para a população que se encontra inserida no perfil dos que não conseguiram ser alfabetizados, acreditamos assim com os Coordenadores de Turma que iniciativas governamentais como estas, ocorrem para beneficiar a população, (GONDIM, 2012). Todavia, ainda existe um caminho longo para que estes Programas possam de fato ter seus objetivos amplamente alcançados, fato que evidenciamos na leitura dos trabalhos apresentados no Estado da Arte quando fica registrado nas conclusões das pesquisas que ainda falta a continuidade efetiva dos Programas de Alfabetização que infiram positivamente na desconstrução dos altos índices de analfabetismo e na descontinuidade dos estudos dos educandos que participaram destes Programas. Desafios pelos quais passam o Município de Newton Bello, apesar da positividade de algumas falas. No entanto, estes mesmos Coordenadores enfatizam que são diversos os fatores impeditivos para a que os educandos prossigam com os estudos, e estes são evidentes não somente no Município pesquisado, mas, em todo território nacional, dentre eles políticas mais efetivas, investimento na qualificação profissional e outros como: questões referentes a saúde, cansaço decorrente da idade, família, os últimos segundo os sujeitos pesquisados, citados pelos educandos.

Contudo, apesar do mencionado, os Coordenadores ressaltam que a maioria dos educandos evidenciam a importância dos Programas para suas vidas no sentido da valorização pessoal, no que diz respeito ao sentimento de inclusão e pertencimento à sociedade, superação da timidez, sociabilidade, elevação da autoestima, relacionamento com a família, independência e mudança de visão em relação à realidade e o mundo.

Para melhor aprofundar o objeto de estudo, entendemos ser pertinente inquirir sobre a **FORMAÇÃO INICIAL**, dos sujeitos da pesquisa, pois entendemos que a formação está na centralidade do desenvolvimento do trabalho dos educadores, sendo eles os que lidam diretos ou indiretamente com os educandos, em especial os

educadores que trabalham com a EJA. Assim sendo, todos os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma afirmaram que a Jornada proporcionou formação inicial para explicar e estudar o método adotado, foi ofertado materiais (cartilha, CD, pen drivers de 64 GB) e todo plano de acompanhamento era realizado sistematicamente. As formações tiveram 100% de participação, foram momentos de trocas e debates por meio de oficinas de formação coletiva, perfazendo carga horária de 60h.

Quadro 10 - Etapa das Oficiais de Formações Inicial no Município de Governador Newton Bello

As formações aconteceram após o processo de composição das turmas e da assinatura dos termos de compromisso	
Público - alvo: 08 Coordenadores e 54 Alfabetizadores	
Primeira Etapa da Formação	Segunda Etapa da Formação
Tema: método “Sim, eu Posso!” (40h)	Tema: Círculos de Cultura (20h)
Conteúdos: - Estudo sobre o método “Sim, eu Posso!” - elementos da história, com destaque para a solidariedade e internacionalismo de Cuba ao criar um método de alfabetização para contribuir com a redução do analfabetismo no mundo. - Política e educação e um debate e reflexão sobre a conjuntura, apontando elementos da história da educação brasileira e da cultura de negação do direito à educação aos trabalhadores, como um dos elementos que contribui para a produção do analfabetismo.	Conteúdos: - Círculos de Cultura (apresentação e proposta de trabalho baseado no método Paulo Freire).

Quanto a **FORMAÇÃO CONTINUADA** e planejamento das atividades, todos responderam que os momentos aconteciam quinzenalmente e serviam para tirar dúvidas e planejar as atividades/rotinas.

De acordo com os sujeitos, os Coordenadores reuniam os Pólos (Municípios adjacentes) e realizavam as formações que eram segundo os mesmos: **“dinâmicas atrativas com místicas⁵³ inesquecíveis”**.

Informaram ainda os sujeitos, a forma como ocorreu a implantação da Jornada no Município: inicialmente foi organizado a mobilização dos Alfabetizadores, momento em que estes foram apresentados aos 08 (oito) Coordenadores que acompanhariam as turmas e posteriormente organização das turmas dos educandos. Essa atividade fazia vinculação direta com a proposta de organização da Jornada, pois nela determina que as formações deveriam ocorrer em seus respectivos Municípios obedecendo os critérios:

- a) cada turma constituída por 20 educandos e um Alfabetizador.
- b) conjunto de 10 turmas formaria um Núcleo de Turmas, sob responsabilidade de um Coordenador de Turma.
- c) cada cinco Núcleos de Turmas (até 50 turmas), acompanhado por 1 Coordenação Municipal e cada Coordenador Estadual acompanharia 2 Municípios.

Assim, a formação continuada era realizada quinzenalmente durante todo o período da Jornada em formato de plantões pedagógicos, e considerada um dos elementos-base que garantiu o processo assegurando a apropriação prática do domínio dos métodos de alfabetização utilizados na Jornada. Seguindo a diretriz do documento norteador do Programa, a formação tinha três dimensões essenciais:

1ª - Organização coletiva do trabalho pedagógico que acontecia nos plantões pedagógicos, conforme já mencionado são os momentos de estudo que aconteciam quinzenalmente com a reflexão da prática docente e do repensar as formas de manter o educando motivado a aprender a ler e escrever e, até, passando por essas questões o estar no mundo como sujeito da sua história, e ainda o incentivo ao entretenimento, como forma de socialização, por meio festas que posteriormente foram denominadas de Forró do “Sim, eu Posso!”.

2ª - Alfabetização como atividade criativa (dimensão cultural), extrapolando o modo de alfabetizar pelo modo sintético e analítico; Uma segunda dimensão é a

⁵³“Mística é o que anima a ação, nasce do coração. É a dimensão do sentir, do querer, do amor e do ódio, do sonho e da rebeldia, da alegria e da esperança. Mas não se pode limitar a isso. Precisa ser atravessada pela Razão.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 1993, p. 1).

cultural, abordada na formação que tem seu ponto alto no trabalho coletivo, mas também no planejar o resgate da memória histórica destes educadores sobre o lugar, a vida de educador e instigar neste o modo de alfabetizar não reduzido ao modo sintético e analítico, mas do alfabetizar como atividade criativa, O trabalho pedagógico com essa matriz implica em atividades que demarquem uma crítica à cultura hegemônica na sociedade capitalista (indústria cultural) e um cultivo/projeção de parâmetros de relações sociais, valores, afetividade saudável, criatividade e hábitos cotidianos que expressem e consolidem nossos objetivos sociais, políticos, humanos. É cultivo prioritário ajudar a guardar a raiz do Movimento, cultivando sua memória coletiva e ajudando na formação de sua consciência histórica (CALDART, 2015).

3ª - Ter o sujeito como centralidade desta proposta, uma educação dos trabalhadores. Nesta etapa, os educadores são estimulados a perceber e a entender como é a realidade dos educandos no aspecto do trabalho, suas vivências sociais e culturais e provocados a colocar em diálogo esses saberes. Todos os educadores são organizados em núcleos pedagógicos de dez educadores e um Coordenador Local nos quais o estudo permanente, organização do trabalho pedagógico, reflexão para superação dos problemas que vão surgindo se faz uma constante, e o que poderia vir a ser um desafio solitário, em que são exigidos resultados só do educador, passa a ser um trabalho coletivo, espaço de construção de identidade e socialização de experiência e saberes.

Tecendo algumas conclusões: as formações aconteceram no período de realização da Jornada, considerando a necessidade do acompanhamento e orientações pedagógicas às turmas. Cada núcleo de turmas se encontrava periodicamente para discutir as atividades planejadas, o que acontecia nas salas de aulas, dificuldades, avanços e limites para no coletivo realizar o planejamento das ações cotidianas.

De acordo com o contato com os sujeitos da pesquisa, em seus relatos, a Jornada foi um momento de reflexão e formação em todos as perspectivas uma vez que a seleção, mobilização, organização das turmas, aplicabilidade do método, avaliação e monitoramento constituiu-se um andar coletivo, uma construção que criou possibilidades para que a Jornada se materializasse.

A dinâmica das ações e planejamento das atividades favoreceu um espaço coletivo de diálogo entre os envolvidos na Jornada, a formação foi dialógica, permanente e comprometida, trazendo bons resultados, o que veio coadunar com os

documentos avaliadores da Jornada (MARANHÃO, 2017), um vez que todos os envolvidos tiveram oportunidade de estudar e se aprofundar na proposta baseada em Freire, trazendo no seu bojo os “Círculos de Cultura”, aprendizado ímpar e que proporcionou o resgate às histórias e vivências dos educandos, constituindo-se ponto chave para a compreensão dos saberes constituídos ao longo de suas vidas (MARANHÃO, 2016).

A metodologia para se construir nesses saberes se sustenta na concepção freiriana, que utiliza o diálogo como mediação da educação, em interlocução com o diálogo e Freire nos apoiamos em Bardin (2006) para realizar a pesquisa e analisar os dados, pois em sua perspectiva a autora defende que esta técnica metodológica pode ser aplicada em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte.

No referente ao nosso objeto de estudo, tentamos selecionar o que consideramos essencial, vislumbrando o objetivo que traçamos para entender o processo de alfabetização desenvolvido pela Jornada.

Assim, ao **expressarem sobre a compreensão do modelo pedagógico da Jornada de Alfabetização e as concepções teóricas que a sustentam**, os sujeitos pesquisados, mencionaram que o método trouxe inovações quanto a utilização de tecnologias dentre elas os recursos audiovisuais que possibilitou a realização de atividades de associação de números e letras para formar palavras, sílabas e frases. Reforçando este pensamento, as Alfabetizadoras mencionam que:

[...] no dia a dia em nossa prática de sala de aula não tínhamos oportunidade de estudar mais detalhadamente questões teóricas sobre os métodos que aplicamos nem tão pouco usar com frequência a tecnologia e atividades que realmente estivesse voltada para o público adulto. (ALFABETIZADORA 2 – FORMAÇÃO MAGISTÉRIO, 2021).

[...] a utilização dos recursos audiovisuais contribuiu e facilitou o processo de comunicação entre os idosos, facilitou a articulação entre a fala e a escrita, outro ponto que ficou marcante durante o entender da concepção da Jornada. (ALFABETIZADORA 5 - FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

Nesse sentido e na perspectiva de seguir o método que optamos para dar tratamento aos dados, lançamos mão da ênfase que os sujeitos deram ao processo de formação, ao mencionarem que este foi essencial para a assimilação da proposta da Jornada e entendimento das concepções que a subsidiam, pois as formações tinham como estratégia, a apropriação de conhecimentos teórico e técnico para que realizassem uma alfabetização a contento, pois oportunizava o aprofundamento

teórico e prático sobre o método de alfabetização cubano, e a concepção de educação freiriana dos Círculos de Cultura.

Essa concepção que os sujeitos da pesquisa incorporaram aos conhecimentos que anteriormente já haviam estudado e até mesmo colocado em prática na atuação enquanto profissional da educação foi consolidada, aperfeiçoada durante o processo das formações e aulas ministradas.

Ilustrando a importância e responsabilidade de sermos articuladores desse processo, Freire nos lembra que “Não existe formação que termina. Não é possível separar o indivíduo do grupo [...]” (FREIRE, 2001, p. 42) e por isso os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma atingiram as três dimensões da formação que estão contidas no documento orientado da Jornada: organização coletiva do trabalho pedagógico com reflexão de sua prática docente; resgate da alfabetização com atividades criativas extrapolando o modo sintético e analítico e foco no sujeito, na educação dos trabalhadores, quando foram estimulados a perceber e entender como era a realidade dos educandos no aspecto do trabalho, vivências sociais e culturais e provocados a colocar em diálogo esses saberes possibilitando a realização de trabalho coletivo, espaço de construção, de identidade e socialização de experiência e saberes (documento orientador do Programa). Este entendimento pode ser reafirmado com o depoimento das Alfabetizadoras,

[...] no meu ponto de vista, as formações pedagógicas, durante a Jornada de Alfabetização foi um dos fatores principais do processo pois, nos permitiu apropriação do método. Foi uma formação humana, aprendi muito com os conteúdos e os levarei para o resto da minha vida [...]. (ALFABETIZADORA 5 - FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

[...] formação é mais humanizada, trabalhou questões sociais e as suas soluções, favoreceu um diálogo motivador e comprometimento com a superação do analfabetismo. (ALFABETIZADORA 3 – FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

Diante dos depoimentos coletados, enfatizamos que todas estas dimensões foram recheadas de trocas de experiências e saberes durante as formações, conforme foto e afirmação das Alfabetizadoras.

Figura 9 – Formação dos Coordenadores de Turma - Certificado de conclusão da formação do Círculo de Cultura



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

No que se refere ao desenvolvimento, da Jornada no Município lócus da pesquisa, a implantação e implementação, como já mencionado ocorreu a contento, nos aspectos do apoio da gestão local, ação de divulgação da Jornada (matrículas, registros de matrícula e de desenvolvimento das atividades), estrutura de locais de desenvolvimento e desenvolvimento das etapas de distribuição e aquisição de material didático e outras questões que são requeridas em uma implantação e organização desta natureza, o que afirmamos pode ser confirmado pela fala da Alfabetizadora quando expressa que:

[...] para implantar a Jornada foi impretado muita mobilização, uma força tarefa, que envolveu a gestão local, e que Prefeitura e Secretaria de Educação estiveram à frente das atividades com participação ativa desde o momento da adesão, mencionaram também apoio dos Sindicatos, Colônias de pescadores, Lideranças Comunitárias. Cada um com responsabilidades específicas que desenvolveram com bastante afinco e determinação. (ALFABETIZADORA 3 – FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

Esse depoimento reforça a importância do trabalho coletivo, da força que existe quando os coletivos trabalhadores se solidarizam e se unificam em prol de uma causa que reverbera na materialidade de oportunidade de acesso ao direito que todos temos. Demonstra também que o Município realmente se mobilizou para que a Jornada se desenvolvesse. As fotografias abaixo confirmam o posicionamento da Alfabetizadora nas ações de mobilização no Município de Newton Bello.

Figura 10 – Reunião com o Comitê Mais IDH, Governo e MST



Figura 11 – Reunião com as Lideranças



Figura 12 – Reunião com Igreja Assembleia de Deus



Figura 13 – Reunião Comunidade Currupeirão**Figura 14** – Reunião com Assentamento 16 de Abril**Figura 15** – Seminário Municipal Jornada de Alfabetização do Maranhão: "Sim, eu Posso!" – Círculo do Cultura

Prefeito - Roberto Silva Araújo



Secretária de Educação - Josélia Sena



Seminário Municipal realizado em Newton Bello

Figura 16 – Presidente da Câmara, Coordenadora e Alfabetizadora no Seminário Municipal realizado em Newton Bello



Presidente da Câmara de Vereadores Adonias Araujo

Coordenadora de Turma Maura Moraes



Alfabetizadora

A mobilização acontecia com reuniões periódicas, divulgação nas rádios, Associações, igrejas, templos, com cantos, alegrias rodas de conversas sem excetuar as místicas, as canções populares e simbologias que motivavam e encantavam o público, sobre essa movimentação assim se expressa um dos Coordenadores.

[...] quando acompanhávamos os Municípios fazíamos muitas atividades culturais: brincadeiras de roda, músicas da infância, momento lúdico e prazeroso. Nos encontros também acontecia noite de música e poesia, com a mística da noite e da lua, ouvindo histórias, vivenciando uma prosa cantada. Muito emocionante. São lembranças de um passado que deixou saudades. (COORDENADOR 2 – FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

Os relatos dos Alfabetizadores e Coordenadores reforçam que a metodologia usada na Jornada favoreceu o movimento de implantação e implementação, tanto por parte dos envolvidos diretamente no processo quanto o

esforço, por parte da gestão local, no papel da SEEDUC, da sociedade civil e das demais instituições de Associação, mencionadas por alguns relatantes.

No que se refere ao espaço físico e logística, tomamos a fala de uma Coordenadora, que sintetiza o pensamento de todos os sujeitos:

Os locais onde acontecia as aulas eram bem iluminados, pois precisavam, tendo em vista que as aulas ocorriam anoite e tínhamos educandos com mais de cinquenta anos e alguns com problemas de visão, a gestão local e nós tivemos esse cuidado, além disso o espaço era amplo e com capacidade para atender o número de educandos matriculados e que proporcionasse a mobilidade dos educandos ao participarem de atividades diversificadas. (COORDENADOR 1, FORMAÇÃO PEDAGOGIA E LETRAS, ESPECIALISTA EM EJA, 2021).

Afirmaram ainda os pesquisados que no Município de Governador Newton Bello, a implantação e implementação da Jornada foi desenvolvida a contento e alcançou os objetivos propostos.

Os materiais que seriam elaborados pelos Alfabetizadores, sob a orientação dos Coordenadores durante a formação, corresponderam a realidade dos educandos, essa exigência é uma tônica nos documentos que orientam o processo de Alfabetização da Jornada. Contudo, além dos materiais confeccionados, foi disponibilizado um *pen drive* com as aulas, cadernos, mochilas para carregar material escolar e lápis, estes materiais/recursos estavam propostos no documento norteador da Jornada no item dos recursos financeiros. Em todas as salas de aula havia uma televisão de 20 polegadas, tendo em vista que para desenvolver o trabalho de alfabetização os educadores alfabetizadores necessitariam desse recurso, esse foi mais uma confirmação dos sujeitos. Os posicionamentos confirmam que as exigências impostas nos documentos que orientam a Jornada, referente ao material didático e recursos audiovisuais e tecnológicas foram cumpridas.

No entanto, no atinente o início do processo de alfabetização dos educandos, este foi retardado pelo fato, segundo os Alfabetizadores, da demora da entrega dos óculos aos educandos que precisavam deste auxílio para processar as leituras e a escrita.

Entre desafios e retardamentos o processo de Alfabetização da Jornada no Município em pesquisa iniciou em 31.05.16 e encerrou com o Seminário Estadual da Jornada de Alfabetização do Maranhão: “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura nos dias 16 e 17.02.2017, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Sobre o desenvolvimento da Alfabetização a discussão que trataremos na próxima subseção.

A despeito de toda essa mobilização, de acordo com Fabio Accardo⁵⁴, o trabalho de maior dificuldade da mobilização inicial de inscrição dos educandos, e posteriormente da formação das turmas na Jornada, tenha sido a árdua tarefa de ir desconstruindo a condição de Sísifo⁵⁵, maranhense, cita Cunha (1994, p. 59),

[...] do homem constringido a calcar durante a vida inteira a mesma estrada, de que ele é o único transeunte, trilha escurecida, estreitíssima e circulante, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constrictoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos – se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças e as ilusões ingênuas [...].

Eis o grande desafio da alfabetização de pessoas jovens e adultas que segue retardada, sobretudo pelos processos políticos educacionais que suprimem as oportunidades dos analfabetos e por suas histórias de vida, de trabalho, de pobreza e negação dos direitos.

No entanto, ao contatar com os sujeitos da pesquisa, e nos colocando também como alguém que participou desse movimento de implantação da Jornada em alguns Municípios maranhenses, vemos que toda esta mobilização nos faz repensar sobre esta trajetória e seguir, mesmo diante dos contratempos, precisamos acreditar nas possibilidades de mudanças e transformação da realidade.

4.2.2 Alfabetizadores e Coordenadores de Turma e a Jornada de Alfabetização no Município pesquisado

Ao realizar a pesquisa observamos pontos comuns nas falas das duas categorias de sujeitos, Alfabetizadores e Coordenador de Turma, desta forma, não sentimos necessidade de fazer diferenciação sobre as respostas até o momento.

⁵⁴Fábio Accardo de Freitas é formado em Ciências Sociais pela UNICAMP, especialista em Educação do Campo e Agroecologia pela USP e mestre em Educação pela UNICAMP e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, integrou a Brigada Salete Moreno como Coordenador Municipal da Jornada de Alfabetização do Maranhão.

⁵⁵Referência à história de Sísifo na mitologia grega. Sísifo foi considerado um grande rebelde por enganar os deuses e a morte. Por isso foi condenado a, por toda eternidade, rolar uma pedra de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha, sendo que toda vez que estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo até o ponto de partida, invalidando o duro esforço despendido e forçando Sísifo a começar de novo sua empreitada.

No entanto, ao tratarmos do desenvolvimento do papel de cada um, as respostas se diferenciaram, uma vez que ao dialogar sobre as concepções da EJA e Alfabetização, categorias escolhidas para estudo, entendemos que os caminhos percorridos pelos sujeitos da pesquisa favoreceram o entendimento sobre a Jornada bem como ampliaram possibilidades diversas em sua vida profissional, impactando na sua prática pedagógica.

Nesse sentido, **quanto ao papel desenvolvido**, todos os Coordenadores e Alfabetizadores responderam que conseguiram realizar as atribuições que estavam contidas no edital. Dentre elas o conhecimento e orientação quanto a utilização dos instrumentais de ensino-aprendizagem do método alfabetização proposto; participação ativa e assídua nos momentos reservados à formação pedagógica, planejamento, estudos individualizados e acompanhamento da Jornada, os Coordenadores acrescentaram que emitiram esforços no sentido de apoiar os alfabetizadores em todas as etapas da Jornada.

Os Alfabetizadores, mencionaram que conseguiram alcançar os objetivos proposto pela Jornada, mas deixaram registrado que o começo foi desafiante, tendo em vista que desconheciam o método adotado pela Jornada, assim, tiveram que demandar energia em estudos sobre o seu desenvolvimento e concepção teórica, além disso, a própria natureza do modelo de Alfabetização exigia um conhecimento prévio dos educandos, o que de certa forma também demandava compromisso.

No entanto, após o início da Jornada, todos os Alfabetizadores destacaram que,

[...] a cada dia os alunos demonstravam mais interesse e vontade de aprender. Era um método diferente e antes sempre tinha as místicas para que eles se sentissem acolhidos e assim tivessem interesse na alfabetização.

O posicionamento dos Coordenadores confirma e ilustram o que os Alfabetizadores disseram:

[...] conseguiram perceber que os educandos se desenvolviam na maioria das turmas de alfabetização, podendo ainda vislumbrar esse desenvolvimento no engajamento positivo do fazer pedagógico dos alfabetizadores. (COORDENADOR 1 - FORMAÇÃO PEDAGOGIA E LETRAS, ESPECIALISTA EM EJA, 2021).

[...] embora com muitos desafios dentre eles estudar os documentos para entender a proposta da Jornada e poder fazer as inferências necessárias durante o acompanhamento das atividades. Foi um grande desafio mesmo, novo método, novos alunos idosos com diferentes concepções, Pólos diferentes e realidades diferentes era atender a um objetivo comum que era

alfabetizar os alunos. (COORDENADOR 2 - FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

[...] desenvolvi meu papel de Coordenador de Turma seguindo as atribuições que foram colocadas no edital. No início, tudo novo gerou certo receio, mas como as formações, estudos, contatos com os Alfabetizadores e alunos conseguiram fazer com que a Jornada acontecesse de maneira excelente e alcançasse os objetivos para os alunos. No final foi muito rico todos os ensinamentos. (COORDENADOR 3 - FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

Nesta discussão, os sujeitos descreveram sua atuação na Jornada, enfatizando que todo saber adquirido no desenvolver da Jornada, tanto nas formações, como em todo período de realização do processo de alfabetização, bem como, o contato com as experiências do coletivo de educando, familiares e comunidade do Município, superou as expectativas que tinham em relação a Jornada, o estudo, compartilhamento de ideias proporcionou um leque de oportunidades para que pudessem realizar a contento o processo de alfabetização.

Acerca dessa discussão, achamos pertinente nos remeter a Freire (1983) quando menciona a necessidade de que os educadores e educandos partilhem continuamente de saberes de forma que eles não sejam repositórios de conhecimentos mastigados e engolidos, mas, sim, sujeitos conscientes de sua própria aprendizagem. No decorrer de todo aprendizado, somos cientes que a educação sozinha não transforma, mas ajuda no processo de mudança e nesse caminhar, indo de encontro ao que afirma Freire (1992, p. 14) ao dizer que “[...] não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico [...]”. Assim sendo, entendemos como os sujeitos da pesquisa que, alfabetizar jovens e adultos é um sério compromisso que proporciona alegria, na medida em que vemos que essa alfabetização oportuniza a esses educandos outros direitos.

De acordo com os documentos pedagógicos que orientam a Alfabetização da Jornada, a apropriação do conhecimento, que não se centra somente na alfabetização gráfica, mas, no conhecimento de mundo, na politização e emancipação (MARANHÃO, 2016), é mediada pelo diálogo, segundo os Alfabetizadores,

[...] no fazer junto e este caminhar foi possível ser realizado em todos os momentos das aulas as quais sempre foram dinâmicas, com estratégias diversificadas onde o educando participava de todas as atividades [...]. (ALFABETIZADOR, 2021).

As fotografias tiradas durante este processo ilustram o que os sujeitos da pesquisa afirmam.

Figura 17 – Exposição de atividades desenvolvidas durante a Jornada



Cenário onde divulgavam as ações realizadas

Para relatar a **avaliação que os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma fizeram sobre a Jornada**, retomamos a pesquisa Estado da Arte com a categoria de análise sobre os Programas de Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tinham como objetivo analisar as repercussões de Programas na escolarização e na profissionalização dos jovens, uma vez que muitos dos Programas estão relacionados à descontinuidade das políticas.

As pesquisas destacaram que a relevância social se constituía na compreensão das relações com os saberes e as influências dos Programas no âmbito dos processos de aprendizagem, de inserção pessoal e social dos jovens e adultos.

Em interlocução com o Estado da Arte e as proposituras dos documentos que orientam a Jornada, entendemos que para se analisar o processo de Alfabetização, ou mesmo o desenvolvimento de Programas desta natureza, precisamos conhecer os elementos que fundamentaram o trabalho dos Alfabetizadores, o contexto de vida dos educandos, na certeza de que estes estão

vinculados às suas condições de luta pela sobrevivência e por isso o acesso à escola requer que planejamento educativo que atenda as especificidades deste grupo etário.

Nesse sentido, cremos que os Programas Educativos da natureza da Jornada de Alfabetização, tem propósito de trazer positividade para a vida das pessoas, além disso, como enunciado pelos sujeitos da pesquisa, destes espaços de conhecimento e trocas de saberes coletivo, “nasce uma nova esperança”, o que se encontra ressonância nas palavras de Freire (2011, p. 5), quando este menciona que “[...] a esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica [...]”. Cabe destacar que o autor não se remete ao conceito de esperança ingênua, mas uma consciência que está ancorada a uma práxis que favorece sua concretização, por essa premissa, os Alfabetizadores e Coordenadores de Turma, como mobilizadores e educadores da Jornada, profissionais que participaram da objetivação e de seus propósitos, acreditam que estas ações mesmo a longo prazo trazem benefícios aos educandos, o que pode ser confirmado por seus posicionamentos.

Para dar mais fidedignidade a nossa pesquisa ilustramos com o quadro a seguir algumas questões referentes ao desenvolvimento da Jornada no Município pesquisado, isso porque os elementos discriminados abaixo são fatores preponderantes em um processo de Alfabetização, em especial na Alfabetização de Jovens e Adultos:

- a) quantitativo de educandos nas turmas.
- b) evasão e nível de interesse pelas aulas.
- c) necessidade de mudança na metodologia ou utilização de outros recursos no desenvolvimento da Jornada.

Quadro 11 - Quantidade de educandos e evasão por turma

Alfabetizador	Iniciou	Concluiu	Evadiu
A1	18	17	1
A2	12	15	-
A3	09	08	1
A4	12	15	-
A5	12	15	-
A6	12	15	-
A7	13	14	-
A8	15	13	2

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora (2021)

Pode-se observar no quadro que a evasão nas turmas dos Alfabetizadores pesquisados foi mínima e este número foi compensado em outras turmas quando houve acréscimo de educandos no início da Jornada.

Quanto ao interesse pelas aulas e alteração na metodologia, a resposta dos Alfabetizadores foi unânime: os alunos participavam bastante das aulas, sempre interessados e gostavam das místicas que eram realizadas no início das atividades. A metodologia da Jornada era muito boa, não sendo necessário mudanças na rotina, planejamento e recursos. Somente uma Alfabetizadora disse ter feito adaptação para “não virar rotineiro”, sendo que mesmo assim não fugia do planejamento.

Diante das respostas dos Alfabetizadores, é importante refletir que ao decidir retornar os estudos ou iniciá-lo, jovens e adultos precisam replanejar suas vidas, algumas são donas de casa, estão cuidando de seus filhos ou netos, outros trabalhando para manter suas famílias, outros necessitando de novas oportunidades para sobreviver ou até mesmo melhorar sua autoestima. Neste contexto, para que não ocorra a evasão, as condições de ensino e aprendizagem necessitam ser garantidas, estas perpassam pelo ambiente acolhedor, estimulador, motivador, com atividades que discutam o cotidiano da vida dos educandos, portanto significativas, e desafiadoras e, sobretudo associadas aos contextos socioculturais destes jovens e adultos.

A boa interação dos Alfabetizadores e educandos é essencial e esta relação deve acontecer em um clima que facilite a aprendizagem.

Segundo os depoentes, o processo da Jornada desde a sua organização até a finalização passando sobretudo pelo momento de alfabetização, proporcionou estudo, aumento de conhecimento, planejamento, organização e proposituras metodológicas, elementos advindos das exigências da proposta pedagógica da Jornada, o que por sua vez, facilitou o processo de aprendizagem, e contribuiu para a apropriação do conhecimento e alcance dos objetivos.

Para os Alfabetizadores, a Jornada, em sua proposta diversificou as aulas fugindo da educação bancária tradicional. Sua metodologia encampou estratégias diversificadas, caminhos pedagógico que possibilitaram a permanência dos jovens e adultos na Jornada, evitando a evasão escolar, que ao nosso ver é fruto de um sistema excludente que afeta muitos, diante disso entendemos a Jornada como um espaços educativos e pedagógico, que segundo Arroyo (2011, não paginado) “[...] ultrapassa

os limites da escolarização [...] voltado para a formação humana de sujeitos que estão situados em um tempo de vida e que possuem especificidades próprias [...]”.

No que se refere a evasão, o quadro a seguir indica as respostas dos Coordenadores de Turma.

Quadro 12 - Houve evasão nas turmas que você coordenou? Se sim, a que você atribui a evasão? Tem como mensurar o quantitativo da evasão?

Coordenadores	Respostas dos Coordenadores de Turma
C1	“Sim, porém ressalta ter sido poucos os educandos que evadiram e que dentre os possíveis fatores que influenciaram pode ter sido devido a faixa etária, a maioria eram idosos que vinham do trabalho informal, trabalho pesado e que pelo cansaço ficavam indispostos para retornar a noite até a escola. Quantitativo de evasão aproximadamente 15% das turmas que acompanhou, que foi em torno de 7.”
C2	“Sim, mas não foi significativo, nos Polos que acompanhei, 90% concluiu e a evasão pelo que foi sondado era por que muitos estavam cansados ao retornar do dia difícil de trabalho. Alguns não puderam continuar porque ficaram tomando conta dos netos para os filhos pudessem concluir seus estudos ou trabalhar.”
C3	“Sim, devido o cansaço do trabalho, às vezes doença e no início teve a questão dos óculos, eles tinham problemas de vista e a maioria não tinha condições de comprar. A Jornada ofereceu esta possibilidade para eles, foi um incentivo a consulta e os óculos para que pudessem continuar seus estudos.”

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora (2021)

De acordo com as respostas, a Jornada foi positiva, Alfabetizadores e Coordenadores de Turma revelaram isso durante todo percurso de suas falas, para eles as ações viabilizaram mudanças de paradigmas, de práticas tradicionais trazendo possibilidades de avaliação constante. Estas mudanças aconteceram face a proposta da Jornada, que ofereceu uma metodologia emancipadora, possibilitando quebra na rotina que ultrapassou o ensino tradicional proporcionado uma alfabetização que dialogou com o contexto dos educandos, portanto, motivadora.

Outro fator que merece destaque foi o posicionamento do C1, no que se refere a continuidade dos estudos dos educandos:

[...] encontrei educandos da Jornada que estavam inseridos em três turmas de EJA e eram destaque entre os outros alunos [...]. (COORDENADOR, 2021).

O depoimento acima é importante por fazer relação com o propósito desta subseção, a qual se refere a avaliação que os sujeitos pesquisados fazem sobre a Jornada.

4.2.2.1 Objetivos e mensuração proposto na alfabetização dos educandos

No que se refere aos objetivos propostos sobre a Alfabetização dos educandos e mensuração em quantitativo, todos os **ALFABETIZADORES** disseram que a Jornada alcançou os objetivos para além do proposto e mais uma vez enfatizaram que seria muito bom sua continuidade, foi uma grande vitória para os educandos, alguns não sabiam nem pegar no lápis corretamente, nenhum citou percentual.

Acerca dos objetivos propostas, os **COORDENADORES** relataram que,

A Jornada conseguiu parcialmente alcançar os objetivos propostos, erradicando o analfabetismo no MA, pois no Município de Newton Bello constatou que muitos foram alfabetizados, praticamente 70% conseguiram escrever palavras básicas e seus respectivos nomes. (COORDENADOR 1 - FORMAÇÃO PEDAGOGIA E LETRAS, ESPECIALISTA EM EJA, 2021).

De acordo com a proposta da Jornada praticamente 90% conseguiu ser alfabetizado. Lógico que para atingir o melhor nível de compressão precisaria da continuidade nos estudos, foram somente 8 meses e muitos não sabiam nada, estavam quase na garatuja. (COORDENADOR 02- FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

Conseguimos tornar realidades para muitos alunos o sonho de escrever seus nomes, cartas, bilhetes, ler a bíblia, escrever e ler receitas, assinar a agenda dos netos [...] um sonho que talvez não teriam conseguido realizar se não fosse a Jornada. (COORDENADOR 03- FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021)

Uma questão recorrente em quase todas as declarações dos sujeitos foi a oportunidade de ter acesso a Carteira de Identidade (CI) ou Registro Geral (RG), após dominarem a escrita dos próprios nomes, isso porque antes utilizavam com identificação a digital.

Do acordo com estes depoimentos, bem como os documentos avaliadores, a primeira fase da Jornada de Alfabetização realizada no Município Governador Newton Bello alcançou os objetivos propostos. A este propósito é oportuno lembrar que no decorrer das entrevistas, as falas também se desdobraram para o desenvolvimento da Jornada para além do Município Newton Bello, desta feita os sujeitos reforçaram as informações contidas no Relatório Final da Jornada⁵⁶, em que

⁵⁶Relatório Final – documento produzido pela Coordenação do Projeto da Jornada de Alfabetização no Maranhão "Sim, eu Posso!" - Círculo de Cultura - contrato nº 019/2017/SEDUC/FSADU, apresentado ao governo do estado em junho de 2018, como prestação de contas das ações realizadas.

situa a ação ocorrida durante treze meses de trabalho da Brigada de Alfabetização Salete Moreno:

Nestes treze meses de intenso trabalho, maio de 2017 a junho de 2018, a Jornada de Alfabetização do Maranhão mobilizou diretamente mais de 21 (vinte e uma) mil pessoas, entre eles: 192 coordenadores de turmas, 1.350 educadores/turmas e 20.034 educandos, reduzindo entre 24% e 94% o número de analfabetos nestes quinze municípios, onde 13.863 pessoas conquistaram o direito de ler e escrever. Para além da perspectiva objetiva, a Jornada construiu um importante ambiente favorável à sociabilidade e à elevação da cultura geral e, por conseguinte, colaborou com o fortalecimento da cidadania e com o resgate e/ou construção da identidade dos munícipes. Além disso, as atividades da Jornada de Alfabetização mobilizaram outros milhares de pessoas em atividades culturais, sociais, políticas e pedagógicas, espalhando suas ações formativas para o conjunto da população. (RELATÓRIO FINAL DA JORNADA, 2018, não paginado).

Como vimos anteriormente a mobilização citada pelo Relatório de Avaliação também ocorreu no Município em que desenvolvemos a pesquisa, está de acordo com os depoimentos dos sujeitos, envolveu além da gestão local, por meio da SEDUC, outras instituições, associações e comunidade em geral.

Apesar da avaliação positiva que os sujeitos fazem da Jornada, a qual se complementa com as informações do Relatório de Avaliação, sabemos que o desenvolvimento de uma política ou Programa de Alfabetização traz em si grande complexidade, porque depende de inúmeros elementos, que vão desde os contextos, as vivências dos envolvidos e os processos pedagógicos e metodológicos de que desenvolve o Programa, sobre esse últimos que consideramos relevante para nossa pesquisa, discutiremos na subseção seguinte

Figura 18 – Entrega dos certificados da Jornada “Sim, eu Posso!” para os Educandos



4.2.2.2 Desafios pedagógicos e/ou metodológicos junto aos Alfabetizadores

De acordo com os Coordenadores, ocorreram alguns desafios pedagógicos no que se refere ao acompanhamento dos Alfabetizadores uma vez que a Jornada trouxe a proposta de um método pedagógico que muitos não tinham se apropriado em sua prática: educativa tais como o desenvolvimento dos Círculos de Cultura, associação de números a letras, místicas, enfim todo planejamento requeria embasamento teórico, saberes diferenciados, mudanças de paradigmas.

Aliados à essa premissa, existia os estudos sobre os fundamentos do método proposto por Freire, pois este, parte dos saberes que os educandos trazem consigo. Todo esse arsenal de novidades se constituía como um desafio para os Alfabetizadores e também para os próprios Coordenadores, pois desenvolver uma alfabetização nos moldes da proposta pela Jornada, leva tempo, requer muito estudo e compromisso, pois como assevera Freire (2005, p. 87), “[...] a ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer ‘bancária’ ou de pregar no deserto.”

Este pensamento reafirma a importância de vencermos os desafios pedagógicos e/ou metodológicos que toda e qualquer proposta inovadora de alfabetização requer, desafio de promover a descoberta da escrita como um instrumento de reflexão em que o Alfabetizador estabelece vínculos com os educandos, inserindo-os em práticas sociais de leitura e escrita. É necessário estudo, prática, cumplicidade, sujeitos participantes e por meio do diálogo conseguir superar as diferenças existentes para alcance de uma aprendizagem significativa valorizando os saberes até então adquiridos.

Assim, a Jornada foi considerada uma ação muito significativa, histórica e que deixou sementes, como Bernat *et al.* (2019, p. 82-83) dizem:

A Jornada pode ser caracterizada como uma das ações históricas no campo da alfabetização de jovens, adultos e idosos no estado e marcará a história de muitas mulheres e homens que participaram desse processo nas suas mais diversas formas de inserção, como um espaço de formação política, pedagógica e também ideológica e que introduziu ou (re)alimentou a concepção de que é possível construir uma perspectiva de mudança.

E seguindo sobre os **resultados da Jornada no que se refere ao processo de Alfabetização**, na perspectiva de aprofundar a análise acerca destes resultados na aprendizagem dos educandos, insistimos com os sujeitos pesquisados

sobre as exigências da proposta de Alfabetização em tela, que se centra sobre a escrita de uma carta, como avaliação final, para definir o nível de Alfabetização dos educandos, assim, buscamos entender esta avaliação a partir de alguns elementos, a saber:

4.2.2.3 Articulação de ideias e das palavras escrita ortograficamente corretas

No que se refere a escrita da carta, o detalhamento do nível de complexidade da escrita, articulação das ideias e das palavras, todos os **ALFABETIZADORES** responderam que os educandos conseguiram realizar a carta sendo que em níveis diferentes. Alguns com orientação mais direcionada do Alfabetizador e outros com esforço próprio, até a escrita do próprio nome foi uma conquista. Alguns com grandes dificuldades ortográficas, contudo, demonstravam clareza e compreensão nas ideias expressadas. O relato dos sujeitos clarifica essa questão:

A carta era algo que eles tinham que criar e poderia ser direcionada para qualquer pessoa, as letras ainda sem jeito, mas com toda forma. (ALFABETIZADOR 2 – FORMAÇÃO MAGISTÉRIO, 2021).

Eles conseguiram escrever bilhetes e cartas de agradecimento, alguns com mais dificuldades na hora de articular as ideias e ainda com entraves na ortografia, mas todos, respeitando seus limites conseguiram atingir o objetivo da Jornada. (ALFABETIZADOR 4 – FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

Pelos relatos compreendemos o grau de dificuldade enfrentado pelos educandos ao realizar essa avaliação. Como em toda educação desenvolvida os resultados das avaliações não são homogêneos, estes variam de acordo com os contextos, histórias de vida dos educandos e momento em que a avaliação é processada.

No que se refere às articulações de ideias e das palavras, os sujeitos A1, A5 e A7, relataram aspectos relevantes, que observaram durante as leituras e afirmam assim como tinham os educandos que apresentavam dificuldades, outros não tinham este problema. Ocorre que tinham muito receio e vergonha de errar a pronúncia, quando solicitados realizarem leituras para o coletivo, contudo, as ideias eram contextualizadas, acrescentaram ainda estes sujeitos que o conteúdo apresentado na escrita resgatava o sentimento de gratidão, para completar essa proposição nos apropriamos de dos estudiosos quando afirma que,

[...] a alfabetização não pode ser reduzida ao mero lidar com letras e palavras, como uma esfera puramente mecânica, mas é preciso ir além dessa compreensão rígida da alfabetização e começar a encará-la como a relação entre os educandos e o mundo, mediada pela prática transformadora desse mundo, que tem lugar precisamente no ambiente em que se movem os educandos. (FREIRE, 2006, p. 12).

Observamos que a avaliação por meio da escrita de uma carta, alia a técnica da grafia a subjetividade do educando, respeitando a sua ontologia, o que coaduna com as proposições dos documentos orientadores da Jornada, pois a carta tão esperada possui um caráter pessoal, não oficial, assim os Alfabetizadores trabalharam diversas estratégias com muitos estímulos para que os educandos alcançassem os objetivos propostos.

Quadro 13 - Respostas dos Alfabetizadores

Quantidade de educandos que conseguiram ler e escrever a carta		
Alfabetizador	Ler	Escrever
A1	17	17
A2	15	15
A3	08	08
A4	15	15
A5	15	15
A6	15	15
A7	14	14
A8	13	13

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora (2021)

Podemos observar que para os Alfabetizadores, todos conseguiram ler e escrever a carta, entendendo que o nível de leitura e escrita se diferenciam, mas o objetivo maior que era o entendimento do que era escrito e lido foi alcançado.

Quanto ao entendimento da construção da carta, no que se refere às articulações de ideias e das palavras ortograficamente corretas, os **COORDENADORES** relataram que:

A carta foi compreendida como uma forma de concretizar a alfabetização, ou seja, os mesmos mostraram avanços significativos no que tange aos objetivos da Jornada. (COORDENADOR 1- FORMAÇÃO PEDAGOGIA E LETRAS, ESPECIALISTA EM EJA, 2021).

A carta foi mais um elemento que nos levou a refletir sobre a importância da alfabetização. Um momento muito rico onde os alunos conseguiram se expressar e mesmo a carta contendo erros ortográficos demonstraram ter conhecimento do todo, ou seja, as ideias foram entendidas. (COORDENADOR 02- FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

No final, quando os alunos trocaram as cartas ou bilhetes foi um momento de emoção, eles leram para seus colegas na sala e também nos Seminários Municipal e Estadual, onde entregaram ao Governador uma das cartas de agradecimento que fizeram”. Mesmo com os erros ortográficos, todo o conteúdo foi entendido e as ideias estavam bem claras. (COORDENADOR 03 - FORMAÇÃO PEDAGOGIA, 2021).

Segundo os sujeitos pesquisados, os educandos conseguiram passar por todas as etapas que o processo de alfabetização da Jornada exigia, no decorrer das aulas foram estimulados a produzir uma escrita em forma de orações, mensagens curtas, recado, frase, carta pessoal, essas foram as possibilidades de gêneros textuais a serem escritos para demonstrarem o que aprenderam e posteriormente à escrita, realizaram a leitura da produção. É importante entender que os erros de pontuação ou ortográficos não determinam que o educando de fato esteja alfabetizado. Para Díaz (2005, p. 14),

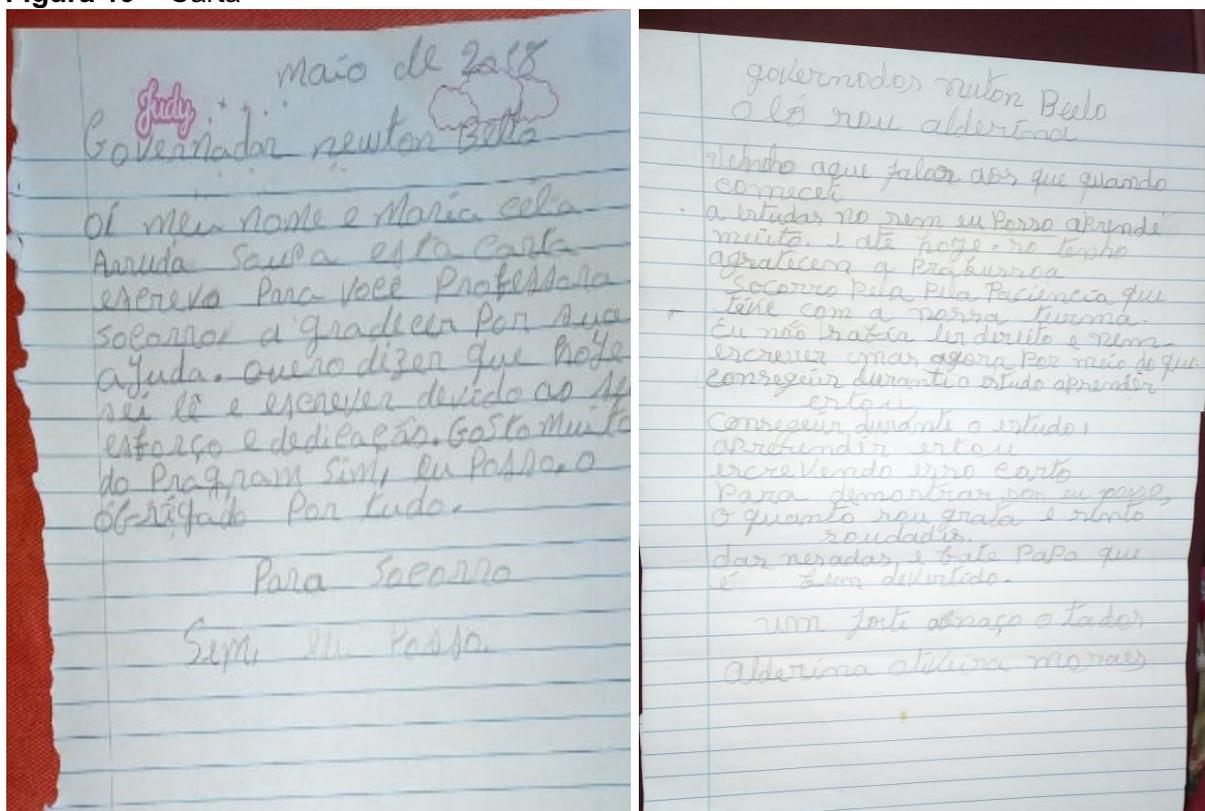
[...] uma pessoa alfabetizada é aquela que possui capacidade de comunicar-se por escrito mesmo que de forma simples. Sabe ler o que escreve mesmo com algumas limitações e principalmente leituras que sejam de seu interesse internalizando o que aprendeu.

Com esse pensar, a proposta da Jornada enfatiza que o não saber ler e escrever numa sociedade letrada, impõe aos jovens e adultos diversas dificuldades que podem ser vividas como situações de dominação, humilhação, indiferença uma vez que saber ler e escrever, além de ser um direito é uma necessidade humana e um dos caminhos para a emancipação. A partir do exposto, pensamos que ao mencionar a produção da carta, como uma possibilidade de entendimento da leitura e da escrita, a proposta pedagógica da Jornada reafirma que “[...] essa atividade nos permite avaliar se cada um é capaz de ler com fluidez e de redigir palavras, frases, mensagens e textos simples [...]” (MARANHÃO, 2017, p. 49). E o alcance deste objetivo, está alicerçado em todo caminhar da proposta de aplicabilidade da metodologia do Círculo de Cultura.

Neste sentido, conforme os sujeitos pesquisados relatamos que a sistematização dos resultados de apropriação da escrita e leitura foi realizada no mesmo instrumental da avaliação sistemática e subsidiou a continuidade do planejamento das aulas com o Círculo de Cultura. A Jornada entende que os adultos

por toda sua trajetória de vida e experiências acumuladas aprendem de uma forma diferenciada, mas sempre articulada ao que já está inserido em seu dia a dia por isso é importante a estimulação, respeito, carinho, atenção constante por parte dos educadores. Estes saberes puderam ser observados em todo caminhar da Jornada e muito discutido quando os educandos produziram sua carta e em conjunto ao apresentarem no círculo de conversa suas produções manifestaram sentimento de gratidão, satisfação pessoal o que pode ser apreciado nas cartas produzidas.

Figura 19 – Carta



Podemos finalizar as análises afirmando que todo conhecimento foi importante para a construção de saberes e que a Jornada possibilitou a aprendizagem significativa para todos os envolvidos permitindo ampliação de conhecimentos incluindo as práticas pedagógicas dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma responsáveis pela Alfabetização. Ela foi além do ensino da leitura e escrita, promoveu mudanças sociais e contribuiu com a formação integral dos educandos, sua organização metodológica propiciou o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, esta conclusão pode ser reafirmada com a apreciação das fotos de encerramento da Jornada no Município de Newton Bello.

Para o encerramento da etapa da Jornada foi organizado um Seminário dividido em duas partes, a primeira com os professores Alfabetizadores e a segunda com Alfabetizadores e Educandos.

Figura 20 – Formatura da Jornada "Sim, eu Posso!" em Governador Newton Bello



Entrega de Diplomas dos Alfabetizados pelo Prefeito Roberto do Posto, Secretária de Educação Josélia Sena e demais convidados



Secretário de Estado da Educação Felipe Camarão diplomando a alfabetizanda

O Secretário, Felipe Costa Camarão esteve presente e falou da importância da Jornada "Sim, eu Posso!" para a melhoria do IDH e IDEB do Município celebrando e ratificando parcerias existentes para a manutenção de Programa e demais ações educacionais no Município.

Figura 21 - Registros do Encerramento da Formatura



Foto de Encerramento da Formatura

Senhor **Agápito**, aluno do “**Sim, eu Posso!**”, um dos alfabetizados após os 65 anos de idade, declarou em público sua satisfação de conhecer as letras e já poder ler.

Figura 22 – Seminário Estadual com o Encerramento da Jornada



Coragem, resistência e superação, esses foram os sentimentos no Seminário de Encerramento Estadual da Jornada de Alfabetização do Maranhão: “**Sim, eu Posso!**” que aconteceu entre os dias 16 e 17 de fevereiro no Centro de Convenções, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este estudo com a compreensão de que os resultados aqui apresentados são provisórios e sujeitos a novas leituras e contribuições, visto que na área de pesquisas sociais o conhecimento sempre pode ser ampliado.

A Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura é uma das ações do Programa Escola Digna que adveio do Plano de Ações Mais IDH, elaborado em 2015, pelo governo do Estado do Maranhão, este documento consistia em uma série de medidas que priorizavam o desenvolvimento dos trinta Municípios que apresentavam o mais baixo IDH, apontados pelo Censo 2010. Desta forma, a Jornada vem se desenvolvendo em fases, sendo que a primeira etapa se iniciou em 2016 e abarcou oito municípios.

Nossa pesquisa tem como lócus o Município de Governador Newton Bello um dos Municípios em que a Jornada se desenvolveu na primeira fase.

Os documentos que orientam a Jornada de Alfabetização, nomeiam com os objetivos promover alfabetização para os jovens e adultos residentes nos Municípios de menor IDH do Maranhão; proporcionar a elevação de emprego e renda destas pessoas, bem como oportunizar o acesso ao mundo digital.

Nosso estudo tomou como recorte a primeira finalidade da Jornada, a Alfabetização, fenômeno este que assola o território maranhense, colocando nosso Estado na 17ª posição entre os Estados brasileiros em número de analfabetos.

Desde os documentos preliminares até o último que indica os caminhos e as concepções teóricas metodológicas que orientam a Jornada, foi recorrente a tônica de que o seu acento teórico metodológico está sustentado na perspectiva do IPLAC - “Sim, eu Posso!”, que se apoia nas contribuições que defendem a ontologia humana e coloca o educando/a na centralidade do processo educativo. Centrado ainda na metodologia dos Círculos de Cultura de Paulo Freire, que adota o diálogo como categoria mediadora do processo educativo, bem como a compreensão de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

Na esteira desta lógica a proposta pedagogia da Jornada, estabelece como avaliação da aquisição da alfabetização dos educandos, além de todo o seu desenvolvimento durante a Jornada, que ocorreu de forma processual, a produção e leitura de uma carta, que não tivesse conotação oficial, requerido pelo mundo letrado que requer uma escrita formal, mas, uma carta em que por meio dela os educandos

pudessem expressar sua subjetividade, emoções e sentimentos, de forma coloquial colocando-os desta forma, no centro do processo educativo e respeitando a sua ontologia humana.

Nesta perspectiva intentamos o estudo objetivando analisar o processo de alfabetização dos educandos da Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello considerando as contribuições dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma.

Para o alcance deste objetivo, buscamos contextualizar os desdobramentos históricos da EJA no Brasil e Programas de Alfabetização que entremearam a Educação de Jovens e Adultos, priorizando a Jornada de Alfabetização “Sim, eu Posso!” - Círculo de Cultura, objeto de nosso estudo.

Partindo dessa premissa, o alcance dos objetivos desta pesquisa foi uma tarefa desafiadora e complexa devido aos obstáculos que enfrentamos com o surgimento da pandemia. Fez-se necessário alterar o objeto de estudo e algumas reformulações em nosso percurso metodológico. Na metodologia, a princípio, pretendíamos investigar os educandos da Jornada utilizando a técnica do grupo focal, no entanto, com a reformulação da pesquisa, realizamos entrevista no modelo remoto com a utilização das TICs e com Alfabetizadores e Coordenadores de Turma.

Ao analisar alguns trabalhos de teses e dissertações, com o Estado da Arte, como parte do nosso processo de apropriação do objeto em estudo, entendemos a complexidade que há sobre o Programa e a articulação entre o processo de Alfabetização de jovens e adultos bem como sua continuidade na EJA.

Para responder nossas inquietações demonstradas por nosso objetivo de pesquisa, buscamos entender sobre Alfabetização nos apoiamos em estudiosos que nos possibilitaram entender a relação de saberes sobre Alfabetização, Programas, EJA e o papel de educandos. Assim, dialogamos com Freire (1987) e Ireland (2014), ressaltando a EJA e os Programas de Alfabetização de Adultos; Arroyo (2011), Haddad (1994; 2000) e Carvalho (2011), foram fundamentais para repensar a EJA do âmbito de sua historicidade e políticas públicas; na Alfabetização enfatizaremos Ferreira (2011) e Soares (1999) e quanto aos Programas Educativos nos reportamos a Díaz (2005), Di Pierro (2000; 2005) e Gondim (2011; 2021). Além de documentos oficiais que legitimam o objeto de estudo, dentre eles as Leis (nº 9.394, de 20/12/96; nº 13.005, de 25/06/14; nº 10.099, de 11/06/14, Lei 10.172, de 9/01/01); Resolução nº 02/2011 - CEE/MA; Decreto nº 30.612, de 02/01/15 e Parecer CEB nº 11/2000 que

trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Documentos como o Plano de Ação Mais IDH, Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Estadual de Educação (PEE 2013-2023), além de dados do Censo Escolar (2010) e por fim, dialogamos com Alfabetizadores e Coordenadores de Turma que acompanharam a Jornada no Município de Newton Bello.

Como já mencionado neste estudo, a pesquisa se desenvolveu com 03 Coordenadores de Turma e 08 Alfabetizadores, sendo que a maioria dos alfabetizadores estão na faixa etária de 30 a 39 anos que corresponde a 55% dos pesquisados, os demais se enquadram na faixa etária de 25 a 29 anos (28%) e a partir de 50 anos (17%). No item estado civil, dos participantes era casado (50%), solteiro (37%) e divorciado (13%), sendo 75% feminino e 25% masculino, quanto aos Coordenadores de Turma 67% estão na faixa etária de 30 a 39 anos (67) e os demais 25 a 29 anos (33%). O estado civil dos pesquisados é de 37% casados e 67% solteiro, sendo 67% feminino e 33% masculino.

No que se refere a formação, 50% dos Alfabetizadores são formados em Pedagogia e 50% somente o Magistério já os Coordenadores de Turma, 67% são Pedagogos e um Coordenador equivalente a 33% tinha formação em Pedagogia e Letras com especialização em EJA.

Estes sujeitos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma responderam questões que se articulam com o nosso objetivo de pesquisa que versaram sobre:

- a) Entendimento sobre a Jornada de Alfabetização;
- b) Processo de organização da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado;
- c) Desenvolvimento dos seus papéis como Alfabetizadores e Coordenadores de Turma;
- d) Seus olhares avaliativos sobre a Alfabetização processada pela Jornada, centrando na exigência da escrita da carta, como um dos instrumentos avaliativos da Alfabetização dos educandos.

O posicionamento dos sujeitos nos encaminharam a compreender que a organização da Jornada no Município contou com a contribuições que foram além da gestão local, atingiu a comunidade e outras instituições, tendo inclusive vários dos sujeitos da pesquisa envolvidos neste processo. A partir do engajamento dos sujeitos no movimento de organização da Jornada, podemos observar que desde o início estes já vinham exercendo o seu papel.

Da mesma forma relataram os sujeitos que ocorreu o processo de formação, tanto antes de iniciar a Jornada, como durante o processo, formação continuada que ocorria a cada quinzena. A estrutura física do local onde funcionou a Jornada, foi escolhida com muito cuidado, locais arejados, com iluminação adequada e com salubridade, da mesma forma, a elaboração do material didático, recursos áudios visuais e etapas de desenvolvimento da Jornada, ocorreram de forma a contento, sendo que houve retardamento no início devido à demora do recebimento dos óculos para os educandos.

No tocante à Alfabetização dos educandos os dados do Relatório Avaliativo da Jornada revelam que 873 educandos foram alfabetizados

No entanto, se considerarmos a leitura da carta, como elemento comprovador da Alfabetização dos educandos, como requer os propósitos da proposta da Jornada, o relato dos sujeitos expressa que houve uma grande variação, obviamente que as visões dos sujeitos, Coordenadores e Alfabetizadores, estão permeadas pela a avaliação processual, que desenvolveram no decorrer da Jornada.

Nesta linha condutora, após nossas análises, estabelecemos grupos para identificar as decorrências do processo de Alfabetização da Jornada:

Grupo 1 - a maioria que de acordo com os sujeitos caracteriza-se como a maioria, cerca de 75% escreveram a carta expressando as ideias de forma coerente, mas, não com o grau de complexidade de uma lauda e sem equívocos ortográficos, contudo sabiam ler corretamente;

Grupo 2 - seguiu o mesmo padrão do grupo 1, contudo tinham dificuldades em ler, principalmente em público, nos Círculos de Cultura;

Grupo 3 - escreveram e leram a carta faltando poucos linhas para uma lauda, com poucos equívocos ortográficos e com um grau de articulação de ideias que permitia compreensão.

Pelo exposto podemos inferir a que a Jornada de Alfabetização "Sim, eu Posso!" - Círculo de Cultura desenvolvida no Município de Governador Newton Bello, contemplou as expectativas dos documentos orientadores, bem como do Município.

A propósito do mencionado, nos apropriando do pensamento de Bernat, quando expressa que:

A Jornada de Alfabetização que o Governo vem desenvolvendo no estado vai além do ensino da leitura e da escrita, é acompanhada de mudanças sociais profundas, que estão perpassando por questões sociais e econômicas sem

as quais a alfabetização não teria o menor significado para quem esperou por décadas por esse momento. (BERNAT *et al.*, 2019, p. 10).

Para finalizar nos recorreremos a Portela (2021) quando expressa que mesmo com os desafios impostos pelo momento pandêmico advindo do COVID-19, e outras questões conjunturais provocadas pelo atual governo do nosso país concluímos este trabalho, no qual foram envolvidos sujeitos, contextos e processos. Assim, nos esforçamos para estabelecer uma contraposição à ideia da neutralidade, em que os resultados de pesquisas se encerram em si mesmos como algo definitivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisca Elenir; GADOTTI, Moacir (org.). **TOPA: Todos Pela Alfabetização: Bahia 2007-2014**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.
- ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: GIOVANETTI, M.; GOMES, N.; SOARES, L. (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trad. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001.
- BENÍCIO, M. N. M. **A Construção da Escrita na Alfabetização de Jovens e Adultos**. 2015. 411 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BENÍCIO, Miliane Nogueira Magalhães. **A construção da escrita na alfabetização de jovens e adultos**. 2015. 411 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BERNAT, Isaac Giribet *et al.* (org.). **Jornada de Alfabetização do Maranhão: Mobilização Popular, Cultura e Emancipação**. São Luís: EDUEMA, 2019. p. 132.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB nº. 11/2000**. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRASIL. **Lei N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto-lei nº 62.484 de 23 de março de 1968**. Aprova o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Brasília, DF: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. 1973b.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Documento básico de treinamento: Mobral**. Rio de Janeiro, 1973d. 66 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro 1967**. Prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. 1973a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação Para Todos**. Brasília, DF: MEC, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base Nacional preparatório à VI CONFINTEA**. Brasília, DF: Fórum EJA, 2017. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Alunas e alunos da EJA**. Brasília: MEC, 2006. (Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas**. Organizado por Paulo Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, DF: MEC, 2016.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO. Marcelo P. **As políticas para a educação de jovens e adultos nos governos Lula (2003-2010): incongruências do financiamento insuficiente**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Luís, 2011.

COSTA, Roberto Mario Cunha da. **Mobral: nascimento, vida, paixão e morte**. Rio de Janeiro, RJ: Shogun Editora e Arte, 1986.

CUNHA, Euclides. **Um clima caluniado: um paraíso perdido**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 59.

DI PIERRO, M. C. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. 2000. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Massagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, SP, v. 2, n. 1, p. 196-209, 2005.

DÍAZ, L. I. R. **“Yo, sí puedo”**: un programa para poner fin al analfabetismo. Cuba, La Habana: Ediciones Abril. 2005.

DUARTE, Cláudia Costa. O movimento dos fóruns de EJA: história de construção coletiva da política pública de EJA. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL CÁTEDRA DA UNESCO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 1., 2013. **Anais [...]** [S.l.: s.n.], 2013.

EBY, F. **História da educação moderna: séc. XVI/séc. XX.** 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas escolar do Maranhão: espaço geohistóricocultural.** João Pessoa: Grafset, 2006.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire: a reinvenção de um legado.** 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2011. (Série Educação de Adultos; v. 2).

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação.** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FREIRE, Paulo. A educação é um quefazer neutro? *In*: GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** São Paulo: Ática, 2002. p. 254.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** 3. ed. São Paulo: Centauro, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança v. 1.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a Pedagogia do Oprimido.** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURTER, Pierre. **Educação e vida.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

GADOTTI, M. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Educação de Adultos; 1).

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Paulo Freire e Almicar Cabral: a descolonização das mentes. **Revista Educação**, Juiz de Fora, n. 24, p. 125-145, jun. 1999.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Epistemologia da Pesquisa em Educação.** Campinas, SP: [s.n.], 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GONDIM, Edinólia Portela. **Juventude e cidadania: na trilha da avaliação do PROJOVEM em São Luís - MA**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos - Consolidação de documentos 1985/1994**. São Paulo, 1994. (mimeo.).

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p.108-130, maio-ago. 2000.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Perfil do Maranhão 2006/2007**. São Luís: IMESC, 2008. v. 1.

IRELAND, Timothy Denis. Revisitando a CONFINTEA: sessenta anos de defesa e promoção da educação de adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article//241/206. Acesso em: 15 maio 2020.

IRELAND, Timothy; SPEZIA, Carlos Humberto (org.). **Educação de Adultos em Retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA**. Brasília: UNESCO, MEC. 2012.

KREUTZ, Arno. **O projeto João de Barro: uma experiência oficial de educação popular no Maranhão**. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

MACHADO, Maria M.; ALVES, Miriam F. **O PNE e os desafios da Educação de Jovens e Adultos na próxima década**. [S.l.: s.n.], 2014. 22 p. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/texto1margaridamiriam.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais eletrônicos** [...] Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. 10 p. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

MARANHÃO. **Decreto n. 30.612, 02-01-2015**. Institui o Plano de Ações Mais IDH e seu respectivo Comitê Gestor e dá outras providências. São Luís: Diário Oficial do Estado, 2015.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Caderno de Orientações Pedagógicas e Metodológicas para Educadores e Educadoras**: Jornada de alfabetização do Maranhão: “Sim, eu posso!” - “Círculo de Cultura”. São Luís: [s.n.], 2017. (mimeo).

MARANHÃO. **Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (PEE/MA) e dá outras providências. São Luís: Diário Oficial do estado do Maranhão, Maranhão, 2014.

MARANHÃO. Resolução Nº 2/2011 – CEE/MA. Estabelece normas para a oferta da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Maranhão e dá outras providências. São Luís: CEE, 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Conferência de Jomtien**: São Paulo: Midiamix, 2001. (Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil). Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/conferencia-de-jomtien/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes Limitada, 2011.

MIOTO, R. C. T. A perícia social: proposta de um percurso operativo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez Editora, n. 67, p. 145-158, 2001.

MIRANDA, Margarida. **Código pedagógico dos jesuítas**: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.

MOURA, M. G. C. **Educação de Jovens e Adultos**: um olhar sobre sua trajetória histórica. Curitiba: Educarte, 2003.

OLIVEIRA, L. B.; SOUZA, S. T. A alfabetização no MOBREAL: métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, DF, v. 190, p. 1-27, 1997.

PAIVA, Jane *et al.* **Educação de Jovens e Adultos**: uma memória contemporânea, 1996- 2004. Brasília: UNESCO/MEC, 2004.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola 1973. (Temas Brasileiros; 2).

PORTELA, L. Edinólia. Jornada de alfabetização sim, eu posso- círculo de cultura no Maranhão: com a palavra, os egressos. *In*: FREITA, Marinaide *et al.* (org.). **Redes rizomáticas de pesquisas em EJA**: diálogos interdisciplinares. Goiânia: Phillos Academy, 2021.

QUARTA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL de Educação de Adultos (CONFINTEA IV). Relatório Geral. *In*: IRELAND, Timothy Denis; SPEZIA, Carlos Humberto (org.).

Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA. Brasília: UNESCO, MEC, 2011. (Cedido pelos autores).

RANGEL, Elba Alonso. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional.** 2011. Trabalho de Conclusão de curso (Especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2808433-Jovens-e-adultos-trabalhadores-pouco-escolarizados-no-brasil.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

RAPOSO, Conceição. A educação maranhense no limiar do 3º milênio. **Revista de Políticas Públicas**, v. 8, n. 1, p. 1-17, 2004.

RODRIGUES, L. C. B. **Francês, crioulo e vodu: a relação entre língua e religião no Haiti.** 2008. 209 f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROMANOWSKY, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90.** 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RUMMERT, Sônia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura.** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAUNER, Nelita Ferraz de Mello. **Alfabetização de Adultos.** 1. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013. **Anais [...]** Brasília, DF: ENEPO, 2013.

SILVA, Pedro Lopes da. **Estudantes egressos do programa MOVA/ALFA 100 de Cruzeiro do Sul/Acre: relações de aprendizagens e de inserção social.** 2015. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2015.

SOARES, Leôncio José G. Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos. In: SOARES, L. J. G. *et al.* (org.). **Diálogos na Educação dos Jovens e Adultos.** São Paulo: Autêntica, 2005.

SOARES, Leôncio; SILVA, Fernanda Rodrigues; FERREIRA, Luiz Olavo Fonseca. A pesquisa em Educação de Jovens e Adultos: um olhar retrospectivo sobre a produção do período de 1998 a 2008. In: SOARES, Leôncio (org.). **Educação de**

Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 1999.

SOUZA JÚNIOR, M. R. de S. **A Fundação EDUCAR e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil.** 2012. Dissertação de (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TORRES, R.M. **Educação para Todos:** a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Alfabetização como liberdade.** Brasília, DF: UNESCO, MEC, 2003. 72 p.

UNESCO. **Alfabetização como liberdade.** Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

UNESCO. **Conferência Internacional de Educação de Adultos (v: 1997, Hamburgo, Alemanha).** Declaração de Hamburgo, Agenda para o Futuro. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: 1ª Conferência Internacional de Educação de Adultos. 1949. *In:* IRELAND, Timothy Denis; SPEZIA, Carlos Humberto (org.). **Educação de Adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA.** Brasília: UNESCO; MEC. 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002305/230540por.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora?** concepções em disputa na contemporaneidade brasileira. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic.** [S.l.]: WHO, 2020.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - SISTEMATIZAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE PROVENIENTE DO
BANCO DE TESES CAPES NO PERÍODO DE 2013-2017**

Data da defesa	Tipo de Trabalho de Conclusão
2013	1 Dissertação
2014	1 Dissertação
2015	1 Dissertação
2015	1 Tese
2016	3 Dissertações
2017	1 Dissertação

Fonte: Adaptação de acordo com dados coletados no portal de Teses e Dissertações da CAPES.

**APÊNDICE B - SISTEMATIZAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE POR TÍTULO,
AUTOR, PALAVRA- CHAVE E LINHA DE PESQUISA NO PERÍODO DE 2013 -
2017**

Data da defesa	Tipo de Trabalho de Conclusão	Título	Instituição de Ensino Superior	Autor	Palavras-chave	Linha de Pesquisa
2013	Dissertação	Alfabetização de Jovens e Adultos do Campo no Norte de Minas, Limites e Possibilidades do Programa de Alfabetização Travessia Nota Dez	Universidade Federal de Viçosa	Aneuzimira Caldeira Souza	Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo; Programa Travessia Nota Dez	Educação, Estado e Sociedade
2014	Dissertação	Projovem Urbano como Política Pública de Educação: Escolarização e Inserção Profissional dos Egressos no Município de Imperatriz-Ma	Universidade Federal do Pará	Antonia Marcia Mereles Ramos	Projovem Urbano; Políticas Públicas; Juventude	Políticas Públicas Educacionais
2015	Dissertação	Estudantes Egressos do Programa Mova/Alfa 100 De Cruzeiro do Sul/Acre: Relações de Aprendizagens e de Inserção Social	Universidade Federal de Santa Catarina	Pedro Lopes da Silva	Alfabetização de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Inserção Social	Ensino e Formação de Educadores

2015	Tese	A Construção da Escrita na Alfabetização de Jovens e Adultos	Universidade de Brasília	Miliane Nogueira Magalhães Benício	Escrita. Leitura. Processos cognitivos. Alfabetização e letramento de Jovens e adultos. EJA	Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação (Eaps)
2016	Dissertação	As Políticas de combate ao Analfabetismo no Brasil	Universidade do Vale do Itajaí		Alfabetização; Analfabetismo. Programas de Alfabetização	Práticas Docentes e Formação Profissional
	Dissertação	Histórias de Vida e Perspectivas de Futuro de Educandos do Programa ação integrada Adultos do Cmeb Maria Lygia Andrade Haack	Universidade do Vale do Rio dos Sinos		Educação de Jovens e Adultos. Histórias de Vida. Perspectivas de Futuro. Programa Ação Integrada Adultos	Educação, Desenvolvimento e Tecnologias
	Dissertação	Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas: um estudo do Programa TOPA	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Oney Cardoso Badaro Alves da Silva	Alfabetização de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Programa TOPA	Políticas Públicas e Gestão da Educação
2017	Dissertação	O Método Cubano de Alfabetização no Assentamento São Sebastião I: Prática Educativa e Movimento	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Acacia Barros Fernandes	EJA; Método Cubano Sim, Eu Posso; Prática Educativa; Movimento	Educação, Construção das Ciências e Práticas Educativas

Fonte: Adaptação de acordo com dados coletados no portal de Teses e Dissertações da CAPES.

**APÊNDICE C - IDENTIFICAÇÃO DO FOCO DA PESQUISA, OBJETIVOS E
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Objetos/ Categorias de análise da Pesquisa	Título	Objetivo	Fundamentação teórica
Políticas de combate ao analfabetismo da EJA	As Políticas de combate ao Analfabetismo no Brasil.	Compreender as políticas de combate ao analfabetismo no Brasil, por meio da realização de um mapeamento dos programas contra o analfabetismo a partir da década de 1960.	Magda Soares (1995 e 2002), Scharf Dalva Mendes (2006), Paiva Pereira (1997), Nilcéia Pelandre (2002), Sérgio Hadad; Di Pierro(2002) e Adriana Inácio Yanaguita (2011).
	Projovem Urbano como Política Pública de Educação: Escolarização e Inserção Profissional dos Egressos no Município de Imperatriz- Ma.	Analisar as repercussões do Projovem Urbano na escolarização e na profissionalização dos jovens e como o programa os possibilitou o prosseguimento dos estudos, bem como a inserção no mercado de trabalho, incidindo na melhoria das condições materiais, sociais, espirituais e culturais dos estudantes.	Jaqueline Ventura (2011), Demerval Saviani (2015 e 2012), Hila Bernadete Silva (2009), José de Souza Martins (1997), Geraldo Magela Pereira (2006), , Moacir Gadotti; José Eustáquio Romão (2001).
	Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas: um estudo do Programa TOPA.	Analisar o Programa TOPA -Todos pela Alfabetização, como política pública de educação de jovens e adultos no município de Vitoria da Conquista –BA.	Moacir Gadotti (2014), Miguel Arroyo (2006), Carlos Brandão (1985), Jacques Delores (1998), Maria Clara Di Pierro (2001), Maria da Gloria Moura(2003), Moacir Gadotti e José Romão (2006) e Paulo Freire (1987, 1992,1996, 2000,2011).
Alfabetização na EJA	A Construção da Escrita na Alfabetização de Jovens e Adultos.	Identificar e descrever dois aspectos: 1) que conhecimentos letrados e linguísticos da escrita do português brasileiro o jovem e o adulto já construíram nas suas práticas sociais letradas orais e escritas e que trazem para a escola. 2) que estratégias são construídas pelo educando que aprende a escrever.	Barton (1994), Bruner (2001), Smith(1999), González Rey(2009, 2012), Alvarenga (1998), Flavell Miller(1999) e Lima (2010).
	Estudantes Egressos do Programa Mova/Alfa 100 De Cruzeiro do Sul/Acre: Relações de Aprendizagens e de Inserção Social.	Compreender as relações de aprendizagens, sociais e políticas na ótica dos egressos/estudantes do programa MOVA/ALFA 100 da comunidade Miritizal no município de Cruzeiro do Sul- Acre.	Jaqueline Ventura (2013.), Paulo Freire (1987), Paiva Pereira (1997), Sérgio Hadadd e Salomão Ximenes (2008), Haddad e Di Pierro (2000), Frigotto e Ciavatta (2003), Miguel Arroyo (2005), Magda Soares (2003), Paulo Freire (1989, 1991, 1993, 1996, 1999,

Programas de Alfabetização na EJA		Evidenciar os alcances político e sociais, no que se refere à inserção pessoal e social dos egressos/estudantes.	2000 e 2001), B. Charlot (2000), Enock da Silva Pessoa (2007), Maria Clarisse Vieira (2004), Moacir Gadotti e Pereira (1989).
	Alfabetização de Jovens e Adultos do Campo no Norte de Minas, Limites e Possibilidades do Programa de Alfabetização Travessia Nota Dez.	<p>Analisar o Programa Travessia Nota 10 no Assentamento Agrário (PA) Betinho, município de Bocaiúva, Norte de Minas.</p> <p>Identificar os limites e as possibilidades do desenvolvimento do Programa nas turmas da EJA.</p> <p>Analisar a concepção político-pedagógica do PTND e as contradições entre a realidade do Assentamento e as particularidades dos sujeitos do campo.</p>	Gramsci (1994), Freire (2005), Maria Clara Di Pierro (2008), Paiva (2009), Dermeval Saviani (1994), Gaudêncio Frigotto (2010), Cury C.R.J. (2002), Miguel Arroyo (2002).
	Histórias de Vida e Perspectivas de Futuro de Educandos do Programa ação integrada Adultos do Cmeb Maria Lygia Andrade Haack.	<p>Contextualizar as realidades e as histórias de vida dos sujeitos pesquisados.</p> <p>Analisar em que medida os educandos planejam o futuro a partir de seu reingresso na escola; observar.</p> <p>Analisar a importância que a escola tem para os educandos.</p> <p>Estabelecer relações entre o conhecimento adquirido dentro e fora da escola por parte dos educandos.</p>	Greciamara Ferreira (2014), Paulo Freire (1996 e 2011), Moacir Gadotti (2005), Moacir Gadotti e José Romão (1995) e Carlos Vale (2012).
	O Método Cubano de Alfabetização no Assentamento São Sebastião I: Prática Educativa e Movimento.	<p>Investigar um curso em EJA ocorrido no assentamento São Sebastião I, Cerará-Mirim/RN, no ano de 2008, sendo utilizado o método de alfabetização cubano.</p> <p>Buscar, nas narrativas rememoradas pelos sujeitos envolvidos, em especial os educandos e a educadora da turma, os principais elementos que deram movimento a esta prática educativa.</p>	Netto (2002) e Brandão (1981), Halbwachs (1990), Caldart (2002), (2008) e Wanderley (2010), Gouvea da Silva (2004), Castells (2008), Bordenave (1983), Freire (1978), (2001), (2006) e Paiva (2003).

Fonte: Adaptação de acordo com dados coletados no portal de Teses e Dissertações da CAPES.

APÊNDICE D - IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETOS/CATEGORIAS DE ANÁLISE

Objetos / Categorias de análise	Título
Políticas de combate ao analfabetismo da EJA	As Políticas de combate ao Analfabetismo no Brasil
	Projovem Urbano como Política Pública de Educação: Escolarização e Inserção Profissional dos Egressos no Município de Imperatriz- Ma.
	Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas: um estudo do Programa TOPA.
Programas de Alfabetização na EJA	Estudantes Egressos do Programa Mova/Alfa 100 De Cruzeiro do Sul/Acre: Relações de Aprendizagens e de Inserção Social.
	Alfabetização de Jovens e Adultos do Campo no Norte de Minas, Limites e Possibilidades do Programa de Alfabetização Travessia Nota Dez.
	Histórias de Vida e Perspectivas de Futuro de Educandos do Programa ação integrada Adultos do Cmeb Maria Lygia Andrade Haack.
	O Método Cubano de Alfabetização no Assentamento São Sebastião I: Prática Educativa e Movimento.
Alfabetização na EJA	A Construção da Escrita na Alfabetização de Jovens e Adultos.

Fonte: Adaptação de acordo com dados coletados no portal de Teses e Dissertações da CAPES.

APÊNDICE E - SÍNTESE DO ROTEIRO DE PERGUNTAS

Dimensão	Questões	Elementos de investigação
Perfil dos Coordenadores e Alfabetizadores.	Qual perfil dos Coordenadores de Turma e Alfabetizadores da Jornada?	<ul style="list-style-type: none"> • Sexo • Idade • Etnia • Estado Civil • Município que mora • Trabalha? É remunerado? • Formação • Experiência em Alfabetização de Adultos
Entendimento sobre a Jornada de Alfabetização	<p>O que motivou a inscrição no seletivo da Jornada?</p> <p>Qual entendimento tem sobre a implantação e realização de uma Jornada de Alfabetização?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O que você pensa sobre a iniciativa da implantação e implementação da Jornada de Alfabetização no Maranhão? • Como se processou o seu ingresso como Coordenador na Jornada? • Você já tinha participado de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos? • Atividade que desenvolveu em relação a alfabetização de Adultos? • Antes da implementação do Programa do Município foi oferecido formação inicial? Você participou? • Durante o Programa, teve momentos de formação continuada? • O planejamento das atividades era coletivo? • Qual a sua concepção sobre a Jornada de Alfabetização?
Desenvolvimento da Jornada de	Como se deu o desenvolvimento da Jornada	A implantação e implementação da Jornada no Município foi desenvolvida a contento? No que se refere:

Alfabetização no Município pesquisado.	de Alfabetização em Newton Bello?	<p>a) Apoio da gestão local.</p> <p>b) Ação divulgação da Jornada: matrículas, registros de matrícula e de desenvolvimento das atividades da Jornada e dos educandos/as.</p> <p>c) Estrutura de locais de desenvolvimento</p> <p>d) Desenvolvimento das etapas da Jornada e material didático e etc</p>
Papel que os Coordenadores de Turma e Alfabetizadores tiveram na Jornada.	O que motivou a inscrição no seletivo da Jornada?	<ul style="list-style-type: none"> • O que fez você se inscrever para participar do seletivo da Jornada? • Quais foram suas expectativas em relação ao Programa? • Conseguiu desenvolver o seu papel de acordo com o que diz os documentos da Jornada?
Avaliação que os Coordenadores de Turma e Alfabetizadores fazem da Jornada.	<p>Qual a avaliação que fazem da Jornada?</p> <p>O processo de alfabetização da Jornada “Sim, eu Posso!” atingiu os objetivos propostos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Houve evasão nas turmas que você coordenou? • Algum momento você teve que mudar a metodologia ou recorrer a outros recursos não indicados pela proposta da Jornada? • A proposta da Jornada indica que ao concluir a Jornada o educando deverá escrever uma carta. Com você e os implementadores da Jornada entenderam a construção dessa carta, no que se refere às articulações de ideias e das palavras ortograficamente corretas? • O processo de alfabetização da Jornada “Sim, eu Posso!” atingiu os objetivos propostos?

--	--	--

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COORDENADORES DE TURMA DA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO “SIM, EU POSSO!” – CÍRCULO DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE NEWTON BELLO/MA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE/UFMA MESTRADO EM EDUCAÇÃO
MESTRANDA: Simone Costa Miranda Araújo
ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Edinólia Lima Portela

Prezado(a) Coordenador (a) está entrevista é parte fundamental da pesquisa: **ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:** investigando a Jornada de Alfabetização do Maranhão: "Sim, eu Posso!" – Círculo de Cultura no Município de Newton Bello. É importante que você responda e expresse suas informações; sua colaboração é muito significativa. Desde já, muito obrigada.

Observação: A fim de evitar qualquer constrangimento, sua identidade será preservada.

Objetivos:

- Compreender a proposta e os documentos que norteiam a Jornada “Sim, eu Posso!”, dando ênfase aos objetivos e orientações.
- Apreender a compreensão dos Coordenadores de Turma e Alfabetizadores, que trabalharam em Newton Bello, sobre os documentos e a proposta da Jornada “Sim, eu Posso!”.
- Identificar junto aos Coordenadores de Turma e Alfabetizadores o processo de implementação da Jornada “Sim, eu Posso!” no Município de Newton Bello.
- Analisar a alfabetização dos educandos, residentes em Newton Bello, com os documentos pedagógicos orientadores da Jornada “Sim, eu Posso!”, considerando a visão dos Coordenadores de Turma e Alfabetizadores.

QUESTÕES GERAIS:

Dimensão 1. Perfil dos Coordenadores de Turma da Jornada

1.1 Faixa Etária:

() 25 a 29 anos () 30 a 39 anos () 40 a 49 anos () A partir de 50 anos

1.2 Estado Civil:

Casado(a) Solteiro(a) Divorciado

Separado(a) Outros: _____

1.3. Sexo: _____

1.4. Etnia: Branco Pardo Negro

1.5. Formação: _____

1.6. Residi no município ou nas adjacências: sim Não

Dimensão 2. Entendimento sobre a Jornada de Alfabetização

2.1. O que você pensa sobre a iniciativa da implantação e implementação da Jornada de Alfabetização no Maranhão?

2.2. Como se processou o seu ingresso como Coordenador na Jornada?

2.3. Você já tinha participado de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos?

2.4. Antes da implementação do Programa do Município foi oferecido formação inicial? Você participou?

2.5. Durante o Programa, teve momentos de formação continuada?

2.6. O planejamento das atividades era coletivo?

2.7. Qual a sua compreensão sobre o modelo pedagógico da Jornada de Alfabetização e as concepções teóricas que a sustentam?

Dimensão 3. Desenvolvimento da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado

3.1. A implantação e implementação da Jornada no Município foi desenvolvida a contento? No que se refere:

a) Apoio da gestão local.

b) Ação divulgação da Jornada: matrículas, registros de matrícula e desenvolvimento das atividades da Jornada e dos educandos/as.

c) Estrutura de locais de desenvolvimento.

d) Desenvolvimento das etapas da Jornada e material didático e etc.

Dimensão 4. O papel do Coordenador de Turma

- 4.1. Conseguiu desenvolver o seu papel de Coordenador de acordo com o que diz os documentos da Jornada? Se não, por quê?

Dimensão 5. Avaliação que os Coordenadores de Turma fazem da Jornada de Alfabetização dos educandos

- 5.1. Houve evasão nas turmas que você coordenou? Se sim, a que você atribui a evasão? Tem como mensurar o quantitativo da evasão?
- 5.2. No acompanhamento das turmas ocorreram desafios pedagógicos e/ou metodológicos que requeressem a sua atenção de forma mais frequentemente junto aos Alfabetizadores? Se sim, que tipo de desafio?
- 5.3. A proposta da Jornada indica que ao concluir a Jornada o educando deverá saber escrever uma carta. Com você e os implementadores da Jornada entenderam a construção dessa carta, no que se refere às articulações de ideias e das palavras ortograficamente corretas?
- 5.4. Na sua visão a Jornada conseguiu atingir os objetivos propostos no que se refere à alfabetização dos educandos? Tem como mensurar em quantitativo?

**APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ALFABETIZADORES DA
JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO “SIM, EU POSSO!” – CÍRCULO DE CULTURA NO
MUNICÍPIO DE NEWTON BELLO/MA.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO – PPGE/UFMA MESTRADO EM EDUCAÇÃO
MESTRANDA: Simone Costa Miranda Araújo
ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Edinólia Lima Portela

Prezado(a) Alfabetizador(a) está entrevista é parte fundamental da pesquisa:
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: investigando a Jornada de Alfabetização do Maranhão: "Sim, eu Posso!" – Círculo de Cultura no Município de Newton Bello. É importante que você responda e expresse suas informações; sua colaboração é muito significativa. Desde já, muito obrigada.

Observação: A fim de evitar qualquer constrangimento, sua identidade será preservada.

Objetivos:

- Compreender a proposta e os documentos que norteiam a Jornada “Sim, eu Posso!”, dando ênfase aos objetivos e orientações.
- Apreender a compreensão dos Coordenadores de Turma e Alfabetizadores, que trabalharam em Newton Bello, sobre os documentos e a proposta da Jornada “Sim, eu Posso!”.
- Identificar junto aos Coordenadores de Turma e Alfabetizadores o processo de implementação da Jornada “Sim, eu Posso!” no Município de Newton Bello.
- Analisar a alfabetização dos educandos, residentes em Newton Bello, com os documentos pedagógicos orientadores da Jornada “Sim, eu Posso!”, considerando a visão dos Coordenadores de Turma e Alfabetizadores.

QUESTÕES GERAIS:

Dimensão 1. Perfil dos Alfabetizadores da Jornada

1.1 Faixa Etária:

() 25 a 29 anos () 30 a 39 anos () 40 a 49 anos () A partir de 50 anos

1.2 Estado Civil:

Casado(a) Solteiro(a)

Separado(a) Outros: _____

1.3. Sexo: _____

1.4. Etnia: Branco Pardo Negro

1.5. Formação: _____

1.6. Residi no Município ou adjacências: Sim Não

Dimensão 2. Entendimento sobre a Jornada de Alfabetização

2.1. O você pensa sobre a iniciativa da implantação e implementação da Jornada de Alfabetização no Maranhão?

2.2. Como se processou o seu ingresso como Alfabetizador na Jornada?

2.3. Você já tinha participado de Programas ou Alfabetização de jovens e adultos?

2.4. Antes da implementação do Programa do Município foi oferecido formação inicial? Você participou?

2.5. Durante o Programa, teve momentos de formação continuada?

2.6. O planejamento das atividades era coletivo?

2.7. Qual a sua compreensão sobre o modelo pedagógico da Jornada de Alfabetização e as concepções teóricas que a sustentam?

Dimensão 3. Desenvolvimento da Jornada de Alfabetização no Município pesquisado

3.1. A implantação e implementação da Jornada no Município foi desenvolvida a contento? No que se refere:

a) Apoio da gestão local.

b) Ação divulgação da Jornada: matrículas, registros de matrícula e de desenvolvimento das atividades da Jornada e dos educandos/as.

c) Estrutura de locais de desenvolvimento

d) Desenvolvimento das etapas da Jornada e material didático e etc.

Dimensão 4. O papel do Alfabetizador

4.1 Conseguiu desenvolver o seu papel de Alfabetizador de acordo com o que diz os documentos da Jornada? Se não, por quê?

Dimensão 5. Avaliação que os Alfabetizadores fazem da Jornada.

5.1. A turma que você foi Alfabetizador iniciou com quantos educandos/as? E encerrou com quantos?

5.2. No desenvolvimento das aulas os educandos/as mostravam interesse pelas aulas, houve algum momento que você teve que mudar a metodologia ou recorrer a outros recursos não indicados pela proposta da Jornada?

5.3 A proposta da Jornada indica que ao concluir a Jornada o educando/a deverá saber escrever uma carta. Os educandos para quais você ministrou a Jornada, conseguiram escrever e ler a carta? Com você e os implementadores da Jornada entenderam a construção dessa carta, no que se refere às articulações de ideias e das palavras ortograficamente corretas?

5.4. Estime quantos dos seus educandos/as conseguiram escrever e ler a carta e se possível detalhe o nível de complexidade da escrita e das ideias.

5.5. Na sua visão a Jornada conseguiu atingir os objetivos propostos no que se refere a Alfabetização dos Educandos?

APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO – PPGE/UFMA MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MESTRANDA: Simone Costa Miranda Araújo

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Edinólia Lima Portela

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa desenvolvida pela mestranda Simone Costa Miranda Araujo, vinculada ao Grupo de Pesquisa Escola, Currículo e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação/UFMA. As respostas dadas por você ao instrumento de coleta de dados, neste caso entrevista, serão fundamentais para a elaboração da dissertação intitulada: **ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**: investigando a Jornada de Alfabetização do Maranhão: "Sim, eu Posso!" – Círculo de Cultura no Município de Newton Bello., que está sob a orientação da Prof.^a Dra. Edinólia Lima Portela. O objetivo da pesquisa é analisar o processo de alfabetização dos educandos da Jornada de Alfabetização "Sim, eu Posso!" - Círculo de Cultura no Município de Governador Newton Bello considerando as contribuições dos Alfabetizadores e Coordenadores de Turma. Sua participação se restringirá a fornecer respostas às indagações feitas na entrevista. Você terá a liberdade de se recusar a responder perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza e também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, caso seja do seu interesse e, mencionado ao pesquisador, terá livre acesso aos resultados do estudo e das suas respostas. Destacamos que a sua participação nesta pesquisa é opcional e representa riscos ou desconfortos mínimos. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado(a) de forma alguma. A sua participação constituirá de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa e os benefícios serão de âmbito acadêmico e profissional para o campo da Alfabetização de Jovens e Adultos. Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e trataremos da sua identidade com padrões profissionais de sigilo, ou seja, não haverá identificação nominal. O material coletado durante a realização da pesquisa ficará sob a guarda e a responsabilidade da pesquisadora. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou

oralmente em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área de ciências humanas e sociais. Em caso de dúvida, você poderá procurar a pesquisadora responsável por esta pesquisa, Simone Costa Miranda Araujo, pelos telefones (98) 9-88182930. Se preferir, você também pode entrar em contato com a professora orientadora dessa pesquisa no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão pelo telefone (98) 3272-8660 ou no seguinte endereço: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Universitário Dom José Delgado, Av. dos Portugueses nº 1.966 – Vila Bacanga - São Luís/MA. Após ser esclarecido sobre a pesquisa, no caso de você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO

Eu, _____,
acredito ter sido suficientemente informado(a) e concordo em participar como voluntário(a) da pesquisa descrita acima.

São Luís, _____ de _____ de 2021.

Participante

Simone Costa Miranda Araújo
Pesquisadora Responsável

ANEXOS

**ANEXO A - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO ESTADO DO
MARANHÃO - POR MUNICÍPIO (ORDEM DECRESCENTE)***

O Maranhão possui 217 Municípios, contudo destacar-se-á apenas o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 30 destes, pois é onde o Governo do Estado tem implementado mais ostensivamente políticas públicas para a melhoria da vida da população, expressa evidentemente na melhoria dos dados ora apresentados neste documento.

Ordem	Unidade territorial	IDH 2010
193	Governador Newton Bello/MA	0,521
202	São Raimundo do Doca Bezerra/MA	0,516
203	Pedro do Rosário/MA	0,516
204	São Roberto/MA	0,516
205	Aldeias Altas/MA	0,513
206	Primeira Cruz/MA	0,512
207	Arame/MA	0,512
208	Conceição do Lago-Açu/MA	0,512
209	Belágua/MA	0,512
210	Santana do Maranhão/MA	0,510
211	São João do Carú/MA	0,509
212	Lagoa Grande do Maranhão/MA	0,502
213	Água Doce do Maranhão/MA	0,500
214	Satubinha/MA	0,493
215	Jenipapo dos Vieiras/MA	0,490
216	Marajá do Sena/MA	0,452
217	Fernando Falcão/MA	0,443

* destaque para os 15 (quinze) menores IDH's do Estado

**ANEXO B - MOÇÃO DE ADVERTÊNCIA DO VIII ENEJA MOÇÃO DE
ADVERTÊNCIA ÀS AUTORIDADES QUANTO AOS RESULTADOS DO
PROGRAMA YO, SÍ, PUEDO**

Os 598 delegados dos 26 fóruns estaduais, do fórum distrital e dos 51 fóruns regionais de educação de jovens e adultos brasileiros, reunidos no Recife, de 30 de agosto a 2 de setembro de 2006, durante o VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos aprovaram a presente moção, nos seguintes termos:

a) Compreendemos que o povo cubano, no contexto do seu processo revolucionário, foi capaz de realizar uma “campanha” de alfabetização de jovens e adultos cujos resultados permitiram elevar a escolarização em todo país, que até hoje resiste heroicamente ao bloqueio econômico e às ameaças de intervenção dos Estados Unidos da América – EUA.

b) Esta experiência foi ampliada na Venezuela e Bolívia, que vivem, também, um contexto revolucionário.

c) Sob este aspecto, o Brasil vive um outro contexto, no qual superamos a proposta de “campanha” para a de um Programa Brasil Alfabetizado que, respeitando a autonomia das unidades federadas, tem como perspectiva o caráter de política pública, por meio da continuidade da escolarização organizada em sistema público de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

d) O legado da educação libertadora de Paulo Freire e de outros educadores tem marcado as experiências educativas em instâncias governamentais e dos movimentos sociais na alfabetização de jovens e adultos.

e) O contexto brasileiro atual e este legado apontam para o fortalecimento e a consolidação de metodologias criativas e adequadas à realidade dos(as) educandos(as), neste momento, e instigam problematizar e questionar a aplicação do método cubano “Sim, eu Posso!” Como método único na forma de “campanha”, uma vez que seus princípios político-pedagógicos se contrapõem ao legado brasileiro.

Diante disto, nós, delegados do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, reivindicamos uma avaliação criteriosa, por parte da SECAD/MEC, da experiência piloto realizada nos municípios de Buriti Lopes, Caxingó e Murici dos Portelas, no estado do Piauí, de outubro de 2005 a julho de 2006, a ser socializada na reunião técnica da SECAD/MEC com os representantes dos Fóruns estaduais de EJA do Brasil, ainda neste ano de 2006, para um posicionamento político final.

Delegados do VIII Encontro Nacional de EJA. Recife, Pernambuco, 2 de setembro de 2006.